



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 54

II Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 18 de abril de 2018

**Presidente:** *Deputada Ana Luís*

**Secretários:** *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Jorge Jorge (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Marco Costa e Bruno Belo)*

### SUMÁRIO

*Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 18 minutos.*

Após a chamada dos Srs. Deputados, passou-se para o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, onde foram apresentados vários Votos:

**- Voto de Congratulação pela celebração dos 25 anos de existência do Grupo Desportivo Luzense.**

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Ricardo Ramalho (*PS*) e após ter usado da palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

**- Voto de Congratulação pela conquista do segundo lugar no concurso literário “A Ética na Vida e no Desporto”, por parte da jovem mariense Isabela Quadrado.**

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado João Vasco Costa (*PS*) e de ter usado da palavra para uma intervenção a Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*);

**- Voto de Congratulação pelo septuagésimo quinto aniversário da Cooperativa Agrícola de Lacticínios dos Lourais.**

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado António Pedroso (*PSD*), e após ter usado da palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*) e o Sr. Deputado André Rodrigues (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

**- Voto de Congratulação pela nomeação do Arcebispo José Avelino Bettencourt.**

Apresentado o voto pela Sra. Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

**- Voto de Congratulação pela ordenação de José Avelino Bettencourt como Arcebispo e pela sua nomeação como Núncio Apostólico para a Arménia e Geórgia.**

O referido voto foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado André Rodrigues (*PS*);

**- Voto de Congratulação pela nomeação do Arcebispo D. José Avelino Bettencourt para Núncio Apostólico da Santa Sé na Arménia e Geórgia.**

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado António Pedroso (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

**- Voto de Congratulação pelos 65 anos da fundação da Filarmónica União Operária e Cultural Nossa Senhora dos Remédios.**

Após a apresentação do voto pelo Sr. Deputado João Corvelo (*PCP*) e de ter usado da palavra os Srs. Deputados Bruno Belo (*PSD*) e Manuel Pereira (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

**- Voto de Congratulação pelos 100 anos da sagração da Igreja Paroquial do Apóstolo São Paulo da Paróquia e Freguesia da Ribeira Quente.**

O referido voto foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado João Paulo Ávila (*PS*);

**- Voto de Congratulação à Escola Básica e Integrada de Rabo de Peixe pelo reconhecimento como “escola changemaker”.**

Apresentado pelo Sr. Deputado Jaime Vieira (*PSD*) e depois da intervenção da Sra. Deputada Sónia Nicolau (*PS*), o voto supracitado foi aprovado por unanimidade;

**- Voto de Congratulação pelo título de vice-campeã nacional alcançado por Sofia Melo.**

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Tiago Branco (*PS*), usou da palavra o Sr. Deputado Luís Garcia (*PSD*).

Submetido à votação, o voto em apreço foi aprovado por unanimidade;

**- Voto de Congratulação à Santa Casa da Misericórdia das Velas pelo seu 475.º aniversário.**

O referido voto foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pela Sra. Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*) e de ter usado da palavra o Sr. Deputado André Rodrigues (*PS*);

**- Voto de Congratulação pelo 475.º aniversário da Santa Casa da Misericórdia das Velas.**

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado António Pedroso (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

**- Voto de Congratulação pela passagem do 25.º aniversário do Centro de Convívio de São Brás.**

Após a apresentação do voto pela Sra. Deputada Maria Isabel Quinto (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

**- Voto de Congratulação à tripulação do navio Mestre Simão.**

Após a apresentação do voto pelo Sr. Deputado Jorge Jorge (*PSD*) e de ter usado da palavra o Sr. Deputado Miguel Costa (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

**- Voto de Congratulação ao Grupo de Teatro “A Jangada” pelo êxito das suas recentes atuações no Centro Cultural de Samora Correia.**

Após a apresentação do voto pelo Sr. Deputado João Corvelo (*PCP*) e de terem usado da palavra os Srs. Deputados Manuel Pereira (*PS*) e Bruno Belo (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

**- Voto de Congratulação pelo 25.º Aniversário do Centro de Convívio de São Brás.**

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado César Toste (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

**- Voto de Congratulação pelo 50.º Aniversário da Casa Agrícola José Albino Fernandes.**

O voto supracitado foi aprovado por maioria após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado António Parreira (*PS*) e de ter usado da palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Luís Rendeiro (*PSD*);

**- Voto de Congratulação pelo 25.º Aniversário do Comando Operacional dos Açores.**

Após a apresentação do voto pelo Sr. Deputado Carlos Ferreira (*PSD*) e de ter usado da palavra o Sr. Deputado Pedro Moura (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

**- Voto de Congratulação pelos 25 Anos da UMAR-Açores.**

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Sónia Nicolau (*PS*), usou da palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira (*PSD*).

Submetido à votação, o voto em apreço foi aprovado por unanimidade;

**- Voto de Congratulação aos jovens açorianos que participaram no Campeonato Nacional das Profissões.**

O referido voto foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pela Sra. Deputada Graça Silva (*PS*);

**- Voto de Congratulação às escolas profissionais pelos resultados obtidos no Campeonato de Profissões – Alentejo 2018.**

Após a apresentação do voto pelo Sr. Deputado César Toste (*PSD*) e de ter usado da palavra o Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

**- Voto de Congratulação pelos prémios atribuídos no concurso “Queijos de Portugal 2017 ao Queijo “Ilha Azul” e ao Queijo “Capelinhos”.**

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Tiago Branco (*PS*) e de ter usado da palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Luís Garcia (*PSD*);

**- Voto de Congratulação ao Grupo Desportivo e Social do Juncal.**

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado César Toste (*PSD*), usou da palavra a Sra. Deputada Mónica Rocha (*PS*).

Submetido à votação, o voto em apreço foi aprovado por unanimidade;

**- Voto de Congratulação pelo facto do Queijo dos Lourais conquistar o primeiro prémio no Concurso de Queijos de Portugal.**

Apresentado pelo Sr. Deputado André Rodrigues (*PS*) e depois da intervenção do Sr. Deputado António Pedroso (*PSD*) e da Sra. Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), o voto supracitado foi aprovado por unanimidade;

Iniciou-se a Agenda da Reunião com a continuação do debate sobre o **Projeto de Resolução n.º 56/XI – “Criação dos mecanismos e aquisição dos sistemas tecnológicos necessários ao cumprimento do DLR n.º 23/2011/A, de 13 de julho”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Intervieram no debate as Sras. Deputadas Catarina Chamacame Furtado (*PSD*), Graça Silveira (*CDS-PP*), bem como os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Carlos Silva (*PS*), António Vasco Viveiros (*PSD*), André Rodrigues (*PS*) e ainda a Sra. Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (*Marta Guerreiro*).

Colocado à votação, o diploma em apreço foi rejeitado por maioria.

De seguida, passou-se para a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 12/XI – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 27/2004/A, de 24 de agosto, que aprova o regime jurídico da gestão do património arqueológico”**.

Feita a apresentação do diploma pelo Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*), participaram no debate as Sras. Deputadas Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Susana Costa (*PS*), os Srs. Deputados César Toste (*PSD*), António Lima (*BE*), João Corvelo (*PCP*), Carlos Ferreira (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por maioria.

Posteriormente o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*) usou da palavra para justificar a retirada do **Projeto de Resolução n.º 57/XI – “Integração da ilha do Corvo no Plano de Proteção das Relheiras dos Açores”**, tendo-se prosseguido os trabalhos com o início do debate do **Projeto de Resolução n.º 42/XI – “Criação de seleções desportivas açorianas”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Após a apresentação da iniciativa pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, usaram da palavra as Sras. Deputadas Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Zuraída Soares (*BE*), Mónica Seidi (*PSD*), o Sr. Deputado João Paulo Ávila (*PS*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*).

*Os trabalhos terminaram às 19 horas e 28 minutos.*

**Presidente:** Muito bom dia.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

*(Eram 10 horas e 18 minutos)*

**Secretário:** Bom dia.

*Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:*

***Partido Socialista (PS)***

**Ana Luísa Pereira Luís**  
**André Jorge Dionísio Bradford**  
**André Cláudio Gambão Rodrigues**  
**António Gonçalves Toste Parreira**  
**Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves**  
**Carlos Emanuel Rego Silva**  
**Dionísio Medeiros Faria e Maia**  
**Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha**  
**Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral**  
**Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César**  
**Iasalde Fraga Nunes**  
**João Paulo Ávila**  
**João Vasco Pereira da Costa**  
**José António Vieira da Silva Contente**  
**José Manuel Gregório de Ávila**  
**Manuel Alberto da Silva Pereira**  
**Manuel José da Silva Ramos**  
**Maria da Graça Oliveira Silva**  
**Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira**  
**Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto**  
**Mário José Diniz Tomé**  
**Miguel António Moniz Costa**  
**Mónica Gomes Oliveira Rocha**

**Pedro** Miguel Medeiros de **Moura**  
**Renata** **Correia** **Botelho**  
**Ricardo** Bettencourt **Ramalho**  
**Sónia** Cristina Franco **Nicolau**  
**Susana** Goulart **Costa**  
**Tiago** Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

*Partido Social Democrata (PSD)*

**António** Manuel Silva **Almeida**  
**António** Oldemiro das Neves **Pedroso**  
**António** Vasco Vieira Neto de **Viveiros**  
**Bruno** Filipe de Freitas **Belo**  
**Carlos** Manuel da Silveira **Ferreira**  
**Catarina** Goulart **Chamacame** **Furtado**  
**César** Leandro Costa **Toste**  
**Duarte** Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**  
**Jaime** Luís Melo **Vieira**  
**João** Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**  
**Jorge** Alexandre Alves Moniz **Jorge**  
**Luís** Carlos Correia **Garcia**  
**Luís** **Maurício** Mendonça Santos  
**Luís** Miguel Forjaz **Rendeiro**  
**Marco** José Freitas da **Costa**  
**Maria** João Soares **Carreiro**  
**Mónica** Reis Simões **Seidi**  
**Paulo** Henrique **Parece** Batista

*Partido Popular (CDS/PP)*



**Catarina** de Oliveira **Cabeceiras**

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

*Bloco de Esquerda (BE)*

**António** Manuel Raposo **Lima**

**Zuraida** Maria de Almeida **Soares**

*Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)*

**João** Paulo Valadão **Corvelo**

*Partido Popular Monárquico (PPM)*

**Paulo** Jorge Abraços **Estêvão**

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

A manhã de hoje e de amanhã está reservada para o PTAP e para a apresentação dos votos como é habitual.

Vamos começar com os votos de congratulação e saudação.

O primeiro refere-se aos 25 anos do Grupo Desportivo Luzense. É apresentado pelo Partido Socialista e tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Ramalho.

**Deputado Ricardo Ramalho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

### **Voto de Congratulação**

#### **25 anos do Grupo Desportivo Luzense**

O Grupo Desportivo Luzense foi fundado a 8 de setembro de 1992, na freguesia da Luz, concelho de Santa Cruz da Graciosa, por um grupo de 15 cidadãos residentes na freguesia, estando todos eles registados na ata de constituição do clube como sócios fundadores desta agremiação desportiva.

Posteriormente o clube filiou-se na Associação de Futebol de Angra do Heroísmo, processo que permitiu iniciar o seu percurso desportivo federado na modalidade de futebol.

Atualmente, é seu Presidente Manuel Baltasar da Silva Picanço sendo os restantes elementos dos órgãos sociais constituídos por jovens dinâmicos que mantêm desta forma a prática desportiva regular na mais pequena freguesia da ilha.

Na presente época desportiva o clube apresenta-se com duas equipas nos escalões de formação e uma equipa no escalão sénior.

Com um reduzido número de associados, e com poucos recursos, o Desportivo Luzense foi superando as dificuldades e vai mantendo a atividade desportiva federada, beneficiando desta forma os jovens da freguesia.

O primeiro título, ao nível do futebol sénior, surgiu na época desportiva 2005/2006 com a conquista da Taça AFAH Ilha Graciosa, sendo seu Presidente e Treinador Rui Jorge Melo.

Na época 2006/2007, o Luzense venceu a Taça da Ilha Graciosa diante do Sporting Clube de Guadalupe e a da Taça AFAH Ilha Graciosa perante o Graciosa Futebol Clube.

Na época seguinte, sendo seu Presidente Orlando Miguel Santos, o clube conquista novamente a Taça AFAH Ilha Graciosa, representando desta forma, e pela primeira vez, a ilha Graciosa, na então recém-criada, Taça Região Autónoma dos Açores, sendo derrotado, na ilha de São Jorge, pelo Futebol Clube Calheta.

Posteriormente, na época desportiva 2008/2009, na Direção presidida por Rui Arruda, a equipa treinada por Fernando Correia conquista o Torneio de Abertura da Ilha Graciosa.

Recentemente, na atual época desportiva, o Desportivo Luzense conquistou mais um título para o seu palmarés ao vencer a Taça Ilha Graciosa diante do Grupo Desportivo da Mocidade Praiense.

O Grupo Desportivo Luzense deslocou-se, por duas vezes, a países com forte presença das comunidades açorianas. Na época desportiva 1994/1995, efetuou uma digressão pelos Estados Unidos da América e Canadá, onde participou em diversos encontros de futebol e em eventos de convívio com a comunidade graciosense. Em 2010, o clube voltou a cruzar o Atlântico para uma digressão por várias cidades dos Estados Unidos da América.

Em 2016, após vários anos de interrupção do futebol sénior local, o Desportivo Luzense retomou a sua atividade desportiva no futebol sénior, no regresso das competições desportivas locais, sob a presidência de Manuel de Jesus Silva.

É reconhecida a importância que estas coletividades assumem na sociedade, por isso, é essencial valorizar o papel dos órgãos sociais, treinadores, atletas e sócios pelo tempo que dispensam da sua vida pessoal, para, de corpo e alma, assegurarem a formação desportiva dos jovens atletas.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em plenário de abril de 2018, emita o seguinte voto de congratulação:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, congratula-se pela celebração dos 25 anos de existência do Grupo Desportivo Luzense, sendo esta congratulação extensiva a todos os membros dos corpos sociais, atletas, sócios e adeptos que ao longo destes anos contribuíram para o desenvolvimento desportivo da ilha Graciosa.”

Do presente voto deve ser dado conhecimento à direção do clube, Associação de Futebol de Angra do Heroísmo, Junta de Freguesia da Luz, Câmara e Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa.

Disse.

Horta, sala das sessões, 18 de abril de 2018.

*Os Deputados*, Ricardo Ramalho, André Bradford, Manuel Ramos, Maria Isabel Quinto e José Ávila

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(\*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Social Democrata felicita também o Grupo Desportivo Luzense pelos seus 25 anos de fundação comemorados no passado dia 8 de setembro de 2017 e nada melhor do que comemorar um ano de passagem do seu 25.º aniversário do que com a conquista de mais uma taça, o que é de louvar para uma equipa que ainda há poucos anos se reergueu de algum período menos feliz e louvamos por isso a tenacidade dos seus dirigentes, dos seus atletas e de todos quantos na freguesia da Luz lutam pelas suas associações, pelas suas coletividades e que conseguem na ilha Graciosa mover-se e organizar-se para praticar desporto e, desde logo, para continuar a formar jovens nesta modalidade.

Felicitamos, por isso, a passagem do 25.º aniversário e felicitamos também todos os seus dirigentes e atletas.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto de congratulação refere-se a Isabela Quadrado, segunda classificada no concurso literário nacional “A ética na vida e no desporto” promovido pelo Instituto Português do Desporto e Juventude.

É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

### **Voto de Congratulação**

**Isabela Quadrado – segunda classificada no concurso literário nacional "A Ética na Vida e no Desporto" promovido pelo Instituto Português do Desporto e Juventude**

No mês de setembro de 2017, a jovem mariense Isabela Quadrado, de 16 anos, recebeu em Lisboa na sede do Jornal " A Bola", o prémio relativo ao segundo lugar no concurso literário "A Ética na vida e no Desporto", com o trabalho intitulado “a vida é uma bola de sabão”.

O Instituto Português do Desporto e Juventude I.P., através do Plano Nacional de Ética no Desporto, com o apoio do Jornal Desportivo A Bola, a Direção-Geral da Educação/Desporto Escolar, Direção - Geral de Reinserção e Serviços Prisionais e o Comité Olímpico de Portugal, instituíram a V Edição do Concurso Literário “A Ética na Vida e no Desporto”.

O Concurso teve por objetivo estimular a produção de trabalhos escritos relacionados com a Ética na Vida e no Desporto, galardoando aqueles que melhor qualidade apresentaram, entre estudantes do ensino secundário dos Cursos Científico-Humanísticos de Ciências e Tecnologias, de Ciências Socioeconómicas, de Línguas e Humanidades e de Artes Visuais e dos Cursos

Profissionais ministrados em estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo de Portugal Continental e Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

Na ocasião, teve oportunidade de transmitir aos microfones de A Bola TV a importância que tal prémio revestiu no sentido de estimular os Açorianos a não se sentirem excluídos do todo nacional, afirmando “que bom foi não se esquecerem de nós” o que potenciará que outros açorianos possam vir a participar em iniciativas deste género.

Assim sendo, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, que aprove um **Voto de Congratulação** pela conquista do segundo lugar no concurso literário “A Ética na Vida e no Desporto”, por parte da jovem mariense Isabela Quadrado, aluna da Escola Básica e Secundária de Santa Maria. Que o mesmo seja dado conhecimento à própria, à Escola Básica e Secundária de Santa Maria e ao Conselho de Ilha de Santa Maria.

Horta, Sala das sessões, 18 de abril de 2018.

*Os Deputados*, André Bradford, João Vasco Costa, José Ávila, Maria Isabel Quinto e Bárbara Chaves

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há alguma inscrição.

Sra. Deputada Mónica Seidi tem a palavra.

(\*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se obviamente a este voto na medida em que realmente é um dos melhores valores associados ao desporto e obviamente que este prémio tem um grande significado.

Numa altura em que realmente as manifestações que nos vão chegando demonstram alguma falta de ética ao nível do desporto que atualmente se vive em Portugal.

Portanto, gostaríamos também de felicitar este prémio alcançado pela aluna e que seja de facto um bom exemplo para todos os jovens açorianos desta Região.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto de congratulação refere-se aos 75 anos da Cooperativa Agrícola de Laticínios dos Lourais.

É apresentado pelo PSD. Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedroso.

**Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

### **Voto de Congratulação**

#### **75.º aniversário da Cooperativa Agrícola de Laticínios dos Lourais**

A Cooperativa Agrícola de Laticínios dos Lourais, da freguesia da Ribeira Seca, foi fundada em 1943, comemorando, no presente ano, o seu 75.º aniversário.

A Cooperativa Agrícola de Laticínios dos Lourais integra com relevante importância o principal sector económico produtivo da ilha de São Jorge – o sector cooperativo – que por sua vez, na última metade do Século XX, afirmou-

se, pela sua dimensão e qualidade, como um dos principais motores económicos desta ilha e da Região.

Foram os sócios fundadores desta tão prestigiada Instituição: Manuel Araújo Azevedo, Manuel Cardoso, José Silveira Mendonça, António Gonçalves Mendonça, residentes no lugar dos Lourais; Armando Vitorino da Silveira, José Florindo Azevedo, residentes no lugar do Portal; e António Machado Nunes, Luís Machado Borba Júnior, António Gonçalves Azevedo, José Ramos de Sousa, José Lopes Gomes e Inácio Florindo de Sousa, residentes no lugar da Fajã dos Vimes.

Esta Instituição, galardoada com inúmeros prémios de qualidade, colaborou decisivamente para a projeção internacional do nosso principal produto – o queijo de São Jorge – que veio a constituir a principal base económica não só do concelho da Calheta, como de toda a ilha.

A 25 de março de 2009, sob a direção de José Gabriel Gomes da Silveira Gonçalves, José Leodegário Sousa Oliveira e Francisco Gomes, inaugurou uma moderna unidade fabril com um potencial bastante considerável, que veio substituir umas modestas instalações que já não davam a necessária resposta aos desafios da qualidade do produto e à transformação de mais de 5 milhões de litros de leite em cerca de 500 toneladas de queijo, por ano.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores emita o seguinte voto:

**A Assembleia Legislativa Regional dos Açores congratula-se pelo septuagésimo quinto aniversário da Cooperativa Agrícola de Lacticínios dos Lourais num justo reconhecimento pelo inestimável contributo económico, social e cultural que esta Instituição desempenha desde sempre, com elevada distinção, na nossa sociedade, nomeadamente no Concelho da Calheta e em toda a ilha de São Jorge.**



A presente congratulação deve ser comunicada à Cooperativa Agrícola de Lacticínios dos Lourais, à Uniqueijo, às Assembleias e Câmaras Municipais de Velas e Calheta e ao Conselho de Ilha de S. Jorge.

Horta, sala das sessões, 18 de abril de 2018

*Os Deputados*, Duarte Freitas, Luís Maurício, Mónica Seidi, Paulo Parece, António Vasco Viveiros e António Pedroso

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras tem a palavra.

(\*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O CDS claro que se associa a este voto pelo 75.º aniversário da Cooperativa Agrícola de Lacticínios dos Lourais, por todo aquele que tem sido o seu percurso e também pela importância desta cooperativa quer na promoção, na divulgação e na afirmação do que é o nosso produto de excelência que é o queijo de São Jorge.

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada.

Sr. Deputado André Rodrigues tem agora a palavra.

(\*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista também associa-se com muito gosto a este voto de congratulação pelos 75 anos da Cooperativa Agrícola de Lacticínios dos Lourais, reconhecendo o trabalho realizado por todas as direções, por todos os seus funcionários, de forma a garantir e a honrar o legado do queijo de São Jorge e o seu futuro, contribuindo assim claramente para o desenvolvimento económico da ilha de São Jorge e a sua coesão territorial.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto de congratulação refere-se à nomeação do Arcebispo José Avelino Bettencourt.

É apresentado pelo CDS. Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

### **Voto de Congratulação**

#### **Nomeação do Arcebispo José Avelino Bettencourt**

Arcebispo José Avelino Bettencourt nasceu na Vila das Velas em 23 de maio de 1962, tendo a sua família se estabelecido em Ottawa, Canadá, no ano de 1965.

Em 1993 foi ordenado Sacerdote na Paróquia Nacional, em Ottawa, e no dia 27 de junho de 1993 celebrou a sua Missa Nova na Matriz das Velas.

Frequentou, de 1995 a 1999, a Pontifícia Universidade Gregoriana, onde se doutorou em Direito Canónico e de 1997 a 1999 a Pontifícia Academia Eclesiástica, onde concluiu a formação para o serviço diplomático da Santa Sé.

Servindo no Vaticano desde 1999, desempenhou funções de Secretário na Nunciatura Apostólica na República Democrática do Congo (Kinshasa), no Ministério dos Negócios Estrangeiros da Santa Sé (Secção de Relações com os Estados), onde acompanhou os assuntos para os países de língua inglesa, francesa e portuguesa da África Ocidental.

Em 2007 foi nomeado para a Prefeitura da Casa Pontifícia para o serviço do protocolo na “antecâmara” Pontifícia.

Em 14 de novembro de 2012 foi nomeado, por Sua Santidade o Papa Bento XVI, Chefe de Protocolo na Secretaria de Estado da Santa Sé, e nesta qualidade exerce todas as funções diplomáticas, acolhendo Chefes de Estado e de Governo que visitam o Papa, ou que desejam que este visite os seus países. No ano de 2013 recebeu, no âmbito da celebração da inauguração do Pontificado do Papa Francisco, 140 Delegações Oficiais de Estados com relações com a Santa Sé. No exercício das suas funções também colabora na agenda diária de Sua Santidade o Papa Francisco.

Em 29 de abril de 2013 foi distinguido, por Sua Excelência o Presidente da República, Professor Doutor Aníbal António Cavaco Silva, no Palácio de Belém, com a Comenda da Ordem de Cristo.

Em 15 de dezembro de 2013 foi distinguido por Sua Excelência Reverendíssima o Sr. Bispo de Angra e Ilhas dos Açores, D. António de Sousa Braga, na Sé de Angra, com a Comenda da Ordem de Cavalaria do Santo Sepulcro de Jerusalém.

Em 23 de abril de 2015 foi homenageado pelo Município de Velas com atribuição da Chave de Ouro desta Edilidade.

Em 16 de maio de 2016 na Sessão Solene do Dia dos Açores foi condecorado com Insígnia Autónoma de Reconhecimento.

No passado dia 19 de março, ocorreu na Basílica de São Pedro, na solenidade de São José, com presidência do Papa Francisco a ordenação episcopal de D. José Avelino Bettencourt a Arcebispo e Nuncio Apostólico, tornando-se assim **o segundo português a ocupar o posto de Nuncio Apostólico**, o mais elevado da carreira diplomática do Vaticano.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP/Açores propõe a aprovação de um Voto de Congratulação ao Filho

da Ilha de São Jorge, Arcebispo José Avelino Bettencourt, pelo excelente percurso realizado ao serviço do Povo, do Papa e do Vaticano e por esta tão distinta nomeação.

A presente congratulação deve ser comunicada ao Arcebispo José Avelino Bettencourt, ao Bispo da Diocese dos Açores, à Ouvidoria da Ilha de São Jorge e às Assembleias Municipais da Ilha de São Jorge.

Horta, sala das sessões, 18 abril de 2018

*Os Deputados*, Artur Lima, Catarina Cabeceiras, Graça Silveira e Alonso Miguel

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto de congratulação refere-se também à ordenação do Sr. Arcebispo José Avelino Bettencourt.

É apresentado pelo PS. Tem a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

**Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

### **Voto de Congratulação**

**José Avelino Bettencourt ordenado Arcebispo e nomeado Núncio**

**Apostólico da Santa Sé para a Arménia e Geórgia**

José Avelino Bettencourt, nasceu nas Velas, ilha de São Jorge, a 23 de maio de 1962. Em 1965 emigrou com a família para a cidade de Otava, província de Ontário, no Canadá. Em 1985 obteve o Bacharelato em Letras da Universidade de Otava, frequentou o Colégio Dominicano de Filosofia e Teologia de Otava.

Em 1993 obteve o Bacharelato em Teologia na Universidade de São Paulo, em Otava e a 29 de maio, desse mesmo ano, ordenou-se sacerdote e foi incardinado na Arquidiocese de Otava. No dia seguinte, a 30 de maio, fez a sua Missa Nova na igreja nacional portuguesa do Senhor Santo Cristo em Otava.

Posteriormente, entre 1995 e 1999 frequentou a Pontifícia Universidade Gregoriana, onde conseguiu o Doutoramento em Direito Canónico. Entre os anos de 1997 e 1999 frequentou a Pontifícia Academia Eclesiástica, tendo concluído a formação para o serviço diplomático da Santa Sé.

Em 1999 foi nomeado para a Secção das Relações com os Estados na Secretaria de Estado do Vaticano para acompanhar os assuntos para os países de língua inglesa, francesa e portuguesa da África Ocidental. Neste período, integrou várias delegações oficiais.

Em 2007 foi nomeado para a Prefeitura da Casa Pontifícia para o serviço do protocolo na antecâmara papal, tendo sido em 2010, nomeado Prelado de Honra pelo Papa Bento XVI.

A 14 de novembro de 2012, foi nomeado Chefe de Protocolo da Secretaria de Estado do Vaticano, pelo Papa Bento XVI.

Em 2013, foi distinguido com a Comenda da Ordem de Cristo, por Sua Exa. o Senhor Presidente da República Portuguesa e, nesse mesmo ano, recebeu a comenda da Ordem de Cavalaria do Santo Sepulcro de Jerusalém, na Sé de Angra do Heroísmo.

A 18 de abril de 2015, recebeu em Roma, a Ordem do Mérito da República Italiana, 2ª Classe – Grande Oficial, que distingue as personalidades que os serviços prestados à nação italiana no domínio da literatura, belas-artes,

economia, serviço público, atividades de carácter social, filantropia ou humanitários, e serviços prestados ao longo de uma carreira militar ou civil.

A 23 de abril de 2015 foi eleito cónego Honorário do Cabido da Sé Catedral de Angra do Heroísmo. Nesse mesmo dia e ano, recebeu a chave de ouro do município de Velas.

A 23 de abril de 2016, recebeu a Ordem do Infante D. Henrique, Grande Oficial, por sua Exa. o Senhor Presidente da República Portuguesa, que visa distinguir a prestação de serviços relevantes a Portugal, no país ou no estrangeiro, ou serviços na expansão da cultura portuguesa, da sua História e dos seus valores. A 16 de maio, do mesmo ano, na Sessão Solene do Dia da Região Autónoma dos Açores foi condecorado com a Insígnia Autónómica de Reconhecimento.

No passado dia 19 de março, foi ordenado, pelo Papa Francisco, Arcebispo e nomeado para Núncio Apostólico na Arménia e na Geórgia. Foi atribuído a titularidade simbólica da Antiga Diocese de Cittanova, no território da Croácia. José Avelino Bettencourt, é um Açoriano cujo percurso de vida o levou a outras paragens, que agora o leva à Geórgia e à Arménia, mas que nunca esqueceu a sua terra natal, tem dado vastas provas de ter por ela um enorme carinho e uma atenção muito especial.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário do dia 18 de abril de 2018, emita o seguinte voto de congratulação:

**A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pela ordenação de José Avelino Bettencourt como Arcebispo e pela sua nomeação como Núncio Apostólico para a Arménia e Geórgia.**

O presente voto deverá ser dado conhecimento ao próprio nomeado, à diocese de Angra do Heroísmo e à Ouvidoria da ilha de São Jorge.

Horta, Sala das Sessões, 18 de abril de 2018.

*Os Deputados*, André Bradford, André Rodrigues, José Ávila e Maria Isabel Quinto

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Também referente à nomeação do Primeiro Núncio Apostólico Açoriano, Arcebispo José Avelino Bettencourt, agora apresentado pelo PSD, tem a palavra o Sr. Deputado António Pedroso.

**Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

### **Voto de Congratulação**

#### **Nomeação do primeiro Núncio Apostólico Açoriano, Arcebispo José Avelino Bettencourt**

*“... sou chamado a ser o coração e os braços que o Papa Francisco deseja que sejam os seus representantes!...”*, foram estas as palavras do ilustre Açoriano recém-nomeado Núncio Apostólico da Santa Sé para a Arménia e Geórgia.

Nasceu na vila das Velas, ilha de S. Jorge em 23 de maio de 1962, tendo recebido as águas lustrais do batismo na Igreja Matriz das Velas pelo pároco José Garcia Pedro.

Decerto que os seus pais ao conceberem esse menino no lugar da Beira, num ambiente rural ornado com pastagens verdejantes circundadas por hortenses

com vista incomparável para o canal do triângulo, jamais imaginaram que um dia aquela criança cresceria e voaria tão alto de modo a alcançar a cidade eterna – Roma.

Com apenas três anos D. José Avelino Bettencourt emigrou com os pais para o Canadá, estabelecendo-se na cidade de Ottawa - Província de Ontário.

Obtém em 1985 o Bacharelato em Letras na Universidade de Ottawa e frequenta o Colégio Dominicano de Filosofia e Teologia da referida Cidade, e em 1993 obtém o Bacharelato em Teologia na Universidade de São Paulo. No mesmo ano é ordenado padre e celebra a sua missa nova na sua terra natal, na Matriz das Velas.

Dois anos depois foi enviado para Roma com o objetivo de estudar, onde termina o Doutoramento em Direito Canónico em 1999. O regresso ao Canadá já não aconteceria mais, uma vez que D. José Avelino Bettencourt foi convidado para o serviço diplomático da Santa Sé. Começou em 1999 na Nunciatura do Vaticano na República Democrática do Congo numa altura em que este país estava em guerra civil.

Após profícuo trabalho diplomático que desenvolveu nesta parte do mundo, em 2007 foi nomeado para a Prefeitura da Casa Pontifícia para o serviço do protocolo na “antecâmara Papal”, tendo sido nomeado pelo Papa Bento XVI “Prelado de Honra”.

Desde 2012 foi Chefe do Protocolo da Secretaria de Estado do Vaticano, onde lidou de perto com os monarcas e chefes de Estado, antes destes serem recebidos pelo Papa.

Em 2013 foi condecorado em Portugal pelo Presidente da República com a comenda da Ordem Militar de Cristo. No mesmo ano recebe a comenda da Ordem de Cavalaria do Santo Sepulcro de Jerusalém, na Sé de Angra do Heroísmo.



O nomeado foi eleito em 2015 Cónego Honorário do Cabido da Sé Catedral de Angra do Heroísmo, e no mesmo ano é homenageado na Matriz das Velas com descerramento da sua fotografia na sala nobre.

Em 2015 foi homenageado pelo Município das Velas com a entrega da Chave de Ouro do Município.

Em 2016, foi agraciado na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores com a Insígnia Autonómica de Reconhecimento.

No passado dia 19 de março deste ano D. José Avelino Bettencourt foi ordenado pelo Papa Francisco arcebispo e nomeado para Núncio Apostólico na Arménia e na Geórgia. Foi também atribuído ao novo arcebispo nascido na vila das Velas na ilha de S. Jorge a titularidade simbólica da Antiga Diocese de Cittanova, no território da Croácia.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores emita o seguinte voto:

**A Assembleia Legislativa Regional dos Açores congratula-se pela nomeação do Arcebispo D. José Avelino Bettencourt, Açoriano e natural da vila das Velas em S. Jorge, para Núncio Apostólico da Santa Sé na Arménia e Geórgia, sendo a primeira vez na história que é nomeado um Açoriano para tão distinto cargo.**

A presente congratulação deve ser comunicada ao nomeado, à diocese de Angra, à Ouvidoria da ilha de S. Jorge e às Assembleias e Câmaras Municipais de Velas e Calheta.

Horta, sala das sessões, 18 de abril de 2018

*Os Deputados,* Duarte Freitas, Luís Maurício, Mónica Seidi, Paulo Parece, António Vasco Viveiros e António Pedroso

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto de congratulação refere-se aos 65 anos da Filarmónica União Operária e Cultural Nossa Senhora dos Remédios, na Fajãzinha das Flores.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

**Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

### **Voto de Congratulação**

#### **65 anos da Filarmónica União Operária e Cultural Nossa Senhora dos Remédios – Fajãzinha – ilha das Flores**

Fundada em 1953, a Filarmónica União Operária e Cultural Nossa Senhora dos Remédios, da freguesia da Fajãzinha, na Ilha das Flores, desenvolveu a sua atividade ininterruptamente até finais de 1967, altura em que o forte surto migratório obrigou à sua suspensão.

Foram necessários 16 anos, durante os quais a vontade de reativar a banda de música nunca esmoreceu, para que estivessem reunidas as condições necessárias para que a Filarmónica União Operária e Cultural Nossa Senhora dos Remédios retomasse a sua normal atividade.

A partir de 1983 não só foi retomada a atividade normal da sua banda de música, já então com reconhecida qualidade musical, como foi dado início a uma nova fase da vida desta filarmónica com uma aposta forte na área da

formação musical e com a responsabilização dos próprios músicos que a compõem pela Direção e destino da mesma.

A Filarmónica União Operária e Cultural Nossa Senhora dos Remédios ou Filarmónica da Fajãzinha como é vulgarmente conhecida, encontra-se a celebrar os 65 anos da sua fundação, sendo desde há vários anos a esta parte a única filarmónica em atividade na Ilha das Flores, atuando e abrilhantando festividades e eventos por toda a Ilha. Para além disso, a Filarmónica da Fajãzinha regista várias atuações em diversas ilhas do arquipélago, bem como no Continente Português, nomeadamente em Leiria/Marrazes, Pombal, Vermoil e Termas de Monte Real, bem como em Fall River nos Estados Unidos da América. De registar também a gravação de um CD em 2009 integrando o Volume 7 das Bandas Filarmónicas dos Açores.

Para além da banda de música, a Filarmónica da Fajãzinha tem ainda em atividade desde 2014 um quarteto de saxofones e um quinteto de metais com atuações frequentes em diversos espetáculos e eventos.

A escola de música que esta Filarmónica vem mantendo continua a formar músicos das mais diversas localidades da Ilha das Flores, contribuindo não só para a elevação do seu nível cultural como cativando sobretudo os mais jovens para uma atividade socialmente relevante.

**Assim e face ao exposto, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar do PCP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que aprove um Voto de Congratulação pelos 65 anos da fundação da Filarmónica União Operária e Cultural Nossa Senhora dos Remédios.**

Mais se propõe que deste voto seja dado conhecimento a todos os músicos e sócios da Filarmónica União Operária e Cultural Nossa Senhora dos Remédios, às Câmaras e Assembleias Municipais de Santa Cruz das Flores e de Lajes das

Flores, ao Conselho de Ilha das Flores, à Junta de Freguesia da Fajãzinha e à Direção Regional da Cultura.

*O Deputado Regional do PCP Açores, João Corvelo*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Bruno Belo tem a palavra.

(\*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD naturalmente associa-se ao voto de congratulação apresentado pelo PCP relativamente aos 65 anos da Filarmónica União Operária e Cultural Nossa Senhora dos Remédios na Fajãzinha e realça o facto dessa instituição ser a única na ilha das Flores com o propósito de abrilhantar as festas.

Para além disso e com a sua escola de formação musical presta um serviço cultural a todos os jovens daquela ilha, porque é o único sítio nas Flores onde esses jovens podem aprender música.

Ora, por tudo isto é justo que esse voto de congratulação seja aprovado.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Manuel Pereira tem a palavra.

(\*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista naturalmente que se associa a este voto e importará também referir, como já foi dito, que tendo sempre a escola de música em funcionamento serve para atrair os mais jovens, desviando-os por vezes de comportamentos que são menos apropriados e com as orquestras que tem de saxofone e de metais tem promovido vários concertos que dignificam esta filarmónica que está inserida (é preciso que se saiba) numa comunidade de

apenas 70 habitantes, muitos deles envelhecidos, mas que congrega músicos de toda a ilha.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto é de congratulação pelos 100 anos da sagração da Igreja Paroquial do Apóstolo São Paulo da Paróquia e Freguesia da Ribeira Quente.

É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Ávila.

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

### **Voto de Congratulação**

#### **Pelos 100 anos da sagração da Igreja Paroquial do Apóstolo São Paulo da Paróquia e Freguesia da Ribeira Quente**

Em 1943, resultante de requerimento enviado dois anos antes ao Ministério do Interior por então chefes de família eleitores, muito bem liderados pelo seu Pároco, o Lugar da Ribeira Quente é, por Decreto de 24 de junho, elevado à categoria de Freguesia.

Neste Decreto, o Governo de então aceitava todos os argumentos explanados no ofício enviado e que fazia referência aos então 1768 habitantes residentes naquele Lugar, à sua capacidade de autonomia financeira, à distância das Freguesias mais próximas, em especial aos 15km que distava da sede da sua

Freguesia que era a Vila da Povoação e, conseqüentemente, à morosidade administrativa inerente às distâncias. Além disso, neste mesmo Decreto era feita referência ao facto do Lugar da Ribeira Quente, já há muito, ser Paróquia autónoma, eclesiasticamente unida à Ouvidoria da Povoação.

E tal era ao tempo a importância da Paróquia e do seu Pároco que, por ele mesmo Padre José Jacinto da Mota, foi liderado todo o processo que veio a conseguir o aludido Decreto-Lei n.º 32867, de elevação do Lugar da Ribeira Quente a Freguesia, em 24 de junho de 1943. Muito antes, porém, já a Paróquia da Ribeira Quente possuía autonomia eclesiástica. Muito antes mesmo da construção da atual Igreja de São Paulo da Ribeira Quente que agora perfaz o centenário da sua sagração. Muito antes desta, outra existiu na baía entre a Ribeira e o Fogo que foi comida pelo mar. E da vontade e da Fé dos Pescadores, bem liderados pelo então Pároco Padre Ângelo d'Amara, um povoacense natural da Lomba do Alcaide, foi em seis anos construída a nova Igreja.

Recuamos assim ao dia vinte e dois de setembro do ano de 1917, dia em que a fé e o trabalho de um povo, passados que estavam seis anos da sua construção, testemunharam com regozijo a sagração da sua nova Igreja de S. Paulo, pelo então Senhor Bispo da Diocese d'Angra, Dom Manuel Damasceno da Costa.

A Ribeira Quente era uma Freguesia de Pescadores, muito pobre à época, mas ali foi decidido que cada barco, para além dos seus homens pescadores, possuísse sempre mais um companheiro – São Paulo – ao qual faziam um quinhão de partilha de rendimentos, destinado à angariação de fundos que sustentaram a construção da Igreja.

Esta pequeníssima resenha histórica mostra de que são feitas as gentes da Ribeira Quente. Gente que nas veias, para além do basalto negro, possui entranhado o mar salgado, dando-lhes o tempero necessário e quase único para

se erguerem, para se reerguerem e para se asseverarem como cidadãos lutadores intransigentes pela sua Terra.

Destes feitos, perfaz agora 100 anos, havendo sido realizadas, no último fim de semana de setembro, sublimes comemorações que nas palavras do Pároco, Padre Ricardo Pimentel, *“fez-se história nestes dias. A minha esperança é que, para além do aspeto histórico, se tenham reforçado os laços comunitários e o desejo de continuar a transmitir valores cristãos às gerações vindouras.”*

Para além de pretender relevar o valor destas comemorações, importa realçar o empenho cívico e religioso do povo da Ribeira Quente, a ação empenhada do Reverendo Pároco, Padre Ricardo Pimentel, a presença paternal de Sua Excelência Reverendíssima, o Bispo d’ Angra e Ilhas dos Açores, D. João Lavrador, a presença das Autoridades Regionais, Municipais e da Freguesia e de muitas centenas de emigrantes que à sua terra se deslocaram propositadamente em romagem de jubilosa saudade.

Deste voto deverá ser dado conhecimento à Diocese d’ Angra, à Igreja do Apóstolo São Paulo da Ribeira Quente, à Ouvidoria da Povoação, à Junta de Freguesia da Ribeira Quente e à respetiva Assembleia de Freguesia, à Câmara e Assembleia Municipal da Povoação.

Horta, Sala das Sessões, 18 de abril de 2018,

*Os Deputados*, André Bradford, João Paulo Ávila, José Ávila, Maria Isabel Quinto e Sónia Nicolau

**Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto é de congratulação à Escola Básica e Integrada de Rabo de Peixe, Escola Changemaker. É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira.

**Deputado Jaime Vieira (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

### **Voto de Congratulação**

#### **Escola Básica e Integrada de Rabo de Peixe – “Escola Changemaker”**

A Escola Básica e Integrada de Rabo de Peixe recebeu no passado mês de janeiro uma significativa distinção, pela Associação *Ashoka*, como “escola changemaker”, um exemplo de inspiração para as demais escolas.

Num conjunto de 100 escolas de todo o mundo, existiram cinco escolas no País, incluindo as Regiões Autónomas, que foram eleitas como “escola changemaker”. A EBI Rui Galvão de Carvalho, em Rabo de Peixe, é uma destas cinco, e a única das Regiões Autónomas, que receberam este distintivo galardão.

O coordenador da *Ashoka* Portugal, organização que já se encontra implementada em 90 países e que identifica e apoia empreendedores que, nos seus países, criaram soluções para problemas sociais, explicou que esta análise foi efetuada por "um conjunto de peritos" onde verificaram se as escolas "foram eficientes ao responderem aos desafios" colocados pelo contexto socioeconómico em que estão inseridas.

Este tipo de prémio, patenteia a conexão da escola com a comunidade e a capacidade de esta instituição em encontrar novas soluções e empreendedoras para educação mais inovadora, mais inclusiva e acima de tudo, com maior



sucesso, sobretudo nas dimensões da inclusão da sequência dos estudos, do combate ao insucesso e abandono escolar.

A relevância deste prémio torna-se ainda mais significativa, na medida em que esta vila no geral e esta escola em particular são na maioria das vezes referenciadas pelos aspetos negativos.

Rabo de Peixe é uma terra de gente trabalhadora e empreendedora, a quem falta apenas muitas vezes a oportunidade para demonstrar as suas capacidades.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação à Escola Básica e Integrada de Rabo de Peixe, devendo o mesmo ser dado conhecimento à Câmara Municipal da Ribeira Grande e Junta de Freguesia de Rabo de Peixe, pelo reconhecimento como “escola changemaker”.

Horta, sala das sessões, 18 de abril de 2018.

*Os Deputados*, Duarte Freitas, Luís Maurício, Mónica Seidi, Paulo Parece, António Vasco Viveiros, Maria João Carreiro e Jaime Vieira,

**Deputados Duarte Freitas e Luís Maurício (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Sónia Nicolau tem a palavra.

(\*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto de congratulação apresentado à Escola de Rabo de Peixe, aliás, tendo aqui como referência que já em 2017 foi nesta mesma Casa referenciado o ganho deste prémio por esta escola e associamo-nos no todo no conteúdo do voto dizendo aqui também que o coordenador da Ashoka em Portugal, o Rui Marques, referia uma frase que é, penso eu, bastante apropriada ao contexto, no particular, da

Escola de Rabo de Peixe e passo a citar: “Os rankings mostram só uma pequena questão que não tem haver com os resultados académicos e tal não se pode comparar o que é incomparável” indo ao encontro daquilo que o Sr. Deputado disse.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto de congratulação refere-se ao título de vice-campeã nacional, Sofia Melo. É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco.

**Deputado Tiago Branco (PS):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

### **Voto de Congratulação**

#### **Pelo título de Vice-Campeã Nacional de Sofia Melo**

Realizou-se entre os dias 27 de setembro e 1 de outubro de 2017, o Campeonato de Portugal de Ensino na modalidade de equitação.

Nesta prova, que decorreu na Sociedade Hípica Portuguesa em Lisboa, mais precisamente no Hipódromo do Campo Grande, participou a jovem faialense Sofia Melo que alcançou o segundo lugar do pódio, sagrando-se vice-campeã nacional no escalão de juniores.

A cavaleira faialense, de 18 anos de idade, participou nesta prova montando “Lili”, em representação da Associação Hípica Faialense e da Associação Regional do Desporto Equestre dos Açores, numa competição onde participaram 15 conjuntos.

Sofia Melo sagrou-se igualmente campeã regional de Ensino na Final do Campeonato Regional de Dressage (CRAD) e do Campeonato Regional de Dressage Open (CRADO) que decorreu na Associação Equestre da Ilha de São Miguel no passado mês de julho.

Mais uma vez, pela prática do desporto, vemos jovens faialenses a levar o nome da Região, e neste caso em particular do Faial, mais longe, marcando presença com excelentes resultados em provas de âmbito nacional.

O esforço e dedicação de Sofia Melo deve ser assim exemplo para todos os jovens não só da importância da prática desportiva para o bem-estar, mas também pelos valores que o desporto incute, ensinando a saber ganhar e a perder.

Uma palavra final para aqueles que acompanham Sofia Melo neste percurso de vitórias, desde a família, até aos treinadores e às associações que a representam. Só um trabalho conjunto tornam estes resultados possíveis e alcançáveis pela jovem atleta faialense.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de abril, que seja aprovado um Voto de Congratulação pelo título de vice-campeã nacional alcançado por Sofia Melo, e dele seja dado conhecimento à sua atleta, à Associação Hípica Faialense e Associação Regional do Desporto Equestre dos Açores.

Sala das Sessões, 18 de abril de 2018.

*Os Deputados*, André Bradford, Tiago Branco, José Ávila e Maria Isabel Quinto

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Garcia tem a palavra.

(\*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que o Partido Social Democrata associa-se a este voto e felicita a jovem Sofia Melo e os seus treinadores por este título alcançado e fazemos votos que este título constitua um forte estímulo para o desenvolvimento da equitação quer na ilha do Faial, quer nos Açores.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto de congratulação refere-se aos 475 anos da Santa Casa de Misericórdia das Velas. É apresentado pelo CDS. Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

### **Voto de Congratulação**

#### **475º Aniversário da Santa Casa da Misericórdia das Velas**

A constituição da Confraria da Santa Misericórdia das Velas ocorreu na casa do Espírito Santo no “ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil quinhentos e quarenta e três aos quinze dias do mês de abril” quando aí “se

ajuntaram muita parte dos moradores da dita vila e seu termo e ordenaram a confraria da Santa Misericórdia”, assim se lê no livro “Misericórdia das Velas Provedores, factos e documentos” da autoria de Frederico Maciel.

A Santa Casa da Misericórdia das Velas é a quinta mais antiga dos Açores, e a instituição privada de solidariedade que mais contribuiu para a prática da caridade na Ilha de São Jorge, dando resposta aos infortúnios que foram surgindo e adaptando-se aos sinais do tempo. Foi assim nas crises sísmicas que afetaram a Ilha onde a Santa Casa sempre teve um papel interveniente ou quando em meados do século XX instituiu a “Sopa dos Pobres”, cujo serviço matou a fome diariamente a várias famílias, chegando a abranger meia centena de famílias velenses, entre outras iniciativas. A história desta Instituição confunde-se com o processo evolutivo da Ilha e com o seu próprio percurso histórico, integrando um dos três pilares do Concelho e da Ilha juntamente com a Câmara Municipal e a Matriz das Velas.

Foi, contudo, a implementação do Hospital da Misericórdia, que após o testamento de D. Beatriz de Melo teve o seu maior impulso, a obra de maior vulto da Instituição e aquela que prevaleceu como mais importante ao longo dos séculos, pois durante três séculos e meio foi o único hospital existente na Ilha, assumindo um papel fundamental.

No entanto, a par da atividade hospitalar, a Santa Casa da Misericórdia apoiava os mais necessitados, presos não só através do fornecimento de alimentação como, por vezes, através de esmolas em dinheiro; socorria os náufragos; acompanhava os defuntos à sua última morada; enfim praticava a caridade, através do cumprimento das obras de misericórdia.

Séculos depois, após a Revolução de Abril de 1974, passando os cuidados de saúde para a responsabilidade total do Estado, ficou a instituição sem esta valência. Mas, nem por isso, deixou esta instituição de atuar na comunidade, como o fazia há mais de quatro séculos.

Em compensação, surgiram novas atividades viradas para a infância, com a abertura do Jardim de Infância em 1983, a Creche em 1996 e, em 2004, o A.T.L. dando resposta às necessidades de mais de cento e quarenta crianças com idades compreendidas entre os quatro meses e os onze anos, sendo estas ainda hoje importâncias valências no Concelho das Velas, para além da Farmácia em Velas e o posto de Farmácia na Urzelina.

Atualmente dirigida pelo Provedor Frederico Maciel, a Santa Casa da Misericórdia das Velas mantém sempre o dinamismo, destacando-se pela capacidade de inovação, quer pela qualidade das atividades que desenvolvem, ou pelos protocolos e parcerias que estabelecem com outras instituições, como, com o CAO onde existem intercâmbios regulares entre as duas instituições numa troca e partilha de experiências, que visam o desenvolvimento de atividades que promovem a aceitação, o respeito e a celebração pelas diferenças ou numa vertente mais cultural com o Município das Velas, num protocolo que visa a dinamização cultural do Concelho.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP/Açores propõe a aprovação de um Voto de Congratulação à Santa Casa da Misericórdia das Velas pelo seu 475.º aniversário, pelo papel importante, presente e ativo que tem sempre desenvolvido ao longo dos tempos na Ilha de São Jorge.

A presente congratulação deve ser comunicada à Santa Casa da Misericórdia, assim como à Assembleia Municipal de Velas.

Horta, sala das sessões, 17 abril de 2018

*Os Deputados, Artur Lima, Catarina Cabeceiras, Graça Silveira e Alonso Miguel*

**Deputados Artur Lima (CDS-PP) e Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputado André Rodrigues tem a palavra.

(\*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista associa-se com muito gosto a este voto de congratulação, são 475 anos ao serviço da ilha de São Jorge, em particular do concelho das Velas, por parte da Santa Casa de Misericórdia de Velas, um percurso que tem estado sempre ao lado dos mais necessitados com destaque para as crises sísmicas, mas também para o papel que teve durante muitos anos no setor da saúde.

Mais recentemente, como foi lido no voto, tem um papel mais dedicado à solidariedade social, nomeadamente para as questões da infância, onde eu também gostaria de destacar o facto de ter colocado património seu para ser reabilitado no centro das Velas, mas utilizado por outra instituição, por outra associação que tem o CAO e a residência para pessoas com necessidades especiais.

Por último, também destacar o património cultural da Santa Casa da Misericórdia das Velas, o seu arquivo histórico muito valioso e de facto é necessário também aqui valorizar o trabalho da atual direção, nomeadamente do Sr. Provedor Frederico Maciel, na componente cultural que esta casa desenvolve em prol do concelho das Velas e da ilha de São Jorge.

Portanto, por último, resta-nos desejar à atual direção e às futuras direções, aos seus colaboradores que continuem a servir os velenses e a ilha de São Jorge.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

*(Neste momento, o Deputado Jorge Jorge foi substituído na Mesa pelo Deputado Marco Costa)*

**Presidente:** Também referente aos 475 anos da Santa Casa da Misericórdia das Velas, desta feita apresentado pelo PSD, tem a palavra o Sr. Deputado António Pedroso.

**Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

### **Voto de congratulação**

#### **475.º aniversário da Santa Casa da Misericórdia das Velas**

A constituição da Confraria da Santa Casa da Misericórdia das Velas ocorreu na casa do Espírito Santo no “ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e quinhentos e quarenta e três aos quinze dias do mês de abril, quando aí se ajuntaram muita parte dos moradores da dita vila seu termo e ordenaram a confraria da Santa Misericórdia”.

A implementação do Hospital da Misericórdia foi a obra de maior vulto da Instituição e aquela que prevaleceu como a mais importante através dos séculos, graças ao testamento da principal benemérita D. Beatriz de Melo, falecida em 10 de julho 1682.

A par da atividade hospitalar, a Santa Casa da Misericórdia das Velas apoiava os pobres e indigentes; ao mesmo tempo apoiava os presos não só através de fornecimento de alimentação como, por vezes, através de esmolas em dinheiro;



socorria os náufragos, acompanhava os defuntos à sua última morada; enfim praticava caridade, através do cumprimento das obras de misericórdia.

Em 15 de setembro de 1919 abriu a farmácia da Misericórdia, que ainda, nos nossos dias, é propriedade desta Instituição.

Após a Revolução de Abril de 1974, com a expropriação do usufruto do edifício onde se localizava a sede da Misericórdia e o seu Hospital, passando os cuidados de saúde para a responsabilidade total do Estado, foi encerrada a principal atividade da Misericórdia.

Terminada a gestão da valência do Hospital, não terminou, todavia, a atividade da Misericórdia das Velas.

Nem, por isso, deixou esta instituição de atuar na comunidade, como fazia há mais de quatro séculos. Assim surgiram novas atividades viradas para a Infância, com a abertura do Jardim de Infância, em 1983; da Creche, em 1996; e em 2004 do A. T. L.; dando resposta às necessidades de mais de cento e quarenta crianças, com idades compreendidas entre os quatro meses e os onze anos.

Atualmente é seu provedor António Frederico Correia Maciel, que tem dado continuidade aos projetos iniciais e alargou as atividades também ao âmbito cultural com apoio às Artes.

Assim a Santa Casa da Misericórdia das Velas tem contribuindo de diversas formas no apoio à cultura, desde a música ao teatro, promovendo conferências e disponibilizando aos historiadores e ao público em geral o valioso arquivo histórico da instituição.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores emita o seguinte voto:

**A Assembleia Legislativa Regional dos Açores congratula-se pelos quatrocentos e setenta e cinco anos da Santa Casa da Misericórdia das**

**Velas num justo reconhecimento pelo inestimável contributo social e cultural que esta Instituição desempenha desde sempre, com elevada distinção, na nossa sociedade, nomeadamente no Concelho das Velas e em toda a ilha de São Jorge.**

A presente congratulação deve ser comunicada à mesa e irmãos da referida instituição, às Assembleias e Câmaras Municipais de Velas e Calheta.

Horta, sala das sessões, 18 de abril de 2018

*Os Deputados*, Duarte Freitas, Luís Maurício, Mónica Seidi, Paulo Parece, António Vasco Viveiros e António Pedroso

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto é de congratulação pelos 25 anos do Centro de Convívio de São Brás. É apresentado pelo PS e tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Quinto.

**Deputada Maria Isabel Quinto (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

### **Voto de Congratulação**

#### **25.º aniversário do Centro de Convívio de São Brás**

O Centro de Convívio de São Brás, no concelho da Praia da Vitória, ilha Terceira, celebrou no passado mês de março as suas Bodas de Prata.

Fundado a 14 de março de 1993, por Amélia Silva, Fátima Linhares, Lina Martins, Lúcia Gomes, Maria de Fátima Leal e Odília Godinho, o Centro de Convívio de São Brás tem promovido, ao longo destes 25 anos, o companheirismo e a resposta solidária aos mais idosos.

Atualmente com 56 utentes e seis voluntárias, o Centro de Convívio de São Brás tem sido uma resposta cabal da comunidade às necessidades dos utentes mais idosos, reunindo-os semanalmente num salutar e alegre convívio que muitos consideram até, uma segunda família.

Ao longo dos anos, o Centro de Convívio de São Brás tem participado nas tradições da ilha Terceira, nomeadamente no Carnaval Sénior, com a organização de bailinhos e danças, mas também realizado intercâmbios, efetuado viagens e concretizado encontros intergeracionais, promovendo, assim, momentos de convívio, de alegria, de verdadeira aproximação à comunidade.

Os centros de convívio servem para colmatar a ausência de atividades, consequência do final da vida ativa e/ou profissional, que provoca, muitas vezes, na terceira idade, sentimentos de solidão e isolamento.

O principal objetivo dos centros de convívio é, precisamente, contrariar essa tendência, criando pontos de interesse, lazer e convívio social para os utentes e, consequentemente, promover o envelhecimento ativo e saudável, através da valorização de capacidades, do despertar de interesses individuais, da estimulação da comunicação e da criatividade, da promoção de ações de grupo, criando e dinamizando regularmente atividades culturais, formativas e de convívio.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe, assim, à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de abril de 2018, a

aprovação de um Voto de Congratulação pela passagem do 25.º aniversário do Centro de Convívio de São Brás.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao Centro de Convívio de São Brás, bem como à Casa do Povo e Junta de Freguesia de São Brás e à Câmara Municipal da Praia da Vitória.

Horta, Sala das Sessões, 18 de abril de 2018.

*Os Deputados*, André Bradford, Maria Isabel Quinto, José Ávila, Domingos Cunha e Maria de Fátima Ferreira

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto é de congratulação à tripulação do navio Mestre Simão. É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Jorge.

**Deputado Jorge Jorge (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

### **Voto de Congratulação à Tripulação do navio Mestre Simão**

No dia 6 de janeiro de 2018, o navio da *Atlânticoline*, Mestre Simão, que fazia a habitual ligação entre as ilhas do Faial e de São Jorge com passagem pelo Pico, encalhou à entrada do porto da Madalena do Pico, tendo a bordo uma tripulação de nove elementos e sessenta e um passageiros, entre os quais muitos jovens.

A Atlânticonline e as suas tripulações garantem o transporte marítimo inter-ilhas, prestam um serviço de primordial relevância nos Açores, às ilhas do Triângulo em particular, ao nível da mobilidade geral das populações e das deslocações por motivos de saúde, quer na componente económica e de criação de emprego, quer ainda na manutenção e promoção da relação afetiva que cria e mantém entre estas ilhas.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Legislativa Regional, propõe um voto de congratulação à tripulação do navio Mestre Simão, pelo profissionalismo e competência com que atuou após o trágico acidente, executando a operação de evacuação de todos os passageiros do navio de forma exemplar, garantindo com a sua atuação, que o acidente com a embarcação não se transformasse numa tragédia humana.

O reconhecimento manifestado estende-se também aos Bombeiros Voluntários da Madalena e de São Roque e à Unidade de Saúde da Ilha do Pico, em particular ao Centro de Saúde da Madalena, ao cidadão Michael Costa, pelo apoio imediato, bem como a todas as instituições e populares, que acorreram ao local, auxiliando os acidentados e revelando o verdadeiro espírito de entreajuda, que tão bem caracteriza as nossas gentes.

Deste voto deve ser dado conhecimento ao Presidente do Governo Regional dos Açores, à Câmara Municipal da Madalena, às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários da Madalena e de São Roque do Pico e à Unidade de Saúde da Ilha do Pico, à empresa Atlânticoline, ao Cidadão Michael Costa.

Horta, Sala das Sessões, 18 de abril de 2018.

*Os Deputados*, Duarte Freitas, Luís Maurício, Mónica Seidi, Paulo Parece, António Vasco Viveiros, Luís Garcia, Carlos Ferreira, António Pedroso, Marco Costa e Jorge Jorge

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Miguel Costa tem a palavra.

(\*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que o Partido Socialista se associa a este voto de congratulação quer ao mestre e toda a tripulação do navio da Atlânticoline, Mestre Simão, aos Bombeiros Voluntários da Madalena e de São Roque, à Unidade de Saúde da Ilha do Pico, ao nosso amigo Michael Costa e também ao seu tripulante que teve um papel fundamental e a todas as outras entidades envolvidas, acima de tudo pela coragem de todos aqueles que são os verdadeiros heróis do mar, que evidenciaram numa operação de socorro com as dificuldades por nós reconhecidas, especialmente reconhecidas pelo Sr. Deputado Jorge Jorge que viveu o momento de uma forma diferente, pelo menos da minha, que estava lá dentro do navio.

Portanto, a todos eles um bem-haja, associando-nos naturalmente ao voto de congratulação.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos fazer um intervalo.

Regressamos ao meio dia.

*Eram 11 horas e 28 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, peço que ocupem os vossos lugares.

*Eram 12 horas e 10 minutos.*

*(Após o intervalo, o Deputado Jorge Jorge reocupou o seu lugar na Mesa)*

Vamos então dar continuidade à apresentação dos votos.

O próximo é de congratulação ao Grupo de Teatro “Jangada”. É apresentado pelo PCP. Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

**Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

### **Voto de Congratulação**

#### **A Jangada – Grupo de Teatro**

A Jangada - Grupo de Teatro é uma instituição sedeadada na Ilha das Flores que vem desenvolvendo uma atividade cultural deveras relevante ao nível do teatro e que sobremaneira vem contribuindo para a elevação do nível sociocultural da Ilha das Flores em particular e dos Açores de um modo geral.

O elevado nível da programação do Grupo de Teatro “A Jangada” tem vindo a contribuir de forma muito significativa para a projeção cultural da Região Autónoma dos Açores e representa uma mais valia que importa salientar.

A atuação de A Jangada - Grupo de Teatro fora do contexto geográfico da Ilha das Flores tem vindo a contribuir para a divulgação da cultura açoriana e é peça importante na divulgação e promoção dos Açores.

A recente deslocação do Grupo de Teatro “A Jangada” a Samora Correia, no Continente Português no âmbito do Dia Mundial do Teatro, e o retumbante êxito das suas arrebatadoras atuações com lotação esgotada, não só levaram longe o nome dos Açores como demonstraram a qualidade e excelência da

aposta cultural que vem sendo apanágio deste grupo de teatro da Ilha das Flores.

**Assim e face ao exposto, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar do PCP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que aprove um Voto de Congratulação ao Grupo de Teatro A Jangada pelo êxito das suas recentes atuações no Centro Cultural de Samora Correia.**

Mais se propõe que deste voto seja dado conhecimento à Direção do Grupo de Teatro A Jangada, às Câmaras e Assembleias Municipais de Santa Cruz das Flores e de Lajes das Flores, ao Conselho de Ilha das Flores e à Direção Regional da Cultura.

*O Deputado, João Corvelo*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira.

(\*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista naturalmente que se associa a este voto pela importância que o grupo de teatro “A Jangada” tem na divulgação da cultura, na integração de muitos jovens que são colocados na ilha das Flores, designadamente professores, e que desenvolve um trabalho de mérito que já foi reconhecido por esta Assembleia com a atribuição da Insígnia Autonómica de Mérito Cívico em 2011.

Disse.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Bruno Belo tem agora a palavra.

(\*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:



É com muito gosto e satisfação que o PSD se associa a este voto de congratulação e o PSD também quer realçar o papel ao nível da cultura que este grupo de teatro tem tido na ilha, a importância que tem no panorama do teatro regional e não menos importante tem sido o facto deste grupo de teatro ter permitido aos florentinos que tenham o hábito de ver teatro.

Todos os anos este grupo de teatro apresenta quatro ou cinco peças na ilha e de facto ensinou os florentinos a gostar de teatro, ensinou os florentinos a apreciar teatro e a prova disto foi recentemente, há dois, três anos, uma comemoração do 25 do Abril em que com 300 personagens envolvidas na Vila de Santa Cruz e mais de mil pessoas a assistir com o tempo a chover.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto é de congratulação pelo 25.º aniversário do Centro de Convívio de São Brás. É apresentado pelo PSD. Tem a palavra o Sr. Deputado César Toste.

**Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, haja saúde a todos:

### **Voto de Congratulação**

#### **25.º Aniversário do Centro de Convívio de São Brás**

O envelhecimento é um processo que deve ser vivido de uma forma saudável e autónoma o maior tempo possível. Para isso, é necessário que as pessoas idosas

se envolvam na vida social, económica, cultural, espiritual e civil, para que envelheçam de uma forma ativa.

O Centro de Convívio é uma resposta social de apoio a atividades sociais e recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com a participação ativa das pessoas idosas. Visa a prevenção da solidão e o isolamento, o incentivo da participação e inclusão dos idosos na vida social local, o fomento das relações interpessoais e entre as gerações e o contributo para retardar ou evitar ao máximo o internamento em instituições.

Na freguesia de São Brás, Ilha Terceira, o Centro de Convívio comemorou no presente ano as suas Bodas de Prata.

25 anos de trabalho em prol de um envelhecimento ativo.

Fundado a 14 de março de 1993, por Amélia Silva, Fátima Linhares, Odília Godinho, Lúcia Gomes, Lina Martins e Maria de Fátima Leal é atualmente composto por 56 utentes e 6 voluntárias.

Semanalmente reúnem-se na Casa do Povo de São Brás desenvolvendo um conjunto de atividades lúdicas e culturais.

Com um calendário de atividades anual o Centro de Convívio tem participado ativamente no Carnaval Sénior e outras tradições da Ilha Terceira, celebrado dias mundiais e realizado intercâmbios e viagens. Na execução do mesmo pretendem proporcionar momentos de festa e convívio entre os utentes e as várias instituições, promover o encontro e interação com a comunidade, fomentar o convívio, as relações interpessoais e solidariedade entre gerações.

Diz Hermann Melville que “saber envelhecer é a obra-prima da sabedoria e um dos capítulos mais difíceis na grande arte de viver”.

Perante os inúmeros desafios sociais do século XXI, os centros de convívio são um exemplo de ajuda a saber envelhecer.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais

aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação ao Centro de Convívio de São Brás.

Que do presente voto se dê conhecimento ao Centro de Convívio de São Brás, Casa do Povo de São Brás, Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia de São Brás e Câmara Municipal e Assembleia Municipal da Praia da Vitória.

Horta, Sala das Sessões, 18 de abril de 2018.

*Os Deputados*, Duarte Freitas, Luís Maurício, Mónica Seidi, Paulo Parece, António Vasco Viveiros, César Toste e Luís Rendeiro

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver inscrições. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos agora ao voto de congratulação pelo 50.º aniversário da Casa Agrícola José Albino Fernandes. É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado António Toste Parreira.

**Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

### **Voto de Congratulação**

#### **50.º Aniversário da Casa Agrícola José Albino Fernandes**

A Casa Agrícola José Albino Fernandes foi fundada, em outubro de 1967, pelo ganadeiro José Albino Fernandes estando a ser mantida pelos seus herdeiros, num esforço conjunto, pelo gosto e vontade de preservar a tradição.

Durante alguns anos, foi uma ganadaria essencialmente dedicada à criação de gado bravo para as tradicionais touradas à corda, embora também fossem criados toiros para a lide na praça.

Em outubro de 1967, José Albino Fernandes, cavaleiro amador, iniciou a sua atividade como ganadeiro ao adquirir vacas e toiros ao senhor Virgínio Barcelos e, também, a uma família da freguesia das Doze Ribeiras que tinha gado da antiga ganadaria do senhor Tomaz de Borba, e, mais tarde, adquiriu gado no continente português a diversas ganadarias.

Em outubro de 1971, José Albino Fernandes adquiriu, aos herdeiros de Manuel Almeida Júnior, a ganadaria que pertencera anteriormente a seu pai, José Diniz Fernandes e, em novembro do mesmo ano, adquiriu a ganadaria aos herdeiros Castro Parreira, tendo cedido desta última parte de vacas e toiros ao senhor Álvaro Inácio Gomes, principalmente os toiros riscados, por a pelagem não ser do seu agrado.

Em 1974, com a junção das ganadarias, foram realizados diversos cruzamentos, tendo começado a correr toiros já nascidos desse trabalho desenvolvido. A partir de então, a ganadaria começou a receber prémios em touradas à corda e corridas de praça.

Por questões de saúde, em novembro de 1991, celebrou um contrato de locação da exploração agrícola com a filha, Fátima Fernandes Ferreira e o genro, António Ferreira, que iniciaram o acompanhamento da ganadaria e que passaram a gerir, efetivamente, a partir de maio de 1992.

Em 1995, adquiriram à ganadaria Dr. Luís Ortigão Costa, da herdade de Alcobaça, em Elvas, vinte vacas e um novilho, tendo como principal objetivo, o melhoramento dos toiros de lide.

No ano de 2000, a Casa Agrícola José Albino Fernandes, apresentou um curro para a Feira de São João, na praça de toiros da ilha Terceira, tendo o toiro de número 41 ganho o prémio de melhor toiro para cavalo.

Apesar do grande investimento na linha de toiros de lide, a Casa Agrícola José Albino Fernandes, nunca descuroou o apuramento da linha de toiros para a tourada à corda, sendo valorizada por tal, comprovando-o a atribuição de diversos prémios. Ao longo das últimas décadas, muitos foram os toiros que marcaram diferentes épocas taurinas e que ainda persistem na memória dos aficionados da festa brava.

Nas últimas décadas, a Casa Agrícola José Albino Fernandes, está entre as ganadarias que mais touradas à corda apresentaram na ilha Terceira. Daí o terem iniciado um significativo investimento na construção de novas gaiolas, com o objetivo da melhoria do transporte do gado e do melhoramento do conforto térmico.

Nas touradas à corda há sempre um representante da Casa Agrícola José Albino Fernandes, normalmente, o próprio ganadeiro António Ferreira, que observa e regista a prestação dos toiros, a nível comportamental, estima o valor de cada toiro e os melhoramentos que poderão ser feitos na ganadaria, bem como o estado dos animais no final da tourada. Nos dias em que coincidem mais do que uma tourada, essa tarefa cabe à ganadeira Fátima Fernandes Ferreira ou às filhas.

Para além dos prémios atribuídos, a Casa Agrícola José Albino Fernandes tem recebido diversas homenagens que comprovam o apreço dos aficionados terceirenses à qualidade dos seus toiros, quer nas touradas à corda, quer nas corridas de praça.

A 21 de setembro de 2010 foi apresentado o livro “Fátima Albino” uma Ganadeira da ilha Terceira, da autoria de Isabel Coelho da Silva. Posteriormente, a 30 de abril do ano seguinte, nos EUA, realizou-se o lançamento do segundo livro “Ganadaria da Ilha Terceira – Casa Agrícola José Albino Fernandes”, na presença de muitos aficionados, colaboradores, simpatizantes e amigos da ganadaria Casa Agrícola José Albino Fernandes.

A 20 de maio de 2012, a Assembleia de Freguesia de São Pedro, Concelho de Angra do Heroísmo, aprovou a entrega do Diploma de Mérito Cultural à Casa Agrícola José Albino Fernandes.

A 26 de novembro de 2016, a Tertúlia Tauromáquica Praiense homenageou, a título póstumo, o ganadeiro José Albino Fernandes, em reconhecimento pela sua iniciativa de fundar uma ganadaria, pela dedicação e pelo esforço em mantê-la como uma das maiores ganadarias da ilha Terceira.

Ao longo dos anos, a Casa Agrícola José Albino Fernandes tem sido visitada e acompanhada por diversos críticos tauromáquicos portugueses e espanhóis, atendendo à sua dupla atividade como criadores de toiros de corda e de toiros de lide. Estas visitas têm sido benéficas para a ganadaria, pelas opiniões e pelas sugestões que partilham, bem como pela divulgação do bom nome da Casa Agrícola José Albino Fernandes.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no período Legislativo de abril de 2018, a aprovação deste voto de Congratulação pelo 50.º Aniversário da Casa Agrícola José Albino Fernandes.

Do presente voto de Congratulação seja dado conhecimento à Casa Agrícola José Albino Fernandes, à Assembleia de Freguesia de São Pedro, de Angra do Heroísmo, à Associação Regional de Criadores de Toiros de Toura à Corda, à Associação Portuguesa de Criadores de Toiros de Lide, à Tertúlia Tauromáquica Terceirense e à Tertúlia Tauromáquica Praiense.

Disse!

Horta, Sala das Sessões, 18 de abril de 2018

*Os Deputados*, António Parreira, Francisco Coelho, Maria Isabel Quinto, Domingos Cunha, Mónica Rocha e André Bradford

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

(\* **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É com naturalidade que o Grupo Parlamentar do PSD se associa a este voto e no meu caso em particular com muita satisfação, porque tive a possibilidade de colaborar como médico veterinário na assistência dos animais da Casa Agrícola José Albino Fernandes ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Então tem interesse próprio!

**O Orador:** ... e colaborar muito de perto com os seus proprietários com a forma como se lida os animais e como se cuida do seu bem-estar, como se cultiva o gosto pela tauromaquia, pelo touro, pelas gentes e cultura da Terceira e, portanto, queria também aproveitar para neste voto e neste momento saudar a Sra. Deputada Maria de Fátima Ferreira ...

**Deputada Maria Fátima Ferreira (PS):** Muito obrigada!

**O Orador:** ... pela forma como se tem dedicado e a sua família também a esta forma de cultura também tradicional, que é a tauromaquia, e desejar que os próximos 50 anos sejam tão bons e tão produtivos e que a ganadaria continue a ser uma das mais populares, senão mesmo a mais popular da ilha Terceira.

Muito obrigado.

**Deputada Maria Fátima Ferreira (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O voto de congratulação apresentado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** O próximo voto é de congratulação e refere-se ao 25.º aniversário do Comando Operacional dos Açores. É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

**Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

### **Voto de Congratulação**

#### **25.º Aniversário do Comando Operacional dos Açores**

O Comando Operacional dos Açores, órgão de comando e controlo de natureza conjunta, das Forças Armadas Portuguesas nesta Região Autónoma, comemorou no dia 26 de fevereiro o seu 25.º aniversário.

Estamos na presença de um órgão de elevada relevância institucional, que através da participação ativa dos Comandos das Zonas Marítima, Militar e Aérea e das respetivas unidades operacionais, se constitui como o garante do cumprimento de missões fundamentais para o interesse público, designadamente as missões de evacuação aeromédica, transporte de órgãos para transplante, busca e salvamento, fiscalização da zona económica exclusiva e apoio em matéria de proteção civil.

Nestes termos, através do cumprimento das competências que lhe estão atribuídas, o Comando Operacional dos Açores desempenha um papel de suma importância para a qualidade de vida dos cidadãos, em matéria de saúde, proteção dos recursos marinhos e defesa nacional.

Numa contextualização histórica, a estrutura de comando superior das Forças Armadas no arquipélago dos Açores remonta ao ano de 1836, com a publicação



do Decreto Régio que criou a 10.<sup>a</sup> Divisão Militar, com Quartel-General em Ponta Delgada.

O percurso do Sistema de Forças Nacional na Região Autónoma dos Açores é pontuado ainda por vários momentos relevantes, quer ao nível da intervenção operacional, quer ao nível da sua previsão normativa, podendo neste âmbito referir-se a publicação em 1952, de diploma legal que alterou a designação para Governo Militar dos Açores e estabeleceu competências de acionamento direto em matéria de organização, disciplina e administração das forças terrestres estacionadas no arquipélago, e de supervisão, por intermédio dos respetivos órgãos de comando, das forças navais e aéreas destacadas nos Açores.

No mesmo sentido, realça-se a publicação em 1980, do Decreto-Lei n.º 186/80, de 17 de julho, que atribuiu à citada estrutura de comando superior a designação de Comando-Chefe das Forças Armadas nos Açores.

Em 1993, através do Decreto-Lei n.º 48/93, de 26 de fevereiro, assistiu-se à criação do Comando Operacional dos Açores, que assinalou no corrente ano, 25 anos de existência.

Nesta ocasião, reconhecendo a elevada relevância institucional, a cordialidade demonstrada para com os órgãos de governo próprio da região e o esforço permanente de ligação efetiva com a sociedade civil, bem como o contributo para o bem-estar das populações, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação pelo 25.º Aniversário do Comando Operacional dos Açores.

O Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe ainda que deste voto seja dado conhecimento ao Comando Operacional dos Açores.

Horta, Sala das Sessões, 18 de abril de 2018.

*Os Deputados*, Duarte Freitas, Luís Maurício, Mónica Seidi, Paulo Parece, António Vasco Viveiros e Luís Garcia

Disse.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Pedro Moura tem a palavra.

(\*) **Deputado Pedro Moura (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista vem manifestar o seu apoio a este voto de congratulação a propósito do 25.º aniversário do Comando Operacional dos Açores.

Comando Operacional dos Açores é a designação para uma estrutura de comando como foi referido, estrutura de comando das forças armadas no arquipélago que remonta ao ano de 1836 e que já passou por várias designações, mas que tem tido sempre ao longo dos anos uma importância fundamental e as forças armadas nos Açores têm sabido cumprir esse seu papel, nomeadamente numa questão muito importante que é a questão humanitária e do apoio à população. De destacar, por exemplo, as missões de evacuação médica, o transporte de órgãos para transplante, a fiscalização da Zona Económica Exclusiva e o apoio que é dado em matéria de proteção civil.

Queria, no entanto, aproveitar para referir (e este voto de congratulação também refere) o extraordinário papel e muito difícil que é feito pelo Centro de Busca e Salvamento de Ponta Delgada que tem ao seu cuidado uma das maiores áreas de busca e salvamento do mundo no oceano Atlântico.

Este Centro de Busca e Salvamento tem tido um papel meritório, salvando inúmeras vidas humanas e é merecedor de uma distinção e de um louvor próprio.

Obrigado.

**Deputados António Parreira e Dionísio Maia (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto de congratulação refere-se aos 25 anos da UMAR-Açores. É apresentado pelo PS e tem a palavra a Sra. Deputada Sónia Nicolau.

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

### **Voto de Congratulação 25 Anos da UMAR-Açores**

A UMAR-Açores é parceira do desenvolvimento dos direitos humanos nos Açores, desde 1992. A sua participação, contribuiu e contribui para a construção identitária dos Açorianos na valorização dos valores da igualdade de direitos e da justiça e contra todas as formas de discriminações.

As iniciativas por parte da UMAR-Açores ao longo dos 25 anos são diversas, tendo sempre como propósito o despertar dos cidadãos para problemáticas, que, infelizmente, ainda estão presentes no quotidiano de alguns Açorianos.

A UMAR-Açores, está presente na vida dos Açorianos, com a criação de respostas, tais como a linha SOS Mulher, Casas de Abrigo para vítimas de violência doméstica, ação e produção de conhecimento em áreas profissionais, interculturalidade e sexualidade que se cruzam com o direito à igualdade de oportunidades por parte de homens e mulheres.

As iniciativas da UMAR-Açores tem parceiros públicos e privados e voluntários, estando esta representada em diferentes instituições locais e regionais.

A UMAR-Açores é uma das protagonistas no trabalho de prevenção, de ação no terreno e de resposta às vítimas da persistente, violência doméstica. Os números conhecidos resultam, também, da intervenção consciencializada à população para o flagelo da violência doméstica.

Todo o trabalho desenvolvido pela delegação UMAR-Açores foi uma importante premissa para a criação da associação UMAR-Açores, em 2008, permitindo a sua autonomização e identidade jurídica da mesma.

A UMAR-Açores assume, em todas as suas iniciativas, a educação para a igualdade, naquele que é o mais valioso contributo geracional para um desígnio de mais e melhor desenvolvimento dos direitos humanos.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores emita um voto de congratulação à UMAR-Açores, pelos 25 anos.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à UMAR-Açores.

Horta, 18 de abril de 2018

*Os Deputados*, André Bradford, Sónia Nicolau, José Ávila, Maria Isabel Quinto e Francisco César

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Carlos Ferreira tem a palavra.

(\*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD-Açores associa-se naturalmente ao voto apresenta e reitera o reconhecimento ao trabalho desenvolvido pela UMAR-Açores ao longo dos últimos 25 anos nesta Região Autónoma, um trabalho realizado numa área de tão elevada sensibilidade e relevância quanto é a da violência doméstica.

Portanto, com a associação a este voto o PSD-Açores reitera também o reconhecimento que aqui manifestou à UMAR-Açores em dezembro, no plenário de dezembro de 2017, quando apresentou um voto de congratulação também pela mesma efeméride.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto é de congratulação pela conquista de jovens açorianos de oito medalhas no Campeonato Nacional das Profissões. É apresentado pelo PS e tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silva.

**Deputada Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

### **Voto de Congratulação**

#### **Jovens açorianos conquistaram 8 medalhas no Campeonato Nacional das Profissões**

Decorreu, entre os dias 25 de fevereiro e o dia 2 do mês de março deste ano, na cidade de Beja, o Campeonato Nacional das Profissões.

Ao longo daqueles dias cerca de 400 jovens altamente qualificados competiram entre si, em mais de 40 profissões, transformando aquela cidade numa plataforma de competências.

O Campeonato Nacional das Profissões é dirigido a jovens entre os 17 e os 25 anos, que concluíram ou se encontram a frequentar um percurso de qualificação, em modalidades de educação e formação profissional, e visa

demonstrar o nível individual de competências, rigor e domínio de técnicas e de ferramentas para o exercício de cada profissão a concurso, através da realização de provas práticas de desempenho, avaliadas segundo critérios exigentes, de acordo com prescrições técnicas estabelecidas internacionalmente por júris compostos por peritos altamente qualificados.

Neste que foi o 43.º Campeonato Nacional das Profissões, participaram também jovens açorianos, de diversas escolas, alcançando 3 medalhas de ouro e 5 medalhas de prata.

Os três jovens açorianos que se sagraram campeões nacionais, classificados com a medalha de ouro, foram Ana Filipa Carolas Coelho, em Cozinha, da Escola Profissional da Praia da Vitória; Paulo Alexandre Lourenço Ferreira, em Gestão de Redes Informáticas, da ENTA – Escola de Novas Tecnologias dos Açores, e Fernando Cabral Cruz Nunes, em Desenvolvimento de Aplicações Informáticas Empresariais, também da ENTA – Escola de Novas Tecnologias dos Açores.

As medalhas de prata foram conquistadas pelos jovens Hugo Miguel Pacheco Leandro, da EPROSEC, em Contabilidade; Emanuel Viveiros Corrêa, em Eletricidade, e André Araújo Arruda, em Eletrónica, ambos da Escola Profissional de Capelas; José Pedro Ferreira Franco, da ENTA - Escola de Novas Tecnologias dos Açores, em Gestão de Redes Informáticas, e Leandro Manuel Machado Correia, da Escola Profissional da Praia da Vitória, em Serviço de Mesa e Bar.

Os três jovens açorianos que se sagraram campeões nacionais vão participar na 6.ª edição do Campeonato Europeu das Profissões, em representação de Portugal, que decorrerá em setembro próximo, na Hungria, na cidade de Budapeste, e que tem como objetivo o apuramento dos representantes europeus no próximo Campeonato Mundial das Profissões.

O conceito que está subjacente à criação daquele campeonato remonta ao ano de 1950, quando se disputaram, em Madrid, os Campeonatos Internacionais das Profissões entre Portugal e Espanha, no qual participaram 24 concorrentes, 12 de cada país, distribuídos por 12 profissões. Esta iniciativa conduziu, ainda na década de cinquenta, à criação de uma organização internacional assente em pressupostos de cooperação, partilha de boas práticas e promoção da importância das competências profissionais no desenvolvimento socioeconómico dos países.

Os resultados obtidos pelos jovens açorianos são de grande orgulho para todos nós, pois evidenciam não só o valor dos jovens vencedores, mas também o esforço que a Região tem feito na qualificação dos jovens nas mais diversas áreas.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um Voto de Congratulação aos jovens açorianos que participaram no Campeonato Nacional das Profissões e que viram assim reconhecido o mérito de um trabalho de excelência, levando mais longe o nome dos Açores. Esta congratulação é extensiva a todas as escolas profissionais envolvidas.

Do presente voto deve ser dado conhecimento aos jovens referenciados, às respetivas escolas profissionais e à Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional.

Horta, Sala das Sessões, 18 de abril de 2018

*Os Deputados,* André Bradford, Graça Silva, Carlos Silva, João Paulo Ávila, José Ávila e Maria Isabel Quinto

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Também referente ao Campeonato Nacional das Profissões que decorreu no Alentejo, tem agora a palavra o Sr. Deputado César Toste.

**Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

### **Voto de Congratulação**

#### **Campeonato Nacional das Profissões – Alentejo 2018**

“Os campeonatos de profissões são competições dirigidas a jovens entre os 17 e os 25 anos, que concluíram ou se encontram a frequentar um percurso de qualificação, em modalidades de educação e formação profissional, e visam demonstrar o nível individual de competências, rigor e domínio de técnicas e de ferramentas para o exercício de cada profissão a concurso, através da realização de provas práticas de desempenho avaliadas segundo critérios exigentes e de acordo com prescrições técnicas estabelecidas internacionalmente por júris compostos de peritos altamente qualificados. Com eles visa-se aferir a eficácia da formação profissional ministrada pelos diferentes operadores, e, simultaneamente, induzir fatores de crescente qualidade, inovação e criatividade nos processos de ensino-aprendizagem.”

Foi neste enquadramento que os jovens açorianos participaram no Skills Portugal 2018 que decorreu na cidade de Beja, com 40 profissões a concurso, mais de 350 concorrentes e 300 jurados e outros técnicos e formadores.

Ana Filipa Carolas Coelho, da Escola Profissional da Praia da Vitória, ganhou a medalha de ouro no concurso de cozinha.



Paulo Alexandre Lourenço Ferreira, da Escola de Novas Tecnologias dos Açores, conquistou o ouro em Gestão de Redes Informáticas.

Fernando Cabral Cruz Nunes, da Escola de Novas Tecnologias dos Açores, alcançou a medalha de ouro em Desenvolvimento de Aplicações Informáticas Empresariais.

Hugo Miguel Pacheco Leandro, Escola Profissional Sindicato de Escritório e Comércio de São Miguel e Santa Maria, alcançou o galardão de prata em Contabilidade.

Emanuel Viveiros Corrêa e André Araújo Arruda, da Escola Profissional de Capelas, alcançou a medalha de prata em Eletricidade e Eletrónica, respetivamente.

José Pedro Ferreira Franco, da Escola de Novas Tecnologias dos Açores, conquistou a medalha de prata em Gestão de Redes Informáticas.

E Leandro Manuel Machado Correia, da Escola Profissional da Praia da Vitória, obteve o 2.º lugar em Serviço de Mesa e Bar.

Estes resultados revelam a excelência das capacidades dos jovens açorianos e o trabalho das escolas profissionais da região.

Estas medalhas são para estes jovens estímulos positivos para “abrir portas”, construir sonhos e fortalecer o sentido de empreendedorismo. Constituem também excelentes contributos para estimular outros jovens para a obtenção de uma qualificação profissional bem como para valorizar o estatuto social das profissões e da formação profissional, favorecendo o reconhecimento das vias profissionalizantes como alternativas de sucesso para a inserção na vida ativa.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação às escolas profissionais pelos resultados obtidos no Campeonato de Profissões – Alentejo 2018.

Que do presente voto se dê conhecimento aos alunos medalhados, à Escola Profissional da Praia da Vitória, Escola de Novas Tecnologias dos Açores, Escola Profissional de Capelas e Escola Profissional Sindicato de Escritório e Comércio de São Miguel e Santa Maria.

Horta, Sala das Sessões, 18 de abril de 2018.

*Os Deputados*, Duarte Freitas, Luís Maurício, Mónica Seidi, Paulo Parece, António Vasco Viveiros, César Toste e Luís Rendeiro

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente com toda a legitimidade e razão foi apresentado este voto, como outros tantos nesta Casa hoje de manhã, numa manhã já longa de votos e apresentou-se aqui um voto sobre o Campeonato Nacional das Profissões.

Eu queria também, se me é permitido, nessa matéria, congratular-me e apresentar um voto de congratulação, embora oral, ao “Campeonato Regional de Votos” feitos pelo PS e pelo PSD que nos fazem uma manhã inteira e depois há queixas que não temos tempo para discutir debates de ilha, declarações políticas, etc., etc., porque efetivamente com este “Campeonato Regional de Votos” não há Regimento que resista.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Muito bem!

**Presidente:** Pergunto se há mais inscrições. Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto de congratulação refere-se à conquista do 1.º prémio no Concurso de Queijos de Portugal 2017 por parte do Queijo Ilha Azul da CALF. Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco.

**Deputado Tiago Branco (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

### **Voto de Congratulação**

#### **Queijo Ilha Azul conquista primeiro prémio no Concurso De Queijos de Portugal 2017**

O Queijo Ilha Azul da Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial, foi considerado, no final do mês de outubro de 2017, o melhor queijo na sua categoria no concurso Queijos de Portugal 2017, promovido pela Associação Nacional dos Industriais de Lacticínios.

O queijo Ilha Azul alcançou o primeiro prémio na categoria “Queijo Vaca Cura Normal”.

Neste concurso, outro queijo faialense da Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial recebeu uma menção honrosa, nomeadamente o Queijo Capelinhos.

A edição de 2017 do concurso “Queijos de Portugal” teve lugar na Feira Internacional de Lisboa e foi disputada por 193 queijos, de entre os quais 20 dos Açores, distribuídos por um total de 21 categorias onde se pretende estimular o desenvolvimento da indústria queijeira, promover e divulgar o queijo nacional de qualidade, potenciando um maior reconhecimento e valorização do mesmo junto do consumidor.

Todos os 193 queijos apresentados a concurso foram alvo de uma avaliação objetiva e técnica por parte de provadores especialistas, com formação específica, representando o setor queijeiro, gastronómico, a distribuição, a imprensa e os consumidores.

Mais uma vez, vemos reconhecida a qualidade dos queijos Açorianos produzidos na Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial, numa distinção que premeia, sobretudo, os profissionais desta unidade fabril, bem como os nossos agricultores e todos os intervenientes no processo de produção, transformação, certificação e comercialização, que diariamente dedicam o seu tempo, o seu trabalho e empenho em prol do seu produto de excelência e da ilha do Faial.

Com o período desafiante que o setor agrícola tem atravessado, esta é a prova de que quem está no terreno soube manter os níveis de qualidade exigíveis mantendo-se os Açores na linha da frente do tratamento e gestão dos lacticínios produzidos no país.

Felizmente na Região temos leite em quantidade e em qualidade que dão origem a produtos também de qualidade por todos reconhecida.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária do mês de abril, que seja aprovado um Voto de Congratulação pelos prémios atribuídos no concurso “Queijos de Portugal 2017 ao Queijo “Ilha Azul” e ao Queijo “Capelinhos”, e dele seja dado conhecimento à Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial.

Sala das Sessões, 18 de abril de 2018.

*Os Deputados*, André Bradford, Tiago Branco, José Ávila e Maria Isabel Quinto

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Garcia tem a palavra.

(\*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Naturalmente que o Partido Social Democrata associa-se a este voto de congratulação pelos prémios recebidos quer pelo Queijo Ilha Azul, quer pelo

Queijo Capelinhos da CALF na edição do Concurso de Queijos de Portugal de 2017 promovido pela ANIL. Aliás, em dezembro de 2017, já por iniciativa do Partido Social Democrata, foi apresentado também nesta Casa e aprovado um voto relativamente a estes prémios.

Estes prémios nacionais e outros que os produtos lácteos faialenses e açorianos têm recebido dão bem nota da qualidade e das potencialidades dos nossos produtos lácteos, designadamente da ilha do Faial.

O que no nosso entendimento é preciso fazer é valorizar esses produtos no mercado e com isso obter maiores rendimentos para que possam contribuir para atenuar alguns problemas que afetam a CALF e também para poder pagar melhor o leite aos produtores da ilha do Faial.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto é de congratulação ao Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal pelos resultados desportivos obtidos durante o mês de abril na modalidade de ténis de mesa.

Tem a palavra o Sr. Deputado César Toste.

**Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

### **Voto de Congratulação**

**Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal pelos Resultados Desportivos obtidos durante o mês abril na modalidade de Ténis de Mesa**

Desde tempos imemoráveis que a atividade física se assume como uma condição intrínseca do ser humano, revelando-se, em alguns aspetos, absolutamente, essencial à existência do indivíduo, constituindo por isso, uma matéria que se manifesta em diferentes valências e cuja relevância se afigura primordial ante as novas conquistas feitas pelos vários ramos da ciência que estuda este fenómeno.

O Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, instituição de utilidade pública, fundada em 2003, tem como objeto o fomento e a prática desportiva, visando a formação dos mais jovens, a saudável ocupação dos tempos livres e a prática competitiva. Esta tem fomentado a prática do Ténis de Mesa e do Voleibol, tendo um historial de participação em provas regionais e nacionais com resultados de alto relevo.

Entre os dias 7 e 8 de abril de 2018, na cidade de Santo Tirso, o Grupo Desportivo e Social do Juncal participou nos Campeonatos Nacionais Equipas com 4 equipas, Iniciados, Cadetes e Sub 21 Femininos e Cadetes Masculinos, arrecadando 2 títulos nacionais e um de vice-campeão.

No escalão de Cadetes Masculinos, David Bessa, José Fernandes, Leandro Bettencourt e Luís Miguel Maciel foram campeões nacionais.

No escalão de Iniciados Femininos, Joana Coelho, Júlia Leal e Letícia Charamba alcançaram o primeiro o primeiro lugar.

No escalão de Sub21 femininos, as atletas do Grupo Desportivo e Social do Juncal arrecadaram a medalha de prata.

Estes resultados merecem o reconhecimento público pelo reforço do estatuto enquanto potência da modalidade, sobretudo ao nível da formação e pela valorização do desporto açoriano, com especial incidência para a modalidade de Ténis de Mesa.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação ao Grupo Desportivo e Social do Juncal.

Que do presente voto se dê conhecimento aos alunos medalhados, ao Grupo Desportivo e Social do Juncal, ao Centro Social do Juncal, à Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia de Santa Cruz, câmara Municipal e Assembleia Municipal da Praia da Vitória.

Horta, sala das sessões, 18 de abril de 2018.

*Os Deputados*, Duarte Freitas, Luís Maurício, Mónica Seidi, Paulo Parece, António Vasco Viveiros, César Toste e Luís Rendeiro

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Mónica Rocha tem a palavra.

(\*) **Deputada Mónica Rocha (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista naturalmente associa-se com muito prazer a este voto de congratulação ao Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal pelos resultados obtidos nesta modalidade de ténis de mesa, reafirmado a importância do desporto na vida e na educação formal e informal dos nossos jovens, reiterando que pelo desporto e com o desporto trabalham-se valores imprescindíveis para uma vida de futuro, uma vida pessoal e profissional de grande sucesso.

O trabalho em equipa, a entrega, o esforço e o compromisso pessoal e do todo são práticas e posturas que devem ser alimentadas, potenciadas e valorizadas.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista alia-se com muito gosto a este e a outros votos que com certeza chegarão a esta Casa no muito reconhecido e merecido reconhecimento dos nossos jovens açorianos.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Muito bem, Sra. Deputada!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto de congratulação refere-se à conquista do 1.º prémio no Concurso de Queijos de Portugal pelo Queijo dos Lourais.

Tem a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

**Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

### **Voto de Congratulação**

#### **Queijo dos Lourais conquista primeiro prémio no Concurso de Queijos de Portugal**

No final do ano de 2017, o queijo Lourais, da Cooperativa Agrícola de Lacticínios dos Lourais, conquistou o primeiro prémio, na categoria Ilha, na nona edição do Concurso de Queijos de Portugal, concurso de referência que premeia, todos os anos, o que de melhor se faz na área da indústria de lacticínios. O queijo Beira também foi premiado, na mesma categoria, com uma menção honrosa.

O Concurso Queijos de Portugal, organizado pela ANIL, pretende estimular o desenvolvimento da indústria queijeira, promover e divulgar o queijo nacional de qualidade, potenciando um maior reconhecimento e valorização do mesmo junto do consumidor. Todos os 193 queijos apresentados a concurso foram alvo de uma avaliação objetiva e técnica por parte de provadores especialistas, com



formação específica, representando o setor queijeiro, gastronómico, a distribuição, a imprensa e os consumidores.

Ao longo da história o queijo São Jorge soube percorrer o seu caminho de produção de um produto de referência nacional e internacional e os constantes, e recorrentes, prémios de qualidade são motivos de satisfação e de orgulho para todos os Jorgenses e Açorianos, o que nos permite concluir, que o coração das unidades de transformação, as salas de produção, continuam a responder e a honrar a longa história do queijo São Jorge.

Permite, de igual modo, constatar que o percurso necessário da reestruturação das unidades de transformação, para cumprir as exigências do mercado alimentar, da certificação, do controlo de qualidade e dos desafios da comercialização, e distribuição, não vieram alterar a qualidade deste produto de excelência e de sabor único.

Face aos novos desafios com que o queijo de São Jorge se confronta, é necessário continuar a garantir a qualidade do leite, a qualidade e a eficiência das salas de produção, uma gestão eficiente de forma a garantir os níveis de confiança de todos, e redobrar esforços na comercialização, onde a inovação, a comunicação e o marketing têm um papel fundamental, quer na divulgação da qualidade e especificidade do nosso queijo, quer na possibilidade de lhes atribuir um carácter único e diferenciador, essenciais para reforçar a capacidade de conferir valor acrescentado ao produto e à marca queijo São Jorge.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista deseja que à UNIQUEIJO, seus técnicos, seus funcionários e produtores se sintam sempre inspirados pelo passado deste produto de referência e de excelência, certificado pela natureza, com qualidade devidamente reconhecidas no mercado Nacional e Internacional, e que encontrem sempre caminhos que permitam a inovação e a criação de valor acrescentado num mercado cada vez mais exigente e competitivo, com o

objetivo claro de alavancar o desenvolvimento da Ilha de São Jorge, promovendo a sua sustentabilidade socioeconómica e coesão territorial.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário do dia 18 de abril de 2018, emita o seguinte voto de congratulação:

**A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelo facto do Queijo Lourais ter conquistado o primeiro prémio no Concurso Queijos de Portugal, e pelo Queijo Beira ter conquistado uma menção honrosa.**

**Esta congratulação é extensiva a todos funcionários, produtores e intervenientes no processo de produção, transformação, certificação e comercialização, que todos os anos dedicam o seu tempo, o seu trabalho e empenho em prol do seu produto de excelência, o queijo São Jorge, certificado pela natureza, mas acima de tudo em prol do desenvolvimento da Ilha de São Jorge.**

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à UNIQUEIJO e suas associadas, à Confraria do Queijo de São Jorge.

Horta, sala das sessões, 18 de abril de 2018.

*Os Deputados, André Rodrigues, José Ávila e Maria Isabel Quinto*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado António Pedroso tem a palavra.

(\*) **Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se naturalmente a este voto, congratulando-se por mais este prémio pela excelente qualidade do queijo dos Lourais que é resultado de um trabalho intensivo e rigoroso por parte dos

produtores que prezam pela higiene e qualidade da alimentação dos seus animais e que permite que a transformação do leite em queijo resulte num produto de primeira qualidade.

Já em dezembro de 2017 foi aqui apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD um voto referente a este prémio e é muito importante valorizar os produtos no mercado de forma a poder pagar melhor o leite aos produtores em São Jorge e assim aumentar a economia da ilha.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sr. Deputado Catarina Cabeceiras.

(\*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS associa-se a este voto, pois sem dúvida que prémios como este é o reconhecimento de todo o esforço da cadeia que vai desde o produtor que persiste na produção do leite, muitas vezes com grandes dificuldades, mas continuam a produzir um leite de excelente qualidade, que faz com que também consigamos obter produtos de excelência, como o Queijo de São Jorge.

Também o reconhecimento do trabalho de todos aqueles colaboradores e direções das indústrias, das cooperativas, que ao longo destes anos têm conseguido manter a qualidade do queijo de São Jorge e este continua a ser reconhecido por todos e claro que o Grupo Parlamentar do CDS-PP não poderia deixar de estar associado a este voto, porque este é um importante contributo para a promoção do Queijo de São Jorge.

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos então interromper os nossos trabalhos.

Regressamos às 15 horas com a Agenda.

*Eram 13 horas e 01 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos dar início aos nossos trabalhos.

*Eram 15 horas e 09 minutos.*

Terminámos ontem com o debate sobre o Projeto de Resolução n.º 56/XI, apresentado pelo PSD.

O Sr. Secretário da Mesa vai fazer o favor de anunciar os tempos restantes.

**Secretário:** Boa tarde.

O Governo Regional dispõe de 20 minutos e 27 segundos; o Partido Socialista, 18 minutos e 9 segundos; o PSD, 18 minutos e 11 segundos; o CDS, 6 minutos e 48 segundos; o Bloco de Esquerda, 8 minutos e 34 segundos; o PCP, 10 minutos e o PPM, 10 minutos.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Estava inscrita a Sra. Deputada Catarina Furtado.

**Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Prescindo.

**Presidente:** Prescinde.

Sendo assim e de momento não temos inscrições.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** O Sr. Secretário não responde!?

**Presidente:** Então, Sra. Deputada tem a palavra.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, inscreveu-se?

Penso que não.

Inscriveu-se. Então o Sr. Deputado tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este Projeto de Resolução apresentado pelo PSD introduz um conjunto de recomendações que no fundo, ou em absoluto, pretende que o Governo cumpra a lei. É tão simples quanto isso.

De facto, verifica-se que o Governo pura e simplesmente em relação a esta matéria colocou esta legislação na gaveta e não fez nada ao longo destes quase sete anos em que esta legislação está em vigor.

Portanto, considero que tem a maior oportunidade. Aliás, a Juventude Socialista considerava que isto era a grande inovação e de facto era, era bastante importante do ponto de vista do consumo energético e da modernização dos nossos sistemas e dos nossos mecanismos, só que esta ideia, esta perspectiva, esta legislação pura e simplesmente não foi implementada e o Governo, que é quem tem a obrigação de a implementar, não fez nada para que assim fosse ao longo de todo este tempo.

O que é que se pretende?

Que o faça a partir de agora.

Eu penso que o Governo deve acatar esta recomendação do Parlamento dos Açores, pelos vistos é unânime, e o que continua em falta é realmente que o Governo promova e cumpra a lei e também execute aquilo em que acredita, porque as declarações que existem por parte do Governo é dizer “que sim, que sim, a legislação é importante, mas ainda não a conseguimos implementar”.

É bom que consigam fazer e mostrem também a eficácia e uma preocupação genuína com este tema.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Furtado tem a palavra.

(\*) **Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista trouxe aqui uma espécie de boia de salvação para o Governo com um projeto de alteração do Decreto Legislativo Regional e nós encaramos isso com algum ânimo, porque de facto é uma consequência positiva do nosso Projeto de Resolução.

Ainda assim o PSD-Açores tem memória, felizmente para nós, e a nossa memória obriga-nos a lembrar alguns aspetos e a questionar algumas coisas.

Logo para começar, todo e qualquer documento desta Região que tenha no seu âmbito as intenções e as estratégias em matéria de energia refere que se pretende tornar a Região numa referência no domínio da utilização de energias renováveis e no domínio da eficiência energética. De repente, a eficiência energética deixa de ser uma prioridade, utilizando as palavras da Sra. Secretária. Portanto, isso é um falhanço das políticas governativas do Partido Socialista. É a única leitura possível.

Depois, lembrar que tínhamos três anos para implementar a legislação. Significa que desde 2014 estamos em incumprimento e estamos em incumprimento por capricho. Capricho! Porque se há recursos financeiros e simplesmente passou a não ser prioridade a eficiência energética é um capricho e estamos a dizer que um capricho fundamenta o incumprimento legal.

Ora, Sra. Secretária, imagine um açoriano numa ilha qualquer que constrói uma casa, faz um esforço financeiro enorme e de repente entende que não é uma prioridade fazer o projeto térmico.

Sabe o que é que acontece a esse açoriano?

Simplesmente não consegue licenciar a sua casa, ou seja, há penalizações para quem não cumpre a lei, mas a mensagem que se passa aqui é que o Governo

está acima da lei. O Governo não cumpre e simplesmente não há penalizações. É esta a mensagem que passa aos açorianos.

Eu gostava até que se pronunciasse sobre esta questão.

Depois, eu entendo que a Sra. Secretária a dada altura achasse que não era uma prioridade a eficiência energética, mas não houve qualquer tipo de necessidade em termos de dispêndio de recursos para a celebração de um protocolo com a ADENE, Agência para a Energia, no âmbito do programa que existe no Governo da República, que é o Eco.AP, e nós só celebrámos o protocolo em dezembro de 2017, como consequência positiva mais uma vez do nosso Projeto de Resolução.

Porque é que não se celebrou este protocolo mais cedo?

A Madeira, lembro aqui, celebrou este protocolo em 2015. 2015!

Mas pronto, ainda assim assumiu-se um compromisso, mas eu pergunto-lhe Sra. Secretária: o Governo já mostrou que os compromissos assumidos nem sempre se cumprem. Em relação aqui ao projeto de alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2011/A, de 13 de julho, o Governo também já mostrou que não cumpre a lei. Portanto, que garantias é que nos dão de que agora é que vai ser diferente? De que agora é que é?

O nosso problema nunca foi falta de estratégias. O nosso problema nunca foi falta de compromissos. O nosso problema nunca foi falta de legislação.

O problema dos Açores, o problema do Governo Regional dos Açores é a parte da concretização, a parte da operacionalização.

Portanto, eu pergunto: que garantias, Sra. Secretária, consegue-nos dar as garantias aqui de que agora é que é?

Que credibilidade é que tem este Governo para que nós agora nos sentemos aqui e acreditemos que agora é que é?

Obrigada.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Informo a câmara que se encontra nas galerias um antigo deputado desta Casa, José Francisco Fernandes, a quem saúdo em nome desta Assembleia.

*(Aplausos da câmara)*

Sra. Secretária Regional tem agora a palavra.

**(\*) Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo** (*Marta Guerreiro*):

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sobre esta importante matéria relativa à eficiência energética e em concreto no que diz respeito à eficiência dos edifícios da administração pública reconhecemos que teria sido importante ter-se feito mais.

Aqui somos tão frontais em assumir aspetos menos positivos, como tão veementes na apresentação de propostas e de trabalho concreto ...

**Deputado Manuel Ramos** (*PS*): Muito bem!

**A Oradora:** ... no que estamos a desenvolver e como já tivemos oportunidade de referir e focar ontem ao final do dia.

Como tal, consideramos que importa colocar o foco no futuro e no que está a ser desenvolvido e implementado.

Relativamente às questões que foram colocadas.

Sra. Deputada Graça Silveira, sobre a questão da iliteracia energética.

O levantamento da informação para construção do relatório energético anual realizado junto dos responsáveis dos edifícios públicos revelou de facto que existem muitas dúvidas sobre estas temáticas e que incorreções no *report* destas matérias naturalmente podiam levar a conclusões que não eram as credíveis e que não eram as que nós pretendíamos. Por isso, sim, inverteu-se a estratégia e na linha também do que está a ser feito a nível nacional neste momento com a recolha de informação sobre os consumos de forma automática e diretamente na



fonte (e aqui entenda-se na fonte o prestador do fornecimento de energia, neste caso elétrica), mas mais. Por isso, é que é importante formar gestores locais de energia como foi referido e esta formação não vai ser ministrada por nenhuma empresa, mas sim pelo Centro de Formação da Administração Pública dos Açores, o CEFAPA, e já com esta formação prevista no seu plano para 2018.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Lindo era o Governo cumprir a lei, isso é que era lindo!

**A Oradora:** Este gestor local de energia tem assim a responsabilidade de promover boas práticas de eficiência energética na administração pública e por isso terá competências para analisar os consumos energéticos dos edifícios que gere e com base nessa análise deverá propor medidas de eficiência energética a vários níveis: no edificado, nos equipamentos e também, naturalmente, nos comportamentos. Estando inserido na base de dados de gestores de locais de energia tem acesso a todas as atualizações nesta matéria e, portanto, defendemos a eficiência energética com o investimento que for necessário para tal e com a racionalidade e a boa gestão a que somos obrigados, naturalmente com as melhores soluções possíveis.

Perguntou e bem: e se implementar as medidas previstas no diploma que está aqui em causa para uma seleção de edifícios seria dispendioso, então agora para todo o universo não há um dispêndio maior de recursos?

De facto, a questão aqui é que efetivamente há diferença na abordagem e, portanto, com o aproveitamento da plataforma desenvolvida a nível nacional e que já está a ser testada a nível regional e com a captação automática de dados, sim, com menor investimento conseguimos com simplificação ter uma maior abrangência e depois de termos todos os edifícios neste barómetro identificamos aqueles onde há maior potencial de poupança para configura dos contratos de desempenho energético conseguirmos, sem grande investimento, ou praticamente com nenhum, ter poupanças efetivas e é este o nosso propósito.

Aqui, sim, estamos também a potenciar o mercado privado das empresas que operam nesta área de poderem prestar serviços nesta matéria e em paralelo teremos um corpo de gestores locais de energia capacitado para a implementação desde logo de algumas melhorias.

Sr. Deputado António Lima, perguntava: porque é que este DLR não foi implementado?

Pois, essa de facto é uma questão que nos deve fazer ir até julho de 2011, mês da sua publicação, e que é também o mês de tomada de posse enquanto Diretora Regional de Energia da atual Sra. Deputada Catarina Chamacame Furtado e talvez a mesma nos possa elucidar sobre aquilo que foi feito ou não ...

**Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Posso elucidar disso e muito mais!

**A Oradora:** ... durante os 17 meses que se seguiram e que correspondem a mais de 50% do tempo de implementação deste diploma.

Isto porque tudo o que podemos apurar, ...

**Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Estava preparada a esse nível, Sra. Secretária!

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** No âmbito das responsabilidades políticas!

**A Oradora:** É uma dúvida que temos de facto, porque tudo o que podemos apurar é que foi feito nesse verão ainda um relatório, mas não temos mais que isso. Não temos a análise do mesmo, não temos o relatório com as respostas do inquérito e não temos sequer a portaria que era suposto seleccionar o conjunto de edifícios que seriam alvo deste diploma.

Parece-nos que terá sido aqui que terá começado o incumprimento.

Sra. Deputada Catarina Chamacame Furtado, ainda sobre a sua intervenção inicial há considerações sobre as quais não tecemos sequer cometários, mesmo que insista a vir para esta Casa de dedo em riste. Agora, não podemos aceitar de

forma deliberada que deturpe afirmações com o objetivo de tentar construir um caso que de verdade bem sabe não tem, mas que quer a todo o custo ter.

Desafio-a a encontrar alguma declaração minha onde diga que a eficiência energética não é uma prioridade.

**Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Também disse que o relatório foi deturpado!

**A Oradora:** Aliás, o que foi dito na comissão e consta do relatório é, cito: “O plano da eficiência energética é estratégico e uma prioridade e deve ser aplicado o mais rapidamente possível.”

**Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Mas está nas gravações!

**A Oradora:** Por isso o que a Sra. Deputada diz é falso.

Desafio-a também a ler com honestidade a entrevista da Diretora Regional da Energia onde alega que a mesma justifica a não implementação do diploma com falta de recursos financeiros, quando o que lá consta nem é uma citação, mas sim ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ai, o papel!

**A Oradora:** ... uma interpretação da jornalista que considera naquilo que é dito, com base numa constatação genérica, sobre o facto de entre outros fatores, os investimentos insociais constituírem efetivamente uma barreira na aposta à eficiência energética. Concluir o resto é pouco rigoroso.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**A Oradora:** O que estará em causa é de facto boa gestão de dinheiros públicos que foi aludida quando se explicou que tínhamos a hipótese de utilizar uma aplicação já desenvolvida a nível nacional, sem custos, por via do protocolo estabelecido com a ADENE, não faria sentido estar a investir numa plataforma de raiz na Região. Parece-me simples racionalidade económica.

Agora, não podemos deixar de notar que a Sra. Deputada tem-se de facto em muito boa conta. Acha que a atuação do Governo responde a respostas e iniciativas do PSD.

Pois sobre esta matéria, Sra. Deputada, consulte por favor o Programa do Governo e o ponto onde é referido expressamente o objetivo “desenvolvimento do programa da eficiência energética da administração pública estrategicamente alinhado com as ambições nacionais do programa Eco.AP”, o que nos parece suficientemente elucidativo do que hoje aqui defendemos ...

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** ... e considera ainda que desde há seis anos atrás o Governo perdeu força e ficou cansado, supõe-se que com a sua saída.

Pois, sobre isto não posso deixar de dizer que o trauma, Sra. Deputada e ex-Diretora Regional da Energia, não foi seguramente a sua saída dessa direção, pelo menos para o Governo e talvez essa dificuldade em aceitar a realidade seja o que leva consecutivamente o PSD a viajar no tempo em matérias energéticas para 2011 e para 2012.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Mania de personalizar as coisas!

**A Oradora:** É uma opção. Agora, o repto que o Governo faz é que se centre no futuro e use a sua experiência em propostas concretas neste setor.

O que vos posso garantir é que quando o fizer e se o fizer as mesmas serão naturalmente bem recebidas. Acredito, sim, que isso é que é o esperado pelos açorianos no que respeita ao trabalho que deve ser desenvolvido nesta Casa.

Obrigada.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária.

Sra. Deputada Catarina Furtado tem a palavra.

(\*) **Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou citar aqui a notícia do *Açoriano Oriental* de 3 de maio de 2017 ...

**Deputada Graça Silva (PS):** Ah, uma notícia!

**A Oradora:** ... e diz assim: “Ora, o que acontece é que tanto o Governo Regional, como as autarquias obrigadas a implementar os sistemas de monitorização e divulgação não o fizeram. O motivo, considera a Diretora Regional da Energia, está relacionado com os custos associados à implementação desses mesmos sistemas de avaliação.”

Portanto, a culpa é da jornalista que eventualmente não percebeu as palavras da Sra. Diretora Regional.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Muito bem!

**A Oradora:** Quanto ao incumprimento da legislação que é de julho de 2011 e estamos (atenção!) em 2018 a culpa da não implementação das obrigatoriedades que tinham três anos para o cumprimento, ou seja, o incumprimento só se efetiva a partir de 2014, mas ainda assim em 2014 quando eu já não sou Diretora Regional da Energia, mas eu assumo, fico também com as culpas, mas havemos de ficar também com a responsabilidade de finalmente colocar na agenda do dia a eficiência energética que ficou esquecida ...

**Deputado Miguel Costa (PS):** Tanto trabalho a preparar isso!

**A Oradora:** ... e isto, Sra. Secretária, não pode apagar.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**A Oradora:** Não retiro nada do que lhe disse da minha intervenção e não consegue o facto de que estamos aqui e vai haver sequência a este assunto, porque o PSD tomou rédeas do assunto.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem!

**A Oradora:** Havia mais uma questão.

Ah! Em relação ao relatório eu também disse ...

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Ah!!**

**A Oradora:** Nem “ah”, nem meio “ah”!

Em relação ao relatório também referi, da minha intervenção ontem da tribuna, que o relatório (e o Sr. Deputado Carlos Silva pode aferir) que houve tentativa por parte do PSD-Açores de introduzir alterações às nossas afirmações e às nossas questões e a respostas da própria Sra. Secretária e não houve da parte do Partido Socialista qualquer tipo de atitude positiva no sentido de fazer as retificações, tanto é que a nossa votação, o nosso parecer ao relatório foi negativo, foi contra, fomos contra o relatório.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**A Oradora:** Portanto, acho que ficou tudo esclarecido ontem. Não vamos agarrar o relatório, porque o relatório, ele, está deturpado e quanto muito existem gravações da Comissão de Economia.

Obrigada.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Carlos Silva tem agora a palavra.

(\*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não era suposto intervir neste debate, mas a bem da verdade e que seja reposta aqui a verdade dos factos ...

**Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Da sua verdade!

**O Orador:** ... o que aconteceu (enquanto relator tenho essa função de esclarecer o que aconteceu) é repetitivo e foi colocado um prazo para responder ao relatório, o prazo não foi cumprido pelo PSD, ...

**Deputado Francisco César (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... foi pedida uma prorrogação, mesmo na prorrogação o prazo continuou a não ser cumprido e após sucessivos adiamentos o que aconteceu foi que a Deputada Catariana Furtado pretendia alterar as declarações de outras pessoas que não as suas palavras.

**Deputado Miguel Costa (PS):** Muito bem!

**Deputado Luís Garcia (PSD):** É melhor pedir as gravações!

**O Orador:** Portanto, como já estava fora do prazo não foram aceites essas alterações. Também deixo apenas aqui um pormenor que é relevante para percebermos do que é que estamos a falar. Dos relatórios que foram feitos na Comissão de Economia e enquanto sou relator creio que é o único relatório que não foi aprovado pelo PSD. Coincidência das coincidências é dos poucos relatórios que tem intervenções da Deputada Catarina Furtado.

Portanto, isso revela bem a postura da deputada em causa e a necessidade de protagonismo constante que a mesma tem.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros tem a palavra.

(\*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós na Comissão de Economia e seguramente noutras comissões temos prazos de resposta e temos também propostas de alteração a relatórios que em função dos intervenientes e em função das matérias algumas são mais exigentes do que

outras. Portanto, nós temos que respeitar cada um dos intervenientes nesses relatórios e em função da matéria em causa é evidente ...

**Deputado Carlos Silva (PS):** Todos os outros deputados responderam!

**O Orador:** Podem ser mais ou menos exigentes e o que passou no caso é que da parte do Grupo Parlamentar do PSD a promotora diretamente envolvida da iniciativa tinha exigências que não foram cumpridas naquilo que ela considerava ser o seu padrão e nós temos que respeitar isso.

Portanto, o Sr. Deputado Carlos Silva vir aqui falar em prazo, em incumprimento de prazos penso que é incorreto.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Seja rigoroso, Sr. Deputado!

**O Orador:** Aliás, sempre houve entendimento nessa matéria.

Nós reconhecemos que podem haver prazos que podem não ser cumpridos, agora a partir daqui e citar uma deputada em específico, ou especificamente relativamente a essa matéria penso que é deselegante no mínimo.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Deputado Carlos Silva (PS):** Quem o fez não fui eu!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Pede a gravação, Catarina!

*(Neste momento, o Deputado Jorge Jorge foi substituído na Mesa pelo Deputado Bruno Belo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

*(Diálogo entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados!



Srs. Deputados, estes assuntos sobre as comissões deverão ser tratados ...

Sras. e Srs. Deputados!

Os assuntos das comissões deverão ser tratados nas comissões e não em sede de plenário.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(\* **Deputada Graça Silveira (CDS-PP)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pode ser que eu com esta minha voz ... Isto está de maneira que nem assim!

*(Diálogo entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD)*

**Presidente**: Sras. e Srs. Deputados!

Lamento informar-vos, mas eu não estou aqui para andar a gritar por vós.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP)**: Muito bem, Sra. Presidente!

**Presidente**: Ou se calam, ou eu faço um intervalo e vão tratar dos assuntos das comissões lá para fora.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(\* **Deputada Graça Silveira (CDS-PP)**: Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Srs. Membros do Governo:

É recorrente esta situação de sempre que questionamos o Governo porque é que não se fez uma determinada coisa a desculpa é, porque amanhã vamos fazer muito mais, ou seja, não fazemos o pouco que podemos fazer hoje, sempre na promessa de que amanhã faremos o dobro e amanhã nunca chega e as coisas acabam nunca acabam por nunca acontecer.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Muito bem!

**A Oradora**: E nesta questão da eficiência energética havia variadíssimas coisas que não custavam dinheiro ao Governo, que era só haver vontade política ...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Muito bem!

**A Oradora:** ... de implementar um determinado número de coisas e nomeadamente e já ontem mencionei a questão das equipas técnicas.

Sra. Secretária não me venha dizer que os gestores de energia locais neste momento vão substituir uma equipa técnica, porque uma equipa técnica tem de se sentar, reunir e definir uma estratégia para todos os edifícios, ...

**Deputado André Rodrigues (PS):** A equipa técnica diz uma coisa e os gestores dizem outra!

**A Oradora:** ... porque senão o operador do edifício *a* acha uma coisa, o operador do edifício *b* acha outra coisa qualquer e o Governo acaba por nunca fazer rigorosamente nada, porque as informações que tinha eram incoerentes ou eram incompatíveis e nisso voltamos à questão de que a Sra. Secretária me veio explicar de que efetivamente teve de mudar de estratégia, porque os inquéritos que fez denunciaram uma iliteracia energética.

Oh, Sra. Secretária, acha que fazendo um questionário a funcionários que estão a trabalhar em edifícios públicos lhe sabem explicar qual é a percentagem das diferentes fontes energéticas que se utiliza em cada edifício?

Qual é o impacto em termos de CO<sub>2</sub> que isso tem em cada um desses edifícios e qual é o tempo de comportamento térmico de cada um deles?

Obviamente que ia dar uma iliteracia energética. Aquilo que eu acho estranho é o Governo Regional ter achado que por essa via ia conseguir os dados que necessitava. Agora vem dizer que vai alargar a todos os edifícios que tenham uma plataforma e, portanto, esse registo vai ser automático.

O registo vai ser automático única e exclusivamente para os consumos de energia elétrica e a Sra. Secretária sabe isso muito bem. Todas as outras fontes, seja o gás, seja fuel, vão ter que ser introduzidos à mão, não é um registo automático e os comportamentos que muitos deles são determinantes dos funcionários deixarem equipamentos ligados, de não haverem fichas em que se possa automatizar quais são as horas que são ligados e desligados, tudo isso que

a si, enquanto Secretária de Energia, não lhe devia precisar estar a explicar, não é automatizado e é preciso identificar em cada um dos edifícios quais são os comportamentos que estão a conduzir a baixas de eficiência energética.

Tudo isto podia ter sido feito e analisado ao longo dos últimos sete anos e não foi, não foi feito num determinado número de edifícios e agora diz: “Agora é que vai ser e vai ser em todos porque é automático.”

É automático o registo de consumos de eletricidade e isso não representa rigorosamente nada para os cálculos da eficiência e de comportamento energético dos edifícios da Região.

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sra. Deputada Catarina Furtado tem a palavra.

(\*) **Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Deixar aqui bem claro que as perguntas e os pedidos de esclarecimentos que eu efetuei na minha última intervenção à Sra. Secretária não foram prestados.

Depois, queria já aqui fazer-lhe uma pergunta que eu gostava que me respondesse de forma muito sincera: sabe quanto é que representam os consumos dos serviços públicos e da iluminação pública na estrutura de consumo acumulada de janeiro a dezembro de 2017? Sabe?

Quanto é que representam na estrutura de consumo, ou seja, os consumos públicos, os consumos dos edifícios e das vias públicas, sabe quanto é que representou em 2017 no total do acumulado dos consumos?

Isto é iliteracia em matéria de energia, mas eu vou responder-lhe. São 14,5%, ou seja, não é de todo desprezável.

Portanto, o Governo tem de dar exemplo em matéria de energia e em matéria de eficiência energética.

14,5% de consumos nos serviços e nas vias públicas não é um consumo desprezável.

Obrigada.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado André Rodrigues tem a palavra.

(\*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, para registar claramente uma evolução do discurso relativo a esta questão da eficiência energética.

Ainda ontem praticamente todos os partidos da oposição referiam que não havia estratégia; hoje, alguns deles já reconheceram que há estratégia, mas o que existe afinal é falta de concretização.

Registo claramente esta mudança de posição e que fica muito bem para uma Região como os Açores que tem uma estratégia para a energia bem definida e que é considerada por muitos referência internacional.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Depois, referir que parece que existia uma estratégia regional da energia antes de *c* e uma estratégia regional de energia depois de *c*. Também ficou aqui provado que não existiu nada disso e a própria Sra. Deputada Catarina reconheceu que também quando esteve no Governo teve alguns incumprimentos e inconsequimentos da lei aprovada nesta Assembleia.

Gostava também, e uma vez que se falou aqui nos comportamentos e a Sra. Deputada Graça Silveira referiu que, por exemplo, poderia existir medidas fáceis de serem tomadas do ponto de vista dos comportamentos, ...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Não eram tomadas, eram identificadas!

**O Orador:** ... devo dizer que eu era Delegado das Obras Públicas, o Sr. Deputado Miguel Costa era Diretor Regional dos Transportes, o Sr. Deputado José Contente era Secretário e a Sra. Deputada era Diretora Regional e houve uma diretiva e uma informação para todos os serviços em que houve uma redução de 20 a 30% só através dos comportamentos em todos os edifícios da administração pública.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Como calculou esses 30%?

**O Orador:** O que é que faltou aqui?

Pois, já se percebe muita coisa, Sra. Deputada. Está a perceber-se muita coisa da sua parte.

Esses relatórios eram remetidos, sim senhor, mas depois não eram divulgados e não foi feita a parte da divulgação dessas mesmas medidas.

Relativamente às vias públicas a Sra. Deputada deveria ter conhecimento que em 2012 ...

**Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Iluminação pública! Não são vias públicas! A sua pesquisa está malfeita, faça-a novamente, se faz favor!

**O Orador:** Nas vias públicas a iluminação pública representa a maioria dos consumos energéticos e foi feita em 2012 uma redução de 600 mil euros no consumo de eletricidade nas vias públicas.

Desde 2012 para cá tem existido já outro tipo de medida que foi a aposta nas reduzidas luminárias para o mínimo possível para garantir na mesma condições de segurança para quem circula, seja os veículos, sejam as pessoas; a partir de 2015 começou-se a substituir estas luminárias por leds.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Não é verdade!

**O Orador:** Mais uma medida de eficiência energética que foi concretizada pelo Governo Regional, simplesmente não foi publicada.

O que estamos aqui a falar não é de não aplicar medidas de eficiência energética, mas é sim o Governo não ter conseguido colocar disponível numa plataforma online essa mesma informação.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Já não basta a iliteracia energética, agora vem chamar-nos de burros!

**O Orador:** Relativamente ao facto do Partido Socialista apresentar um DLR ... Não fizemos tudo, mas eu dei-lhe alguns exemplos daquilo que fizemos que era para não se passar a ideia que o Governo Regional durante esses anos todos não fez nada. Não é verdade.

Relativamente à questão da proposta de alteração ao DLR o Partido Socialista entende que sempre que existir evoluções do ponto de vista da realidade em que seja necessário adequar legislação às situações atuais, o Partido Socialista também será ele próprio a apresentar propostas de alteração que melhorem a legislação para que se cumpra a partir daqui.

Termino, dizendo claramente que a Região Autónoma dos Açores tem uma estratégia para a energia, continuará a ser referência internacional na área da energia por muito e bons anos e estamos claramente focados, mas sim, no futuro e não no passado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

**(\*) Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (Marta Guerreiro):**

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Graça Silveira, relativamente às questões que colocou.

Não é o que vamos fazer amanhã, é o que estamos a fazer. É muito diferente.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** É que ultimamente não vemos. É que os senhores fazem, fazem, fazem e nós não vemos!

**A Oradora:** Esse é o nosso foco.

Segunda questão: equipas técnicas.

Se terá ouvido o que foi dito com atenção, perceberá que os gestores locais têm precisamente essa função, porque não é necessário que equipas técnicas se reúnam para decidir o que fazer para todos os edifícios, porque cada edifício tem uma realidade e, portanto, cada edifício tem de ser analisado com os consumos que gera e atuar sobre ele de acordo com as suas características, em primeiro lugar naturalmente naqueles que revelam maior potencial de poupança, como será óbvio.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** E esses técnicos têm que formação? Caseira?

**A Oradora:** Relativamente à estratégia utilizada de recolha manual dos consumos, pois é uma estratégia que não era perfeita, mas foi a que foi usada e que esteve em uso no continente e está neste momento a ser revista para tornar de facto com que é possível hoje em termos de trocas informáticas ter também um sistema automatizado. É uma evolução natural, faz sentido. Em determinada tentou-se fazer de forma mais direta, mais manual, mais rápida, mas o que é mais eficiente é efetivamente termos automatismos e é nisso que se está a trabalhar. Parece-me que também será fácil de perceber.

Relativamente também ao peso do consumo de energia elétrica nos edifícios também referi (e terá com certeza ouvido) que este automatismo só é possível no que diz respeito à energia elétrica. No que diz respeito ao diesel, ao gás, teremos de manter por razões óbvias o controlo manual. Também foi referido. Naturalmente que é uma contingência.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Não foi o que a senhora disse! Disse que ia ser automático!

**A Oradora:** Não, não disse não senhora.

Sra. Deputada Catarina Chamacame Furtado, pois a minha iliteracia energética se calhar também vai a outros níveis, porque nas suas declarações eu não vi nenhuma questão.

Pedir garantias ao Governo para implementar legislação não me parece que seja uma questão, mas deve ser um problema de iliteracia minha eventualmente.

No que diz respeito ao peso dos consumos energéticos dos serviços e vias públicas os dados que tenho não apontam para 14%, apontam para menos. De qualquer forma, mesmo que sejam menos não é menosprezável, nem nunca ninguém disse que tal seria. Seja 14, seja 10, seja cinco, o nosso objetivo (e é por isso que estamos a discutir hoje isto aqui e é por isso que o Partido Socialista fez uma proposta de alteração ao DLR) é porque achamos que é importante atuar sobre os mesmos.

Obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver inscrições.

Não havendo mais inscrições, vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.



**Presidente:** Passamos ao ponto quatro da nossa Agenda: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 12/XI – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 27/2004/A, de 24 de agosto, que aprova o regime jurídico da gestão do património arqueológico”.**

Os tempos são os do processo legislativo comum e tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

(\*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta Proposta de Decreto Legislativo Regional altera e republica o Decreto Legislativo Regional n.º 27/2004/A, de 24 de agosto, que aprova o regime jurídico da gestão do património arqueológico e que posteriormente conheceu alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 8/2006/A, de 10 de março, tendentes ao enquadramento da criação de parques arqueológicos.

O decreto legislativo regional agora em alteração filia-se entretanto em três diplomas enquadradores: a Lei n.º 19/2000, de 10 de agosto, que outorga a gestão do património arqueológico às Regiões Autónomas; a Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, ainda hoje a lei de bases do património cultural em vigor; e o Decreto Lei n.º 164/97, de 27 de junho, que rege a arqueologia subaquática e de que o nosso decreto legislativo regional agora em alteração foi profundamente devedor.

Além disso, as alterações agora introduzidas neste decreto legislativo regional consideram o preceituado em importantes convenções internacionais ratificadas pelo estado Português, são os casos da Convenção da Unesco para a proteção do património cultural subaquático de 2 de março de 2001; da Convenção Europeia para a proteção do património arqueológico de La Valetta de 16 de janeiro de 1992; da Carta de Cracóvia de 26 de outubro de 2000; dos princípios para a salvaguarda e gestão dos povoados e áreas urbanas históricas da

Assembleia do ICOMOS de 28 de novembro de 2011; e das orientações técnicas para a aplicação no património mundial da Unesco de 2013.

Neste momento, volvidos 14 anos sobre a ação legislativa de 2004 esta proposta de alteração visa a adaptação do diploma ao novo figurino da arqueologia regional e às novas orientações arqueológicas internacionais.

De uma certa forma contra uma datação muito estrita pretende-se conferir ao renovado decreto legislativo regional um carácter mais intemporal, que lhe permita enfrentar melhor os desafios do futuro mais próximo ou eventualmente mais longínquo.

Do mesmo modo o objetivo da alteração legislativa pretende conferir à proteção do património arqueológico um carácter de salvaguarda, não propriamente de reação às vicissitudes do quotidiano.

No entanto, neste processo impera muito a expansão das intervenções no terreno. É o que se deduz, por exemplo, do acréscimo desde a publicação do diploma de cerca de meia centena para cerca de três centenas de sítios arqueológicos inventariados, tudo isto fruto do alargamento do universo cronológico da própria arqueologia que já não é somente uma ciência da pré-história e da antiguidade e da entrada em vigor a partir de 2006 do regime jurídico das avaliações de impacto ambiental que obrigam ao acompanhamento das grandes obras públicas.

Uma das mudanças registadas respeita ainda à supressão das referências ao património arqueológico subaquático que embora seja o mais representativo da Região à escala internacional seguia, entretanto, pelos mesmos métodos, pelas mesmas técnicas da arqueologia terrestre sem diferença substancial facto que justifica a unificação de ambas as valências da intervenção arqueológica.

Este reforço da salvaguarda do património arqueológico dispensa, entretanto, a perspetiva mais tradicional excessivamente proibitiva, possibilitando maior compatibilização da preservação do património com as necessidades do

desenvolvimento económico das localidades, por exemplo, da atividade portuária e da promoção do turismo.

Mesmo no âmbito da arqueologia em meio aquático basta a observância das recomendações previstas na Convenção de Proteção do Património Cultural Subaquático dada a inexistência do risco imediato do acometimento do mar dos Açores por caçadores de tesouros, considerando também a conveniência do envolvimento da comunidade na proteção do património cultural subaquático, caso dos operadores de mergulho.

Porém, como o objetivo da alteração legislativa se prende com o reforço da preservação do património procede-se à criação de cartas de risco arqueológico para os conjuntos classificados de interesse público e respetivas zonas de proteção e para as zonas de proteção de imóveis individualmente classificados como de interesse público. Mais uma medida de implementação de procedimentos preventivos e de boas práticas que precedam convenientemente as operações urbanísticas em auxílio de projetistas e de proprietários, no planeamento das intervenções e no cálculo dos investimentos.

De resto, a alteração e a republicação do diploma de 2004 sobre a gestão do património arqueológico enquadra-se noutras iniciativas do Governo Regional em matéria de cultura, por exemplo a Rede Regional de Museus e a Rede de Parques Arqueológicos Subaquáticos, que permitem o resgate, a valorização e a promoção do património e da história dos Açores e demonstram o empenho continuado da conclusão de infraestruturas culturais necessárias a uma oferta museográfica adaptada às necessidades e às exigências de um público contemporâneo.

À revisão deste diploma preside também um propósito de desburocratização de procedimentos para agilização dos trabalhos de preservação do património. A título de exemplo o Plano Regional de Trabalhos Arqueológicos deixa de ser aprovado por resolução do Governo Regional, passando a sê-lo por despacho do

Secretário Regional da Educação e Cultura, ao mesmo tempo que desaparecem os concursos públicos para trabalhos de execução do plano substituídos por candidaturas *ad hoc* realizadas junto da Direção Regional da Cultura pelas entidades científicas e pelas associações culturais.

Após a aprovação desta proposta de alteração legislativa proceder-se-á de imediato ao trabalho de regulamentação para que se atinjam padrões de maior qualidade no registo, na interpretação e na divulgação dos resultados.

Muito obrigado.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado César Toste tem a palavra.

(\*) **Deputado César Toste** (*PSD*): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De acordo com a legislação portuguesa o património arqueológico é constituído por todos os vestígios, bens e outros indícios da evolução do planeta, da vida e dos seres humanos, cuja preservação e estudo permitam traçar a história da humanidade e a sua relação com o ambiente, nomeadamente os obtidos no âmbito da atividade arqueológica como disciplina científica.

São testemunhos com valor de civilização ou de cultura, portadores de interesse cultural relevante e refletem valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade, competindo às entidades governamentais proceder ao seu arquivo, conservação, gestão, valorização e divulgação.

Nos Açores o património arqueológico é riquíssimo. A sua amplitude ultrapassa a terra e o mar, concentrando em si a história do mundo.

Todos os contributos ao melhoramento da lei são importantes para a sua proteção e valorização.

Na análise desta segunda proposta de alteração denota-se mais rigor e exigência na autorização e desenvolvimento de trabalhos arqueológicos.

Por outro lado, a introdução de cartas de risco representa uma inovação que bem articulado com todos os municípios dos Açores será um bom instrumento para respeitar o património arqueológico.

Neste sentido, o Grupo Parlamentar do PSD votará a favor do seguinte diploma, no entanto, pergunta ao Sr. Secretário Regional relativamente e principalmente às cartas de risco: qual é a abertura dos municípios dos Açores relativamente à elaboração destas cartas?

O que implica para os mesmos a construção delas?

Face a este contexto e dando por exemplo o exemplo do que aconteceu aqui na cidade da Horta, na construção do Largo do Relógio, em que por um interesse sobejamente conhecido dos vestígios arqueológicos onde ocorreram obras entretanto se estas cartas de risco são para também colmatar estas situações que estão a acontecer e para que se previnam no futuro estas situações.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O património arqueológico na legislação portuguesa é definido como sendo constituído por todos os vestígios, bens e outros indícios da evolução do planeta, da vida dos seres humanos, cuja preservação e estudo permitam traçar a história da humanidade e a sua relação com o ambiente, nomeadamente os obtidos no âmbito da atividade arqueológica como uma disciplina científica.

Os indivíduos e a sociedade fazem-se valer das suas ligações geográficas, históricas e patrimoniais como elementos fundamentais para o nosso enquadramento no mundo atual.

A importância de inventariar, preservar, conhecer e dar a conhecer o património arqueológico é, por isso, parte essencial deste processo.

A Lei n.º 19/2000, de 19 de agosto, transferiu de forma clara as competências na área da gestão do património arqueológico para as Regiões Autónomas.

A proposta de Decreto Legislativo Regional que hoje debatemos, sendo a segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 27/2004/A, de 24 de agosto, para além de simplificar procedimentos e eliminar requisitos, elimina da atual legislação a secção respeitante especificamente ao património arqueológico subaquático. Este mesmo património (património subaquático) é unanimemente apontado como uma particularidade de especial importância para a Região dado o acervo de artefactos que jazem no fundo dos nossos mares e nos colocam no mapa mundial da arqueologia subaquática.

Convém recordar que em plena década de 90 do século passado o património arqueológico subaquático estava entregue à exploração comercial.

Esta proposta, para além dos trabalhos arqueológicos integrados no Plano Regional, abre a porta a que sejam autorizados, mediante candidatura, trabalhos arqueológicos a desenvolver por entidades de carácter científico com fins lucrativos.

Perante esta alteração gostaria de perguntar ao Sr. Secretário que garantias dá o Governo Regional de que os trabalhos arqueológicos realizados por empresas não irão por em causa o património arqueológico e que isso não leva a uma mercantilização do nosso património?

Que meios irá utilizar e de que forma irá o Governo Regional fiscalizar esses trabalhos, principalmente quando falamos de uma atividade de especial complexidade como é a arqueologia subaquática?

É mais fácil detetar quem explora o quê e como e para quê em terra do que no mar, onde é muito mais difícil detetar o que se faz, quem o faz e como o faz.

Patrick Becker, fotógrafo que integrou em 1972 a *Azores Marine Archeological Expedition*, também o diz quando em 7 de julho de 2016, em entrevista, afirmou que a partir do momento e passo a citar “em que alguém está na água ninguém pode ver o que se passa e o que esta pessoa está a fazer.”

Sr. Secretário, pergunto também se o Governo Regional dispõe dos meios necessários para a fiscalização de trabalhos arqueológicos subaquáticos?

Para além disso, na atual proposta de alteração, no que concerne ao plano de exploração, deixa de ser obrigatoriamente requerido às entidades candidatas à realização de trabalhos arqueológicos os meios ou facilidades que dispõem para a conservação e restauro, bem como para o estudo científico dos bens móveis e imóveis que surgirem durante a intervenção arqueológica, bem como a calendarização das ações.

Sr. Secretário, a dispensa do cumprimento obrigatório destes requisitos não poderá dificultar o acompanhamento e a fiscalização por parte do Governo Regional e facilitar a entrada de entidade de carácter científico menos preparadas, pondo em causa a qualidade do trabalho realizado, assim como a preservação dos sítios e artefactos arqueológicos?

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, pediu a palavra. Tem a palavra.

**Deputado João Corvelo (PCP):** Era para pedir um intervalo regimental a que temos direito.

**Presidente:** É regimental.

Regressamos daqui a 15 minutos.

*Eram 16 horas e 07 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

*Eram 16 horas e 32 minutos.*

Sras. e Srs. Deputados, vamos então continuar o debate sobre esta proposta de decreto legislativo regional.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras tem a palavra.

(\*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este diploma vigente estabelece o quadro normativo quanto à gestão do património arqueológico no sentido da sua preservação, salvamento, investigação e valorização, património este de grande riqueza da Região, nomeadamente o património cultural subaquático.

As alterações que são aqui propostas são praticamente todas consensuais em relação a matéria que no entender do Grupo Parlamentar do CDS-PP é de todo importante e também sendo uma adaptação à realidade atual da Região, bem como às normas internacionais, como a Convenção já aqui referenciada da Unesco para a proteção do património cultural subaquático, entre outros.

Efetivamente, durante estes últimos anos a realidade na Região mudou. De uma centena passámos para três centenas de parques arqueológicos. Há uma procura maior por este tipo de património e a verdade é que agora, se calhar até de uma forma mais reforçada, é sem dúvida imprescindível assegurar a salvaguarda deste património. Não podemos correr o risco do aproveitamento turístico que se faz do mesmo o possa colocar em causa e também é sempre de todo importante salvaguardar a permanência deste património na Região.



A baía de Angra do Heroísmo é histórica e é comprovadamente uma ratoeira para navios, das dezenas de navios que já lá naufragaram. O último que lá se perdeu, o Fernão de Magalhães, não foi assim há tão pouco tempo quanto 1996. Contudo, este sítio arqueológico de interesse regional, nacional e internacional exige uma política coerente de salvaguarda, de estudo e valorização do património arqueológico, assumindo a Região que este é um recurso estratégico não renovável e que se reveste da maior importância, como fator identitário e promotor de um desenvolvimento regional sustentável.

A reserva de Lidador é um balão de ensaio para uma política ambiciosa de reservas arqueológicas subaquáticas capazes de potenciar uma das novas apostas do turismo na Região, que é o mergulho.

Mais, a baía de Angra, quase sempre acessível, fácil de trabalhar, com condições científicas únicas no mundo, é um local onde a Unesco teria todo o interesse em montar um centro mundial semelhante ao que existe em Zadar, na Croácia, e à volta do qual se organizam permanentemente congressos, ações de formação que atraem investigadores de todo o mundo.

Como tal, vai o Governo Regional finalmente acordar para todo este enorme potencial desaproveitado?

Outra das alterações que este DLR introduz é a introdução das cartas de risco. Sem dúvida que nos parece uma medida importante na salvaguarda do património. É certo que este (e como está até referenciado no próprio diploma) será feito com e em parceria dos municípios, pois efetivamente só assim é que se conseguirão obter os resultados de salvaguarda que se pretende.

Contudo, pergunto Sr. Secretário: se efetivamente com os municípios já está acordado em que termos é que isto se irá processar?

Também algo que nos parece pertinente quanto à salvaguarda do património arqueológico e que até foi mencionado pelo Sr. Secretário em sede de comissão, que seria melhorar a qualidade dos registos e inventariações e até agora também

na sua intervenção mencionou o facto da importância da divulgação desta inventariação e parece-nos de todo importante, mas também a verdade é que mais importante do que anunciar, é efetivamente que tal se concretize, ou seja, que passemos a ter inventariações e registos com uma qualidade maior e que efetivamente se passe a fazer a divulgação desse trabalho.

Também todas as alterações, e no entender do Grupo Parlamentar do CDS-PP, legislativas são importantes, única e exclusivamente se constituírem também um primeiro passo para que o património arqueológico da nossa Região possa ser protegido, valorizado e potencializado em áreas como o turismo, quer também no desenvolvimento científico da Região.

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Susana Costa tem a palavra.

(\*) **Deputada Susana Costa (PS):** Obrigada, Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em boa hora foi a data escolhida para a discussão deste projeto de decreto legislativo regional hoje, dia 18 de abril, porque hoje 18 de abril é o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, em 2018 que também se comemora o Ano Europeu do Património Cultural.

Portanto, esta associação por agenda vem de facto prestar ainda maior dignidade a esta revalorização do património arqueológico.

Como já foi aqui dito pelo Sr. Deputado António Lima, as competências da arqueologia que estavam até à viragem do século confinadas ao Governo da República, a partir de 2000 passaram a ser uma responsabilidade da Região Autónoma dos Açores e por via desta alteração foi efetivamente elaborado o Decreto Legislativo Regional de 2004, atualizado em 2006, como referiu o Sr. Secretário da Educação e Cultura, mas a verdade é que mesmo a partir desta

data de 2004 e 2006 tornava-se cada vez mais urgente uma revisão do Decreto Legislativo Regional em vigo devido a um conjunto de vicissitudes internacionais que de facto faziam com que os Açores também tivessem que atualizar a sua legislação sobre o património arqueológico.

Em primeiro lugar, o quando em 2006 Portugal retifica a proteção do património cultural subaquático era imprescindível que os Açores se associassem nesta atualização protecionista.

Depois, em 2011 a ICOMOS vai conferir no panorama mundial novas orientações sobre a gestão das áreas urbanas, ou seja, em 2011 a ICOMOS chama a atenção para a importância de uma arqueologia no plano urbano e cidadão.

Depois, já mais recente, em 2013, também a Unesco chama a atenção para a necessidade de se ter maior preciosismo técnico, fazendo um manual de orientações técnicas para precisamente a aplicação do património mundial, que como sabem nos Açores temos duas áreas classificadas, quer o centro histórico de Angra do Heroísmo, quer a paisagem vinícola da ilha do Pico. Portanto, em 2013 mais uma adenda para que os Açores se atualizassem nesta sua legislação. Esta atual proposta do Governo Regional creio eu que se pode destacar em cinco eixos.

Em primeiro lugar: mantém-se, como foi também aqui referido pela Deputada Catarina Cabeceiras, a importância do património cultural subaquático, que eu diria que é uma das importâncias cruciais para a cultura da Região Autónoma dos Açores. É um dos eixos de desenvolvimento mais veemente e esta legislação continua efetivamente a ser bastante interessante para mapear, inventariar, classificar e proteger tudo aquilo que diz respeito ao património cultural subaquático.

Mas esta legislação acresce algo que para mim é deveras importante. Nos últimos 10, 20 anos estivemos sempre a fazer uma luta para que o olhar sobre a

arqueologia da Região não se confinasse ao património cultural subaquático, mas também dignificasse aquilo que é designada como a arqueologia terrestre e esta proposta – muito bem e em excelente hora – vem, portanto, valorizar a arqueologia terrestre com algo que também já aqui foi valorizado acima de tudo de ações preventivas. Ou seja, a experiência o que nos dizia era que muitas vezes os arqueólogos eram chamados ao terreno quando se descobriam achados fortuitos em determinadas obras ou em outras circunstâncias e de certa forma a arqueologia terrestre acabava apenas por ser uma tentativa imediata e esta legislação aquilo que está a valorizar, e é um aspeto fundamental, são as questões das ações preventivas. Ou seja, antes eram reativas, era só quando havia vestígios praticamente quase já a serem destruídos e partidos e agora temos estas questões da ação preventiva, uma investigação programada até porque, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, no artigo n.º 22 até são delineados níveis de intervenção desta ação arqueológica preventiva. Por exemplo, uma mera memória histórica de sítio, um acompanhamento arqueológico da obra, as sondagens e acompanhamento, depois uma escavação integral, a escavação e a musealização dos artefactos achados, ou inclusive zonas de interdição de operações urbanísticas.

Portanto, esta questão, repito, de ação preventiva é fundamental e como foi referido não só pelo Deputado César Toste, mas também pela Deputada Catarina, a questão das cartas de risco é o instrumento, é a ferramenta para regulamentar esta ação preventiva.

Estas cartas de risco estão nesta fase por agora dever ser aplicadas nos conjuntos classificados de interesse público e nas suas áreas envolventes. Aquilo que a legislação nos diz, as áreas envolventes são geralmente cerca de 50 metros à volta dos imóveis classificados e estas cartas de risco são de facto fundamentais para prevenir eventuais obras que se venham a fazer e como foi também aqui já notado, as cartas de risco são uma corresponsabilidade do

Governo Regional, mas são uma responsabilidade do Governo Regional em parceria com as autarquias e isto é outra novidade nesta legislação que é de salientar, porque é fundamental o Governo e as Câmaras Municipais articularem-se nas obras a realizar – repito: sempre numa atitude preventiva para não destruir os imóveis classificados de interesse público – e porque naturalmente é competência do Governo, é uma responsabilidade do Governo -, mas este braço dado com o poder municipal também obriga o poder municipal a colaborar, mas também a corresponsabilizar-se pelas obras que são feitas no seu circuito de tutela autárquica.

**Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** Portanto, estas parcerias são efetivamente demasiado importantes para não serem aqui destacadas.

Eu queria aqui só acrescentar uma adenda, até porque a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras referiu na sua intervenção duas áreas. Eu creio que todo este projeto de decreto legislativo regional tem, sem dúvida, um investimento que visa as questões do turismo cultural, mas parece-me que *a priori*, e não descurando a importância que o turismo cultural tem numa economia insular que como sabemos está franco desenvolvimento, o que me parece muito importante é ter esta ferramenta pedagógica de consciência para que efetivamente todos nós que temos à nossa volta, nos centros classificados, nos imóveis de interesse histórico, um reconhecimento de todo o património que nós temos e nesta primeira instância é valorizar efetivamente aquilo que é reconhecido.

Notem: o nível de reconhecimento é de interesse público, não é apenas de interesse municipal, é de interesse público e se um conjunto, um imóvel foi classificado por esta Assembleia como de interesse público, é que de facto tem a dignidade que é testemunho de um determinado período, de um determinado evento e, portanto, este fator é efetivamente bastante importante.

Portanto, esta legislação tem este efeito pedagógico que me parece bastante importante, fazer uma ação de sensibilização e de consciencialização interna e ao mesmo tempo dotar todos os nossos conjuntos classificados, todo o património cultural de ferramentas que efetivamente possam ser potencializadas na ótica do turismo cultural.

Duas notas para terminar.

O que o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura referiu também me parece bastante importante, que é o que este decreto legislativo regional permite: uma desburocratização de todo o processo dos trabalhos arqueológicos que terão que ser feitos por autoridades competentes e experientes na matéria, mas os trabalhos arqueológicos que na legislação em 2004 apenas poderiam ser autorizados em Conselho de Governo, desta feita passam a ser autorizados pelo organismo competente nesta matéria, ou seja, pela Secretaria Regional da Educação e Cultura o que agiliza os processos que de facto são extremamente importantes.

Uma última nota que também me apetece. Eu convidaria as Sras. e os Srs. Deputados a consultar a página da Direção Regional da Cultura, ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isso não existe! Uma cambada de incompetentes!

**A Oradora:** ... do Centro de Conhecimento dos Açores, e fazer uma pesquisa pelos bens arqueológicos que já estão listados, que já estão em número suficiente para nós percebermos a quantidade, mas acima de tudo a qualidade dos bens arqueológicos que existem na Região e esta legislação, estou certa, há de permitir uma dinamização dos trabalhos arqueológicos, vai permitir enriquecer a listagem dos bens arqueológicos dos bens da Região que de facto parece-me que é fundamental para a valorização de tudo aquilo que é o Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigada.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(\*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente tentarei responder às questões que foram colocadas pelos Srs. Deputados que entenderam pronunciar-se sobre esta nova iniciativa legislativa do Governo dos Açores.

Começando pelo início referia-me à intervenção primeira, à intervenção do Sr. Deputado César Toste, que aludiu a uma das principais novidades deste diploma, ou seja, as cartas de risco arqueológico.

Fundamentalmente o Sr. Deputado César Toste perguntou, ou melhor, chamou a atenção, para a necessidade de à data da feitura destas cartas haver efetivamente uma cooperação verdadeira entre o Governo dos Açores e os municípios disseminados pela Região.

Claro que nem sempre a teoria encaixa perfeitamente com a prática, mas o nosso propósito é precisamente esse.

Aliás, no ponto 3 do artigo n.º 22 deste diploma lê-se exatamente o seguinte: “As cartas de risco arqueológico são elaboradas pela Direção Regional competente em matéria de cultura em parceria com os municípios.” É esse, portanto, o nosso compromisso.

De resto, o Sr. Deputado reportou-se a um caso entretanto ocorrido aqui, na cidade da Horta, e a propósito disso eu diria que embora o passado sirva para iluminar o presente, embora o passado sirva sobretudo para projetar o futuro, não me vou alongar sobre esse caso. Se ele não foi de felicidade total, esperemos que os próximos venham efetivamente a sê-lo, até porque como

disse aqui alguém, penso que a Sra. Deputada Susana Costa, este diploma quer também ter um efeito pedagógico e quer servir para a sensibilização do público, para a defesa do património.

Indo em frente, reportava-me agora à intervenção do Sr. Deputado António Lima.

O Sr. Deputado António Lima aludiu ao facto de na anterior legislação a arqueologia subaquática ter um espaço próprio e de nesta nova legislação a arqueologia subaquática não ter já um espaço próprio, sendo (e todos nós estamos de acordo) nos Açores o ramo subaquático o mais importante da nossa arqueologia dadas as características da nossa história.

Eu diria ao Sr. Deputado António Lima que no seu lugar ficaria perfeitamente descansado e perfeitamente descansado porquê?

Este assunto, este diploma, antes de aqui chegar foi obviamente discutido em Comissão de Assuntos Sociais e em Comissão de Assuntos Sociais, se não estou em erro, foram ouvidas apenas duas pessoas: eu, enquanto Secretário Regional da Educação e Cultura, e um arqueólogo, aqui consta Alexandre Medeiros, penso que é o Prof. Paulo Alexandre Monteiro.

Devo dizer o seguinte: o Prof. Paulo Monteiro começou a trabalhar nos Açores, foi aluno do departamento de Ciências Agrárias da Universidade dos Açores, na altura era já um entusiasta da arqueologia subaquática, foi um dos introdutores das práticas da arqueologia subaquática nos Açores, concretamente na baía de Angra em redor de um grupo que se reunia no Museu de Angra do Heroísmo e o que é que ele nos diz?

O que ele nos diz põe-nos perfeitamente descansados sobre a defesa da arqueologia subaquática neste diploma.

Ele começou a audição dizendo, passo a citar: “esta proposta é uma proposta equilibrada, é um avanço relativamente à existente no continente e que é muito



completa até porque contempla a investigação científica e as reservas subaquáticas sendo os Açores, neste caso, pioneiros.”

Por isso, acho que esta intervenção do Prof. Paulo Monteiro em sede de Comissão de Assuntos Sociais é perfeitamente esclarecedora.

De resto, o Sr. Deputado António Lima chamou a atenção para a necessidade de não se mercantilizar o exercício da cultura. Acho que posso traduzir assim. Chamou a atenção para a necessidade de não se mercantilizar o exercício, neste caso concreto, da arqueologia subaquática, mas oh, Sr. Deputado, o que nós temos essencialmente neste diploma é, por exemplo, o seguinte, no artigo n.º 4, n.º 1, diz-se: “A atividade arqueológica na Região Autónoma dos Açores é reconduzida à condição de empreendimento estritamente científico sendo proibidas as práticas destrutivas ou inclusivas que possam vir a destruir os bens culturais arqueológicos terrestres ou subaquáticos e respetivas zonas envolventes.”

Mas mais adiante no artigo n.º 8, também no n.º 1, lê-se o seguinte: “Os pedidos de autorização para a realização de trabalhos arqueológicos só podem ser apresentados por universidades ou outras entidades que tenham por objeto a investigação científica.”

Parece-me efetivamente esclarecedor e já que colocou também e justamente a questão da fiscalização, lembrava o que está escrito no artigo n.º 34, também no n.º 1, onde se diz que: “A fiscalização do cumprimento das disposições do presente diploma cabe ao departamento do Governo Regional competente em matéria de cultura” e agora vem aqui um outro acrescento que é importante “e às entidades com atribuições policiais e de vigilância e fiscalização marítima.”

Por isso, creio que está efetivamente assegurada a não mercantilização da prática da arqueologia subaquática, está assegurada a realização de um trabalho científico à margem dos velhos caçadores de tesouros.

Se mais não houvesse para dizer ainda se poderia acrescentar que haverá anualmente um plano regional de trabalhos arqueológicos que será superiormente aprovado e que também eventuais desvios estão sujeitos naturalmente a coimas.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, reportou-se também à questão dos municípios. Creio que está respondido quando falei da intervenção do Sr. Deputado César Toste. Deixou, portanto, aqui um desejo de que para além do anúncio de uma coisa boa houvesse a concretização de coisas boas, esse é o desejo de todos nós e esperemos que ele efetivamente se concretize e fez, portanto, uma referência circunstanciada à baía de Angra como grande depósito de arqueologia subaquática, como grande santuário da arqueologia subaquática internacional. É-o efetivamente, não só a baía de Angra, diria que também a zona das Flores e Corvo, porque sempre foi a porta de entrada das embarcações provenientes do novo mundo e sempre foi passagem e paragem de corsários e de piratas. Falaria também da costa sul de São Miguel, nomeadamente o troço entre Ponta Delgada e Vila Franca, os fundos vila franquenses são certamente muito ricos até por via dos destroços que ainda lá existirão da grande batalha naval de 1582, da dita batalha de Vila Franca, também esta baía da Horta que a partir do século XVIII se transformou na principal escala internacional nos Açores.

Mas arqueologia subaquática, despojos subaquáticos existem em todas as ilhas do arquipélago e todos eles com relevância. Aliás, neste momento temos já vários parques arqueológicos subaquáticos e dois deles localizam-se em zonas que eu aqui não referi, por exemplo, no Pico e em Santa Maria.

Finalmente, um comentário à intervenção da Deputada Susana Costa que chamou aqui a atenção para a importância da arqueologia terrestre, porque estávamos, creio, que fundamentalmente a falar de arqueologia subaquática e efetivamente fez bem.

A arqueologia subaquática é a mais importante dos Açores por razões históricas de todos sabidos, agora a arqueologia terrestre progrediu imenso nos últimos anos e progrediu imenso nos últimos anos fundamentalmente também por uma razão, porque a arqueologia há muito que deixou de ser fundamentalmente uma ciência da pré-história, uma ciência da antiguidade. A arqueologia se não se pode dizer que seja propriamente uma ciência do presente é também já quase uma ciência do presente, estou-me, por exemplo, a reportar à arqueologia industrial que estuda, por exemplo, a evolução dos mecanismos industriais ao longo da história, mecanismos esses que fundamentalmente se desenvolveram já dentro da idade contemporânea.

Muito obrigado.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(\*) **Deputado António Lima** (*BE*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, quando me referia à possível, ou pelo menos ao risco e as questões que fiz relacionadas com a possível mercantilização, como acabou de referir, do património arqueológico, fiz uma questão muito direta relacionada com isso que foi precisamente porque é que se retirou do artigo n.º 8 a expressão que limitava os trabalhos arqueológicos a entidades com fins não lucrativos, científicas com fins não lucrativos, nomeadamente universidade e outras instituições científicas, mas a preocupação não é apenas do Bloco de Esquerda. Eu passo a citar para exemplificar o parecer recebido do Museu Carlos Machado que diz o seguinte, passando a citar: “No artigo n.º 8, ponto n.º 1, não se retire do original a expressão sem fins lucrativos para não deixar margem de desentendimento em relação ao absoluto carácter público não

comercializável do património arqueológico conforme todas as convenções internacionais retificadas pelo Governo de Portugal.”

Esta era questão que gostaria que respondesse no que diz respeito a esta dúvida que coloquei na minha intervenção inicial.

No que diz respeito também à arqueologia terrestre também tenho aqui outra questão que gostaria de colocar: aquando da legislação original, do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2004/A, a Universidade dos Açores num parecer enviado propunha o seguinte passando a citar: “A necessidade de se proceder a uma fiscalização mais ágil sobre as obras efetuadas em locais oficialmente reconhecidos de interesse público, designadamente transferindo para equipas de especialistas a capacidade legal para suspender as obras como estratégia de prevenção para eventuais danos.”

Ora, na legislação atual, no artigo n.º 23, a suspensão de trabalhos continua a ser apenas uma responsabilidade do dono da obra, ou entidade ou achador, ou seja, se o dono da obra ou o achador não considerar que o que encontrou seja de especial importância não o irá fazer, não irá declarar esse achado ao Governo Regional, à entidade competente, neste caso em matéria de cultura.

Ora, deixa-se, continua-se a deixar nas mãos de quem está a executar a obra esta competência não havendo qualquer entidade a fiscalizar, neste caso, os trabalhos.

Voltando ainda à arqueologia subaquática, quando referia a fiscalização, na questão da fiscalização obviamente que existe uma entidade fiscalizadora e competente. Aquilo que gostava de saber era quais são os meios que essa entidade tem para a fiscalização. Certamente não serão os submarinos do Dr. Paulo Portas que irão fiscalizar a arqueologia subaquática. Gostaria de saber quais são os meios.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados, pergunto se há mais inscrições.

Sras. e Srs. Deputados, a Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(\*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*): Sra.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As preocupações expressas pelo Sr. Deputado António Lima felizmente eram preocupações mais compreensíveis há uns anos atrás do que hoje, porque os nossos mares estão relativamente livres dos denominados caçadores de tesouros e independentemente da expressão estar ou não estar, portanto, aquela que efetivamente referiu, a investigação é realizada fundamentalmente por instituições científicas e por instituições sem fins lucrativos.

Quanto à fiscalização e quanto aos meios a Direção Regional da Cultura pode não ter meios excecionais, mas tem meios cada vez mais eficazes e uma capacidade também cada vez mais eficaz de intervenção no terreno, neste caso, no mar que é daquilo que estamos a falar. Uma prova disso inclusivamente um documentário que neste momento está a passar na RTP/Açores e que é um documentário de partilha entre o *know how* obviamente da televisão e também o conhecimento acumulado, por exemplo, por funcionários ...

**Deputado Duarte Freitas** (*PSD*): Um bom documentário, uma boa iniciativa, sim senhor!

**O Orador:** ... e investigadores que trabalham no âmbito da Direção Regional da Cultura.

Por outro lado, já disse isto na minha intervenção inicial a fiscalização não é feita somente por parte do Governo. A fiscalização não é feita somente pela Direção Regional da Cultura. A fiscalização é feita também por outros meios policiais próprios da sociedade democrática, próprios do estado de direito em que efetivamente nós vivemos.

Muitas destas obras que exigem maior cuidado, muitas destas obras que exigem maior vigilância são realizadas ou em zonas classificadas, ou junto de edifícios classificados, estão agora ou ficarão agora sujeitas às cartas de risco arqueológico e isso é também uma forma direta ou indireta de haver maior fiscalização.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Carlos Ferreira tem a palavra.

(\*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, o senhor optou por não responder a uma questão que lhe foi colocada por esta bancada relativamente à obra do campo de futebol em betão construído junto à Torre do Relógio. Penso que não ficou surpreendido pela questão. Optou apenas por dizer que há momentos de menor felicidade. Eu penso que o que o senhor queria efetivamente dizer e talvez não o tenha pretendido dizer aqui, nesta Assembleia é que há realmente momentos de grande infelicidade e decisões de grande infelicidade, nomeadamente também relativamente ao nosso património.

Para relembrar aqui um pouco o processo e a intervenção da Direção Regional da Cultura neste processo, eu tenho aqui o relatório de avaliação de eventual destruição do património arqueológico em obras no Largo D. Luís I, Torre do Relógio, em que a Direção Regional da Cultura diz o seguinte: “Em suma, constata-se que há evidente potencial arqueológico e conclui-se do relevante interesse histórico desse local.” Isto na página n.º 5 e a páginas 7 diz o seguinte: “Considerando o período expectável de vida dos materiais, 15 a 30 anos, devido a estas infraestruturas o local ficará protegido para escavações futuras o que poderá até revelar-se positivo.” Ou seja, a Direção Regional da Cultura diz que

o local tem inequívoco potencial arqueológico e diz também a seguir que fica protegido durante 30 anos, o que poderá até ser positivo no futuro.

Portanto, Sr. Secretário, de forma muito concreta perguntava-lhe sendo o senhor um homem da história e da cultura se o senhor se revê no parecer que foi emitido e se a sua alma de homem da cultura se revê na obra que foi realizada junto à Torre do Relógio?

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Secretário Regional dispõe de cerca de um minuto e meio.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Isso não chega para falar da alma!

**(\*) Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Carlos Ferreira, nós estamos a discutir hoje aqui, neste Parlamento, uma nova legislação ou uma legislação renovada para ...

**Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Para evitar o que aconteceu!

**O Orador:** ... vir guiar a intervenção arqueológica. Por isso, por mais que insista, por mais que a sua bancada insista eu não vou transformar este debate num debate em redor da intervenção que foi realizada na Torre do Relógio, aqui, na cidade da Horta, porque creio que não seria efetivamente adequado.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** Agora, condescendo numa coisa: não me custa absolutamente nada. Creio que o Sr. Deputado disse que em redor de intervenções patrimoniais já

houve momentos de menor felicidade. Eu acrescentava mais. Já houve momentos de profunda infelicidade.

**Deputado Paulo Parece (PSD):** Como é o caso, Sr. Secretário!

**O Orador:** Não estou a dizer a isso.

Nos Açores, fora dos Açores, nos anos mais próximos e nos anos mais longínquos e a nossa obrigação é de continuamente aperfeiçoar a legislação, ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Está a falar bem!

**O Orador:** ... embora a legislação não seja tudo, porque às vezes entre a teoria e a prática há alguma dissidência...

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Secretário.

**O Orador:** ... embora a nossa obrigação seja efetivamente a de aperfeiçoar a legislação para que os momentos de menor felicidade ou de infelicidade sucedam cada vez menos e de preferência que efetivamente acabem.

Muito obrigado.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

O Governo esgotou o seu tempo.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Primeira observação, Sr. Secretário, sei que não tem tempo, sei que o Governo já não tem tempo, mas eu também não pretendo colocar nenhuma questão, não tenho nenhuma dúvida em relação ao diploma e também não tenho nenhuma discordância em relação ao diploma. Vou votar favoravelmente esta iniciativa do Governo.



Só para não me acusarem de agora fazer uma intervenção quando o Governo já não tem tempo. Concordo com a iniciativa e, portanto, vou votá-la favoravelmente.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isso faz uma grande diferença!

**O Orador:** Não faz muita diferença, mas basta que o PPM não vote a favor para não existir unanimidade e a unanimidade é muito importante num diploma. É um carimbo de qualidade.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Certificado pela natureza!

**O Orador:** É uma certificação de qualidade.

Se eu não tenho discordâncias em relação ao regime jurídico da gestão do património arqueológico que V. Exa. aqui apresenta, não tenho. Não tenho discordâncias. Tenho discordâncias é em relação à pobreza franciscana que tem sido a gestão nesta área dos sucessivos governos do Partido Socialista. Basta olharmos para o plano e para os orçamentos sucessivos e verificamos que as verbas que são disponibilizadas para esta área, para a área da arqueologia, são absolutamente residuais. Não há nenhuma ambição nesta matéria.

Portanto, o que nós temos no campo da arqueologia é de facto como o Sr. Secretário disse um enorme potencial, quer na arqueologia subaquática, quer na arqueologia terrestre. Temos imenso potencial! Temos imensas coisas para fazer. Temos um grande conjunto de estudos por realizar, mas isso não é possível enquanto esta área for tratada, enquanto forem alocadas verbas financeiras absolutamente insignificantes para se que possam desenvolver trabalhos de qualidade e trabalhos também em quantidade nesta matéria.

Penso que isto é um facto incontestável. É um facto incontestável!

Tem que existir e eu gostava muito que o Governo tivesse uma nova perspetiva nesta matéria, mais ambição, que conseguisse disponibilizar um conjunto de verbas muito mais ambiciosa e com muito mais ambição do ponto de vista do tal plano que V. Exa. agora pretende implementar anualmente e que esses

planos sejam realmente ambiciosos e correspondam ao nosso enorme potencial nesta matéria.

Por exemplo, referiu a importância das ilhas das Flores e do Corvo do ponto de vista da arqueologia subaquática. Toda a gente sabe isso, mas o que tem sido feito a esse nível ao longo de todos estes anos?

Nada. Absolutamente nada!

Portanto, há aqui um diploma com que eu concordo, não tenho (como lhe disse) nenhuma questão a levantar, mas tenho de facto muitas críticas do ponto de vista dos meios financeiros que são disponibilizados para desenvolver a arqueologia dos Açores e desenvolver os trabalhos que potencialmente nós poderíamos fazer.

Esta é a minha crítica. É uma crítica em relação à prática do Governo, à insignificância das verbas que todos os anos são disponibilizadas para esta área, porque ela tem importância, quer para a preservação cultural, tem importância para identidade e também tem muita importância do ponto de vista do desenvolvimento turístico, porque a cultura tem um papel muito importante (a cultura e a identidade) para o desenvolvimento turístico dos Açores.

Portanto, é uma aposta cultural, sim, com certeza; mas também é uma aposta económica, porque a cultura, estes trabalhos de arqueologia podem e constituem de certeza absoluta e têm um potencial do ponto de vista económico muito importante.

O desafio é este. O desafio que lhe quero aqui deixar da parte da Representação Parlamentar do PPM é: vamos apostar com verbas muito mais significativas nesta matéria. Como V. Exa. disse e muito bem temos um enorme potencial nesta matéria, agora o que nós temos é dar-lhe também os instrumentos e criar as equipas para que este trabalho se possa realizar.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Susana Costa.

(\*) **Deputada Susana Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria só aqui dar pormenores que me parecem importantes em relação ao testemunho do Sr. Deputado Paulo Estêvão e creio que é possível dizer que naturalmente todos nós desejamos maior investimento na cultura e mais investimento em concreto no tema que hoje aqui nos congrega, a questão da gestão do património arqueológico, mas queria aqui só afirmar que há alguns anos o número de arqueólogos a trabalhar na Direção da Regional da Cultura era de apenas um e agora são quatro.

Portanto, há uma aposta evidente por parte do Governo Regional em alicerçar os seus recursos humanos nesta área da especialização.

Queria também acrescentar que há de ver das câmaras municipais em dotar os serviços também com especialistas nesta área e queria aqui também dar como exemplo positivo o facto de há muito pouco tempo (penso que o concurso ainda está a decorrer) a Câmara Municipal de Vila Franca do Campo ter precisamente aberto o concurso para uma candidatura para um arqueólogo.

Portanto, são as tais parcerias que me parecem muito importantes, visto que são os bens públicos, os bens municipais, os bens de todos nós, o facto dos recursos humanos, quer do Governo Regional, mas também das câmaras municipais estarem a fazer este investimento de especialistas com formação clara na área da arqueologia.

Muito obrigada.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Susana Costa, concordo com V. Exa. quando refere que a colaboração com os municípios é fundamental. Concordo com essa perspetiva. Considero que há cada vez uma aposta maior, uma maior sensibilização dos municípios também nesta matéria. Isso é inegável.

Agora, concordará comigo também que a equipa de arqueólogos que neste momento trabalha no âmbito da Direção Regional da Cultura é absolutamente residual.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não existe Direção Regional da Cultura!

**O Orador:** Se verificar, por exemplo, aquilo que sucede ...

Se observar os números dos arqueólogos que trabalham junto das comunidades autónomas espanholas estamos a falar de dezenas, de equipas de várias dezenas de arqueólogos e, portanto, é incomparável a aposta que nós ...

**Deputado André Bradford (PS):** O senhor quer comparar a Catalunha com os Açores, isso é completamente absurdo! É absurda essa comparação!

**O Orador:** Sra. Presidente, estou aqui a ser interrompido por permanentemente.

O Sr. Deputado tem sempre de arranjar problemas. Eu vou votar favoravelmente. O Sr. Deputado tem sempre de arranjar problemas do ponto de vista regimental e do ponto de vista da discussão parlamentar.

O que lhe quero dizer é que o número de arqueólogos que estão disponíveis e que trabalham na Região Autónoma dos Açores é absolutamente residual.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Mas porque é que é residual?

**O Orador:** É absolutamente residual!

Portanto, é evidente que tenho que comparar com outras regiões autónomas da Europa e se fizer essa comparação poderá verificar que outras comunidades autónomas também de pequena dimensão ... Estamos a falar de dezenas de especialistas que estão disponíveis, ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Desta vez tem razão, Sr. Deputado André Bradford!

**O Orador:** ... porque há uma aposta evidente na cultura e há uma aposta evidente também na arqueologia e no potencial que isso significa, quer do ponto de vista da identidade cultural, quer do ponto de vista económico. Essa é a questão. Aqui, nos Açores, essa aposta é quase inexistente. A verdade é essa.

Veja os trabalhos arqueológicos que têm vindo a ser desenvolvidos e o potencial enorme que existe, como o próprio Secretário referenciou, que temos um potencial enorme, mas do que é que estamos à espera?

Ao longo destes 22 anos o trabalho do Partido Socialista nesta matéria é muito residual. Portanto, é isto que eu lhe tenho que dizer.

**Deputado André Bradford (PS):** O trabalho do PPM é fantástico!

**O Orador:** O senhor não quer comparar. Quer comparar-se com o quê?

Com as Berlengas?

O senhor quer comparar os Açores com o quê? Com que territórios é que quer comparar os Açores?

Tem que comparar com outras regiões autónomas e, por isso, Sr. Deputado não posso concordar de forma nenhuma com a sua observação. É uma menorização da cultura, é uma menorização do potencial que tem esta área.

A minha intervenção vai no sentido de sensibilizar o Governo para a necessidade de apostar nesta matéria.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Mas qual matéria?

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente não era para intervir sobre esta matéria, mas arqueólogo despertou-me aqui ...

Ora bem, temos um número necessário suficiente de arqueólogos para chatear o povo na Região Autónoma dos Açores. Não precisamos demais desse tipo de arqueólogos, porque agora em Angra do Heroísmo em vez de se dedicarem à arqueologia, andam a acompanhar as obras de um pobre que quer fazer uma casa e que tem de ter um acompanhamento de arqueólogo. Não sei se é para desenterrar os ossos que lá existem ou que lá moraram nos anos passados ...

**Deputado André Bradford (PS):** Eu conheço muitos que fazem isso e não são arqueólogos!

**O Orador:** Portanto, desse tipo de profissão que só serve em Angra do Heroísmo para impedir que as pessoas possam construir as suas casas, para serem entraves ao desenvolvimento de uma sociedade, não precisamos desse tipo de gente que só coloca problemas.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** É verdade!

**O Orador:** Os que têm são suficientes, para não dizer até na Direção Regional da Cultura dispensáveis, Sr. Secretário.

Porque o que se passa é vergonhoso em Angra do Heroísmo.

Quando (isto é fora da matéria, eu sei, Sra. Presidente, mas permita-me alguma latitude, que é em defesa do povo) se quer fixar jovens no centro da cidade e se exige que o arqueólogo acompanhe uma obra é de “bradar aos céus”. Não é à arqueologia, é aos céus! De bradar aos céus um arqueólogo ... E depois o dono da obra, que é o jovem, é que vai pagar ao arqueólogo, para não lhe chamar um outro nome mais simpático que eu gosto de lhe chamar, mas não é agora aqui.

Portanto, isto é vergonhoso o que a Direção Regional da Cultura, tutelada pelo senhor, deixe acontecer isto e que ande meses, meses e meses com estes senhores a darem pareceres (arqueólogos e arquitetos da sua Direção Regional) que só complicam a vida às pessoas que querem construir casas, que querem viver no centro da cidade, que está desertificada, que não tem gente e os

senhores são uns verdadeiros empecilhos ao desenvolvimento de Angra do Heroísmo.

**Deputado André Bradford (PS):** O quê?

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Empecilhos!

**Deputado André Bradford (PS):** Percebi outra coisa!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pelos vistos só há arqueólogos em Angra do Heroísmo, porque no Corvo o que se passa é que não há ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Tem V. Exa.!

**O Orador:** ... e nas Flores também não.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** No Corvo tem V. Exa!

**O Orador:** Portanto, parece que há uma má distribuição dos trabalhos dos arqueólogos.

Eu quero aqui afirmar perante esta câmara o seguinte: os arqueólogos desenvolvem um trabalho muito importante.

É evidente que as intervenções urbanísticas que devem ser realizadas nos nossos núcleos populacionais, nos nossos núcleos urbanos devem ser acompanhados por arqueólogos e que o nosso património não pode ser destruído e têm de ser tomados cuidados para que as intervenções que são realizadas nestas cidades, nestes núcleos populacionais, sejam acompanhadas se existir interesse arqueológico e interesse cultural. Aí é inegável que essa intervenção é essencial. Pode não ser muito popular dizer isto, mas é a minha opinião e eu acho que esse trabalho tem de ser feito e esse é um trabalho

essencial: a preservação da cultura, a preservação do interesse histórico destes edifícios e destes locais.

Essa é uma aposta, como digo, que deve ser feita, é necessária, é um trabalho muito meritório. Eu apenas digo e reafirmo que o trabalho que está a ser desenvolvido por parte da Secretaria Regional nesta matéria, por parte do Governo Regional, é bastante ineficiente e muito residual.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação na generalidade desta proposta de Decreto Legislativo Regional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretária:** A proposta de Decreto Legislativo Regional apresentada foi na generalidade aprovada com 28 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Vamos então passar ao debate e votação na especialidade.

Este diploma tem cinco artigos. O primeiro faz uma série de alterações ao diploma original, o segundo faz três aditamentos e depois temos as revogações, a republicação e a entrada em vigor e temos também uma proposta de alteração do Partido Socialista que deu entrada.

Eu pergunto à câmara se o sentido de voto para as propostas de alteração que o Governo faz são iguais para todos os artigos ou se teremos que votar artigo a artigo.

Artigo a artigo. Muito bem.

Então vamos começar ...



Sra. Deputada Zuraida Soares, para uma interpelação à Mesa, tem a palavra.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente.

Da parte do Bloco de Esquerda não é necessário votar uma a uma. Posso dizer quais são aquelas em que nós não votaremos a favor e talvez isso facilite a votação.

Posso fazê-lo agora?

Então o artigo 1.º à parte; depois o artigo 8.º; depois o artigo 21.º, n.º 2; depois o 3.º da proposta. E pronto, o resto pode ser ...

**Presidente:** Sendo que o 3.º da proposta é a republicação.

Deixe-me confirmar, Sra. Deputada, mas penso que sim.

O segundo é que faz aditamentos.

Não! É a norma revogatória, tem razão.

O 4.º é que é a republicação.

**A Oradora:** Então é isso.

Muito obrigada.

**Presidente:** Eu pergunto à câmara se estas indicações que a Sra. Deputada Zuraida Soares deu se vos permite a todos que façamos a votação desta forma.

Muito bem.

Então eu coloco à votação dentro do artigo 1.º da proposta que faz uma série de alterações os seguintes artigos: 1.º, 4.º, 5.º e 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Eu é que tenho de pedir desculpa. Tenho que votar separadamente o artigo 1.º.

Está à votação o artigo 1.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Está então, agora sim, à votação os artigos 4.º, 5.º e 6.º da proposta. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS ao artigo 7.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Coloco então agora à votação o artigo 7.º com esta alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos então agora à votação do artigo 8.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 2 votos contra do BE.

**Presidente:** Estão então agora à votação os seguintes artigos: 9.º, 10.º e 20.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Coloco então agora à votação o n.º 1, do artigo 21.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O n.º 1 do artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Está então agora à votação o n.º 2 deste mesmo artigo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O n.º 2 do artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 2 votos contra do BE.

**Presidente:** Coloco então agora à votação o artigo 1.º desta proposta de alteração apresentada pelo Governo que irá naturalmente abranger todos os restantes artigos que aqui não foram enunciados.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Peço desculpa, mas eu vou pedir para repetir a votação, porque esqueci-me de votar a proposta de alteração do PS para o artigo 29.º dentro deste artigo 1.º. portanto, terei de repetir esta votação.

Está à votação a proposta de alteração do PS ao artigo 29.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Agora, sim, o artigo 29.º com esta alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos agora ao artigo 2.º que adita dois números ao diploma original.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Está então agora à votação o artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 2 votos contra do BE.

**Presidente:** Julgo que não haverá oposição se colocar à votação os artigos 4.º e 5.º da proposta. Julgo que não.

Estão assim ambos à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretária:** Em votação final global, a proposta de Decreto Legislativo Regional anunciada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Muito bem.

Encerrámos assim este ponto da nossa Agenda.

Vamos avançar com os nossos trabalhos. Entramos no ponto cinco: **Projeto de Resolução n.º 57/XI – “Integração da ilha do Corvo no Plano de Proteção das Relheiras dos Açores”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em 2015, o CDS apresentou neste Parlamento uma proposta que propunha a inventariação e proteção das relheiras dos Açores.

Na sua componente resolutiva propunha-se o seguinte: “Inventariar nas diferentes ilhas dos Açores as relheiras existentes e a sua extensão com vista à sua preservação e manutenção e também considerar a promoção dessas estruturas como elemento turístico das diferentes ilhas do arquipélago dos Açores.”

Esta iniciativa foi aprovada por unanimidade neste Parlamento.

Este trabalho e esta inventariação foi, entretanto, realizada, foi concluído o inventário em relação a esta matéria e a *Lusa* noticiou no final de 2016 que tinham sido identificadas 102 relheiras em oito das nove ilhas da Região,

excluindo, portanto, a ilha do Corvo em que não foram sinalizadas nenhuma relheiras.

Tendo em conta esta informação um grupo de pessoas na ilha do Corvo decidiu tentar identificar a presença de relheiras, uma vez que como se sabe também no Corvo existiram carros de bois e também no Corvo ficaram esses vestígios. Evidentemente que nós temos consciência que, entretanto, foram destruídos alguns desses percursos, entretanto outros foram alterados, mas o que foi referenciado por várias pessoas, inclusivamente pessoas que tinham experiência direta, que tiveram oportunidade de circular por esses caminhos com os carros de bois, foi que esses caminhos existiam e continuam a existir, estavam era apenas cobertos.

A verdade é que ... E quero aqui referenciar fazendo uma homenagem ao Sr. Pedro Lindo, ao Sr. José Maria Fraga, ao Sr. Aurélio Hilário, ao Sr. Ilídio Pimentel, ao Sr. Clarimundo Costa, ao Sr. Marco Pimentel, à Sra. Andreia Patrícia e ao Sr. João Pedras, este conjunto de pessoas fez a verificação, fez o levantamento destes caminhos que poderiam existir ainda, foram encontrados vestígios destes caminhos e foi nesse sentido, após estas descobertas, não são descobertas, são redescobertas, ou seja, as pessoas indicaram que deveriam existir nesses sítios, verificou-se e de facto a informação veiculada pelos mais velhos na ilha do Corvo verificou-se que estava correta, o que aconteceu foi que então tendo em conta esta informação decidi apresentar a esta Assembleia um projeto no sentido de propor ao Governo, de recomendar ao Governo Regional que faça deslocar à ilha do Corvo técnicos especializados dos Serviços da Divisão do Património Móvel, Imaterial e Arqueológico, no sentido dos mesmos validarem os achados referentes ao conjunto de relheiras identificadas recentemente na ilha do Corvo por parte destes populares que acabei de referenciar.

A verdade é que o Governo fez de facto deslocar estes técnicos especializados. Estes técnicos que se deslocaram ao Corvo produziram um relatório que vou ler apenas um parágrafo que diz o seguinte: “Foram identificados cinco locais com a presença de marcas de carros de bois em lajeado e calçada antiga que correspondem a locais previamente cobertos por densa vegetação. O único local onde não se detetou a presença desta vegetação corresponde a um caminho de acesso a terrenos de pastagens na extremidade leste da ilha de acesso remoto. As restantes marcas tinham sido desmatadas e colocadas à vista pelos achadores antes da chegada do signatário.”

Portanto, tendo sido identificados e confirmada a veracidade e certificados estes achados como de facto caminhos de bois, vestígios de caminhos de bois, eu penso que o trabalho que este Projeto de Resolução se propunha realizar já está concretizado. Os técnicos já se deslocaram e já certificaram a existência destes caminhos.

Nesse sentido, considero que este Projeto de Resolução, o seu propósito, já foi concretizado e nesse sentido informo, Sra. Presidente, que vou retirar esta iniciativa tendo em conta que o seu propósito já foi alcançado.

Quero aqui fazer duas referências antes de concluir a intervenção e dizer (retiro já de seguida esta iniciativa através desta informação oral, Sra. Presidente, à Mesa, retiro já) apenas o seguinte: agradecer aos populares o trabalho que desenvolveram no sentido de identificar estas relheiras, agradecer também a disponibilidade da Dra. Andreia Silva, Coordenadora do Eco Museu do Corvo, que se disponibilizou a acompanhar os técnicos e o fez aos locais indicados pelos populares e também fazer uma referência final no sentido de valorizar realmente este trabalho de inventariação e proteção das relheiras dos Açores e o seu enorme potencial do ponto de vista cultural e turístico.

É muito importante (este projeto já foi aprovado há três anos) que se desenvolva, que agora a segunda fase, já há um grande conjunto de locais

inventariados, é muito importante agora que se passe à segunda fase do processo que é potenciar estes achados do ponto de vista turístico e também preservando o seu valor cultural, que é muito grande. Portanto, esta parte ainda está por fazer, esta potenciação destes locais, destes achados, destas relheiras.

É necessário aumentar o investimento que está a ser feito nesta matéria, é necessário que exista vontade política para promover esta iniciativa, que é uma iniciativa muito meritória do CDS-PP, que tem um enorme potencial, e o que eu verifico é que há algum atraso já na sua concretização, porque o Projeto de Resolução tinha prazos e tinha uma calendarização e essa calendarização para já não está a ser cumprida. Portanto, é necessário que o Governo implemente então agora esta segunda fase depois de feito o levantamento e inventariação, que promova agora então, que potencie as relheiras, que potencie o seu valor do ponto de vista económico, do ponto turístico, do ponto de vista cultural.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Foi retirada a iniciativa ao abrigo do artigo 118.º do Regimento, por isso não entraremos na fase de debate, nem a vamos votar.

Vamos antes, sim, fazer um intervalo. Regressamos às 18 horas e 15 minutos.

*Eram 17 horas e 45 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

*Eram 18 horas e 28 minutos.*

Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares, vamos então dar continuidade aos trabalhos.



Entramos agora no ponto seis da Agenda: **Projeto de Resolução n.º 42/XI – “Criação de seleções desportivas açorianas”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PPM apresenta pela terceira vez no Parlamento ...

*(Diálogo entre os Deputados Artur Lima e André Bradford)*

**O Orador**: Oh, Sr. Deputado Artur Lima, faça favor.

Sra. Presidente, o PPM (estava eu a dizer) apresenta pela terceira vez esta iniciativa neste Parlamento dos Açores.

Continuo a achar que a criação de seleções desportivas açorianas inscritas nas federações desportivas internacionais constituiu uma mais valia para o desporto açoriano e fundamentalmente também para a afirmação da identidade dos Açores.

Esta proposta integra-se num conjunto de iniciativas que temos vindo a apresentar ao longo do tempo.

A criação da história dos Açores foi uma iniciativa que foi reprovada neste Parlamento durante algumas legislaturas e que depois foi aprovada.

A defesa dos dialetos dos Açores que tem vindo a ser reprovada, mas cuja necessidade eu continuo a valorizar.

A criação de partidos regionais que constitui uma iniciativa que também será discutida neste Parlamento.

A criação de um domínio de 1.º nível dos Açores que também foi discutida recentemente neste Parlamento e que já tinha sido apresentada em anteriores

legislaturas por parte do PPM e também agora é o caso da criação das seleções desportivas açorianas.

Eu considero que é fundamental desmistificar, em primeiro lugar, o seguinte ponto: podem os territórios autónomos, dotados de autonomia política e administrativa, participar em federações desportivas internacionais ou essa participação está condicionada apenas à existência de verdadeira soberania nacional?

A resposta é: podem nalgumas modalidades, não em todas. Nalgumas modalidades isso é possível.

Em segundo lugar, as seleções desportivas açorianas e as seleções desportivas regionais que participam com o apoio desses países em federações desportivas internacionais são ou não são um elemento de identidade fundamental?

São. Têm-se vindo a verificar que as seleções que jogam com as cores desses territórios autónomos são um elemento aglutinador da identidade regional.

Em terceiro lugar: tem ou não tem os Açores potencial, em algumas modalidades, não é em todas, para competir de forma justa, de forma equilibrada e que possa dignificar o nome dos Açores em algumas destas modalidades?

Pode e depois na seguinte intervenção terei oportunidade de pormenorizar algumas destas situações em que é plausível que as seleções açorianas possam obter bons resultados.

Portanto, na substância é este o objeto deste Projeto de Resolução, mas para evitar equívocos quero aqui ler aquele que é o Projeto de Resolução, porque até no âmbito da discussão da comissão algumas das posições que foram então avançadas levam a crer que quem estava a descrever não tinha lido o Projeto de Resolução, pelo menos a sua parte resolutiva.

Portanto, a sua parte resolutiva é a seguinte: “1. O Governo Regional promova e apoie, do ponto de vista legal e financeiro, o processo de adesão das associações desportivas açorianas às diferentes federações desportivas internacionais;

2. Desenvolva, junto das associações desportivas nacionais integradas nas respetivas federações desportivas internacionais, um conjunto de ações institucionais necessárias para que se obtenha o apoio destas no âmbito dos processos de adesão e integração das associações desportivas açorianas nas respetivas federações desportivas internacionais;

3. No âmbito da salvaguarda dos interesses da Região, o Governo Regional fará depender a concessão do conjunto de apoios descritos nos números anteriores de uma análise prévia que permita verificar, caso a caso, se estão reunidas as condições necessárias para o sucesso desportivo e a sustentabilidade financeira da participação das seleções açorianas nas competições organizadas pelas federações desportivas açorianas.”

E para já, Sra. Presidente, esta é a apresentação inicial da iniciativa.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Pouco convicto!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(\*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa foi trazida a esta Casa em 2009, em 2013 e agora em 2018 pelo PPM, sendo a terceira vez que a mesma é debatida e mais uma vez o Grupo Parlamentar do CDS-PP reconhece o valor simbólico desta proposta, o princípio que está subjacente à mesma na afirmação dos Açores no panorama internacional, reforçando a unidade do povo açoriano, sendo este sem dúvida o grande mérito desta iniciativa por parte do PPM, bem como uma visão de projeção que a Região poderia obter no panorama internacional, pois sem

dúvida que o desporto tem esta capacidade no âmbito da cultura desportiva e competitiva de união e de projeção.

Porém, surgem-nos algumas dúvidas quanto à aplicação desta recomendação, nomeadamente no que se refere à componente desportiva, como a existência de massa crítica suficiente, ou seja, atletas com patamares internacionais aceitáveis nas diferentes modalidades ou nas modalidades que fossem a integrar as seleções para que a eventual implementação desta iniciativa não se traduzisse no retrocesso desportivo.

Também porque segundo até a legislação em vigor e a própria racionalidade do processo de desenvolvimento desportivo compete às federações desportivas a organização destas seleções e também porque nos parece de todo importante que uma iniciativa desta natureza também deveria partir do interesse por parte das associações das diferentes modalidades.

A verdade é que nos pareceres feitos apenas, salvo eu, o Clube de Judo da ilha Terceira ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**A Oradora:** ... é que realmente mostrou interesse e achou pertinente esta iniciativa e, portanto, consideramos que também para alcançar este patamar também teria de existir esse interesse.

Acreditamos que a aposta prioritária e fundamental na política desportiva na Região deve ser a formação dos nossos atletas com vista a aumentarmos o número de atletas a competir a nível nacional, internacional e criando as condições para que estes possam estar em pé de igualdade com os restantes atletas nestas competições e claro que nos leva a refletir quanto às políticas desportivas na Região e alguns aspetos que são necessários melhorar.

Consideramos que atualmente o apoio ... Existiram passos importantes, no caso em concreto de São Jorge, o Centro de Alto Rendimento do Judo foi sem dúvida um passo importante. A verdade é que visa promover a atividade

desportiva. É importante a existência deste tipo de infraestruturas em ilhas com menor dimensão, também quer não só pela questão desportiva, mas também por uma questão até económica e de desenvolvimento económico e agora até recentemente nas férias da Páscoa foi organizado um torneio a nível regional que reuniu atletas de todas as ilhas e como tal é importante este tipo de iniciativas, para além também do reconhecimento do que tem sido os resultados do judo clube de São Jorge ao longo destes anos e da projeção do nome dos Açores até onde eles têm levado.

Contudo, há alguns aspetos sempre a melhorar e no nosso entender há um aspeto que é necessário repensar, que é sem dúvida o apoio que é dado às associações e aos clubes aquando das deslocações, nomeadamente quando se deslocam a outras ilhas para campeonatos regionais. Consideramos e não podemos aí estar de todo de acordo com o Sr. Secretário quando disse em sede de comissão que considerava que os apoios oficiais eram suficientes e não nos parece que sejam suficientes.

A verdade é que o apoio dado tem de assegurar o alojamento, a alimentação e o transporte na determinada ilha.

A verdade também é que, por exemplo, na questão do alojamento os valores e a disponibilidade de alojamento já não é a que era há uns anos atrás e, portanto, acho que também esses valores deviam ser revistos e atualizados para a realidade da nossa Região.

Esta iniciativa é sem dúvida uma iniciativa com uma visão de futuro que acreditamos que a Região um dia poderá lá chegar, temos que acreditar nisso, acreditar na vontade dos nossos atletas e na capacidade que sabemos que a têm. A verdade é que atualmente já muitos dos nossos atletas têm conseguido alcançar feitos notórios na área do desporto.

Contudo, no entendimento do Grupo Parlamentar do CDS não estão ainda reunidas as condições na Região para que tal se pudesse implementar

alcançando a projeção e a unidade açoriana que se pretende com esta iniciativa, porque ainda nos falta percorrer um longo caminho e no entender do CDS, nomeadamente na área da formação.

Muito obrigada.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É de facto a terceira vez que este Projeto de Resolução para a criação de seleções desportivas açorianas vem a este Parlamento e não só com os mesmos objetivos, mas também com os mesmos considerandos, considerandos que na sua maioria, digamos assim, o Bloco de Esquerda, subscreve, agora consideramos que às vezes entre a realidade o sonho à uma distância muito aborrecida, mas que vale a pena ter em consideração para não nos iludirmos, digamos assim, e atenta aos pareceres pedidos pela respetiva comissão parlamentar, tendo os lido todos, verifiquei que na sua grande maioria dizem qualquer coisa como isto ... aquilo que eu referi a distância ou o gap entre a realidade e o sonho e eu vou ler dois desses pareceres, porque me parece que eles dão bem conta da avaliação que o Bloco de Esquerda faz sobre esta terceira tentativa do PPM de criar seleções desportivas açorianas.

Miguel Tomé de Medeiros, ex-atleta de alta competição e ex-tesoureiro da Federação Portuguesa de Judo, diz o seguinte na conclusão dos considerandos que tece no seu parecer: “A iniciativa sob escrutínio [portanto, este Projeto de Resolução] é bastante oportuna e a Região como um todo tem muito a ganhar. Não obstante, e citando Abraham Lincoln [e agora cito] ‘se me dessem oito horas para derrubar uma árvore passaria seis horas afiando um machado’. Fim de citação. Ou seja, [explica o ex-atleta] primeiro reorganizemo-nos [aquilo que

ele um pouco atrás chama de ‘arrumar a casa’] internamente, eliminemos ineficiências e só depois criemos formalmente as seleções açorianas como forma de reforçar da nossa autonomia e unidade do povo açoriano e projetar o nome da Região no mundo e junto da nossa querida diáspora.”

Outro parecer, Jácome Correia, diz o seguinte: “Como açoriano e atleta não vejo qualquer benefício para os desportistas açorianos na existência de seleções regionais. Não me parece que a Região disponha de atletas em quantidade e com classificações e em regime de alto rendimento que justifiquem a criação de seleções. Portanto, sou de opinião de que as energias devem concentrar-se na evolução do desporto regional, nomeadamente nos escalões de formação e de alto rendimento, promovendo o treino, a competição, a partilha de experiências, com desportistas nacionais e estrangeiros, alargando assim os horizontes dos atletas regionais.”

Ou dito de outra maneira, de facto há um caminho de ‘arrumar a casa’ e de investimento que apesar daquele que tem sido feito e que tem dado bons frutos, é inegável, deve continuar e ainda não chegámos, na opinião do Bloco de Esquerda, ao patamar de concretizar o sonho de termos seleções desportivas açorianas.

Lá chegaremos, estamos convencidos que sim, mas ainda Sr. Deputado Paulo Estêvão achamos que não é desta vez. À quarta, à quinta, à sexta ... eu sei que o senhor é capaz de fazer isso. Nessa altura, provavelmente as coisas poderão ter mudado.

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Ávila.

(\*) **Deputado João Paulo Ávila (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em democracia é legítimo que os agentes políticos defendam as suas ideias e as propostas.

Em democracia é sempre legítimo que os partidos defendam aqueles que são os seus projetos.

É legítimo também em democracia que as ideias apresentadas e discutidas não recebam a aceitação que os proponentes desejam, mesmo que isso aconteça repetidas vezes.

**Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Independentemente disto, é verdade que os Açores são um exemplo para o país na atividade desportiva com os melhores índices de participação do país e os seus bons resultados que muitas vezes são reconhecidos por todos nesta mesma Assembleia.

É verdade também que o Governo Regional não se tem abtido, não se abstém, de apoiar essa prática, sendo ele também um agente promotor destes bons resultados.

Não tenho dúvidas que o caminho traçado afirma a nossa identidade e a nossa capacidade de sermos bons entre os melhores.

De uma forma resumida, Srs. Deputados, a afirmação dos Açores, da nossa autonomia, e a afirmação do desporto açoriano está de boa saúde e tem traçado um caminho de ascensão que pode e deve ser apoiado e tem sido apoiado.

A organização do movimento associativo desportivo na nossa Região tem sabido encontrar os melhores modelos organizativos e as suas características correspondem àqueles que são os seus desejos e àquele que eles consideram ser o melhor modelo.

Mais! Com uma lei de bases que prevê a continuidade territorial aquilo que este Projeto de Resolução faz, no nosso entender, é usar o desporto e os seus atletas, os atletas açorianos, para um fim político e ideológico que também em democracia não foi sufragado pela maioria dos açorianos.



**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Essa agora!

**O Orador:** Aliás, o aumento de pedidos de parecer ao longo das legislaturas nas três propostas idênticas apresentadas nas últimas duas legislaturas e nesta, na presente, e a diminuição das respostas recebidas e até mesmo a quase ausência de pareceres positivos provam tudo o que eu acabei de dizer.

Disse.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Mónica Seidi tem a palavra.

(\*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

À semelhança do que ocorreu no passado, o PSD-Açores compreende o princípio subjacente e inerente a este Projeto de Resolução.

Compreende, porque também comunga da opinião que o desporto é um fenómeno social que no futuro poderá afirmar a autonomia da nossa Região; porque não tem a mínima dúvida que o desporto é um dos mais potentes meios da formação de uma Região e por isso também deve ser uma prioridade para os Açores.

Contudo, lamentamos que a nossa realidade, a realidade atual, ainda não nos permite viver de facto este sonho.

Na verdade, o modelo de desenvolvimento desportivo dos Açores ainda está longe daquilo que com certeza todos desejamos, apesar de reconhecer o esforço diário e muitas vezes heroico dos nossos atletas.

No entanto, esta discussão leva-nos a outro patamar, o patamar da excelência, pois ao falarmos de seleções desportivas estamos, nada mais, nada menos, a incluir os melhores dos melhores da nossa Região.

Em relação a isso convém e gostaria de aproveitar este debate para lembrar que são necessárias melhores condições para também se obterem melhores

resultados, ou seja, são necessários mais apoios, por exemplo, às seleções regionais que atualmente já existem nas diversas modalidades, de forma a que estas possam melhorar a sua performance, de forma a que os próprios atletas se possam superar e assim melhorar as suas capacidades técnicas e físicas que certamente se traduzirão em melhores resultados.

Quando falo em mais condições, falo, por exemplo, de um assunto que já foi discutido nesta Assembleia, mas que o Governo teima em assumir qualquer compromisso, excetuando de facto o centro de treinos de judo que existe atualmente em São Jorge, mas que é único na Região, uma Região que tem capacidades únicas e que se calhar se visse este modelo reproduzido por outras ilhas dos Açores certamente existiriam alguns benefícios, porque é assim que acontece também em qualquer sociedade desenvolvida e com bons resultados desportivos.

Falo também na possibilidade dos Açores se fazerem representar no máximo número de equipas a nível dos jogos das ilhas e com regularidade, o que lamentavelmente nem sempre acontece.

Estas preocupações, e de uma forma genérica, não são só e apenas do PSD-Açores, estão também explanadas em alguns dos pareceres que aqui já foram lidos pelos diferentes colegas de bancada, mas que eu vou novamente citar.

Falo, por exemplo, de Jácome Correia, que é jovem talento regional (se não me engano) na modalidade de surf e que diz o seguinte: “Sou de opinião de que as energias devem-se concentrar na evolução do desporto regional, nomeadamente nos escalões de formação e de alto rendimento, promovendo o treino, a competição, a partilha de experiências com desportistas nacionais e estrangeiros, alargando assim os horizontes dos atletas regionais.”

Ou ainda da Associação de Ginástica dos Açores, passo a citar novamente: “É uma vantagem se existirem verbas para estágios e competições, ganhando

competência na competição para assim se chegar aos melhores de Portugal e representar o país.”

Ou ainda a Associação de Vela dos Açores que decidiu não tecer qualquer consideração “pois considera que ainda há muito a fazer no desporto regional até chegarmos a esse patamar.”

Ou seja, mais do que concordar ou não concordar com este Projeto de Resolução que aqui analisamos hoje, todos os pareceres são unânimes, na medida que todos reivindicam mais e melhores condições para o desporto na nossa Região.

Há ainda um caminho a percorrer e uma estratégia tem de ser definida de forma minuciosa e clara para que haja na Região sustentabilidade a nível da prática desportiva de excelência.

Mais uma vez reforço que seria injusto não reconhecer os êxitos alcançados por todos os desportistas desta Região que felizmente são muitos, mas que gostaríamos que fossem ainda mais.

Por isso, Sr. Secretário, talvez esteja em condições de nos responder a umas simples questões.

Atualmente quantos jovens talentos são apoiados pelo Governo Regional?

Quantos atletas são apoiados por representar as seleções nacionais ou terem outras representações nacionais?

Quantos atletas estão integrados e são apoiados em projetos especiais de preparação aos jogos olímpicos ou paralímpicos?

Que modalidades prioritárias foram definidas pelo CADAR para o atual ciclo olímpico?

Olhando ainda para o programa deste Governo, na vertente direcionada ao desporto, este diz-nos o seguinte: “Objetivo: reforçar o apoio à preparação de alto rendimento, visando a participação nos jogos olímpicos e paralímpicos.”

“Medidas: criar mecanismos de reconhecimento e apoio aos atletas de alto rendimento que projetem a imagem do desporto Açores no mundo.”

Que mecanismos foram criados até agora?

Que impacto tiveram até ao momento?

Ou ainda outra medida: “Criar um gabinete de apoio aos atletas de alto rendimento e jovens talentos regionais.”

Existe?

Que funções desempenha?

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Agora o Governo “é o pai da criança”, vai pagar o abono de família!

**Deputado Paulo Parece (PSD):** Qual é o problema? Não pode perguntar?

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Agora não!

**Deputado André Bradford (PS):** O projeto é do PPM!

**Deputado Paulo Parece (PSD):** O Sr. Secretário também não responde!

**A Oradora:** Há sem dúvida um longo caminho a percorrer e o Governo Regional tarda em definir de forma clara e responsável as prioridades. Ou melhor, um plano estratégico, um verdadeiro plano estratégico de desenvolvimento vocacionado para o alto rendimento e para o atleta, pois só assim poderemos atingir de forma sustentada o patamar de excelência que nos permitirá sonhar com a criação de seleções desportivas.

Disse.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem!

**Deputado André Bradford (PS):** O Sr. Deputado Paulo Estêvão pode começar por responder!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(\*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Projeto de Resolução do PPM tendente à criação de seleções desportivas açorianas intenta a utilização da popularidade do desporto em benefício do alcance de um objetivo político, a saber: o reforço do autogoverno dos Açores obtido pela conquista de maior visibilidade internacional, também decorrente da agregação numa espécie de comunidade pan açoriana da população residente nas ilhas e dos muitos insulares e descendentes de insulares que residem para além do mar, essencialmente nas Américas.

Porém, esta iniciativa parlamentar comporta um elevado potencial de conflitualidade, muito provavelmente traduzível em impopularidade de autonomia na dimensão nacional e se é certo que historicamente a autonomia resultou, ou melhor e se é certo que historicamente a autonomia não resultou de uma dádiva, mas antes de uma conquista, também é certo que a realidade já demonstrou que a guerrilha permanente não surte o melhor dos efeitos.

Esta proposta do PPM chega ao areópago parlamentar, como aliás já foi dito, pela terceira vez: primeiro em 2009, depois em 2013, agora em 2018.

Se idênticas foram as posições do Governo em 2009 e 2013, idêntica será também a posição do Governo em 2018.

Antes demais, porque o associativismo desportivo é independente do Estado e dos partidos políticos, logo a criação de seleções é da competência das associações regionais filiadas nas federações nacionais jamais dos órgãos de poder político legalmente constituídos.

**Deputado Manuel Ramos** (*PS*): Muito bem!

**O Orador:** De resto, cada modalidade desportiva adota o modelo de organização tido por mais adequado à consecução do seu objetivo.

Aliás, é o que sucede nos Açores, onde ao contrário do que diz o Deputado Paulo Estêvão, não estamos prisioneiros de uma organização desportiva pré

autonómica já que em cerca de meia centena de associações somente três, as de futebol, seguem a velha divisão do arquipélago em distritos, pois as restantes possuem sobretudo por referência a ilha, eventualmente o arquipélago, havendo mesmo modalidades com clubes independentes que estabelecem uma correspondência direta com as instâncias governamentais.

À constituição das seleções açorianas para competição no âmbito internacional levantar-se-ia certamente uma pluralidade de oposições.

À dimensão local pelas mais diversas razões (e isso também já foi aqui afirmado) a quase totalidade das associações desportivas discorda do projeto de criação das seleções açorianas. Particularmente elucidativa é a posição da Associação de Dança Desportiva que em parecer formal subscrito pelo seu presidente Raul Rego defende e passo a citar: “Os recursos públicos disponíveis para a formação do nosso desporto numa estratégia de massificação que vem sendo seguida é claramente mais prioritário.”

Estranha é por isso a obstinação de um deputado que quase à força pretende impor um projeto indesejado pelos destinatários, pelo menos por muitos dos destinatários.

À dimensão nacional a eventual constituição de seleções açorianas dependeria sempre do consentimento das federações portuguesas que levantaria, estou certo, uma tenaz oposição a uma tal pretensão, até porque nos desportos individuais seriam obrigadas a prescindir de parte das suas quotas de participação em competições internacionais, algo que muito dificilmente aceitariam repartir com associações regionais por mais descentralizadas ou autónomas que sejam.

À dimensão internacional são várias as modalidades desportivas cujos regulamentos impedem a representação regional. Aliás, nem sequer o exemplo de abertura à participação das regiões apontado pelo Deputado Paulo Estêvão é de todo verdadeiro. Com efeito, no futebol a FIFA só admite a inclusão de

selecionados regionais que se encontrem com beneplácito das Nações Unidas a caminho da independência e sempre com o necessário consentimento nacional. Por acréscimo, num estado unitário que o é por vontade de todos os Srs. Deputados as mais elementares regras do direito levantam embargo ao projeto de formação de seleções açorianas essencialmente e como já se disse porque a tarefa compete às federações nacionais, além disso não passa também de uma mera utopia a pretensão do envolvimento de uma comunidade açoriana mais vasta, porque a pretensa a qualquer seleção não decorre de uma ascendência açoriana mais ou menos longínqua, pois implica e sempre a demonstração de uma nacionalidade portuguesa, de certo que reduzida entre os jovens norte-americanos, quase de todo inexistente entre os brasileiros, mesmo que dos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Em defesa do projeto da constituição de seleções açorianas o Deputado Paulo Estêvão aponta diversos exemplos existentes na comunidade internacional. Na generalidade são exemplos inaplicáveis à realidade dos Açores. Não é possível argumentar com os casos da Escócia, do País de Gales e da Irlanda do Norte que com um estatuto bem diferenciado do nosso integram conjuntamente com Inglaterra o Reino Unido.

Não é possível argumentar com o caso de Macau de 1993 quando se encontrava em processo de transição de tutela de Portugal para a China onde ainda hoje goza de um regime especial.

Nem sequer é possível argumentar com os casos dos departamentos ultramarinos de França, Guadalupe, Martinica e Guiana na América Central, a Reunião ainda mais longe, todos eles incertos em geografias longínquas que justificam só por si a adoção de diferentes modelos de organização desportiva.

Em vez de progresso desportivo, a criação de seleções açorianas poderia mesmo traduzir-se neste momento em retrocesso desportivo, fundamentalmente porque

a quase totalidade das nossas modalidades ainda não atingiu patamares de desenvolvimento capazes de ombrear com os competidores internacionais.

Assim, iríamos trocar o certo pelo incerto, na verdade trocaríamos um quadro competitivo simultaneamente acessível e estimulante, concretamente o nacional, por uma incerteza onde dificilmente lograríamos lugar de destaque, onde certamente se sucederiam as derrotas e os inêxitos que em vez de evolução, o mesmo é dizer desenvolvimento, gerariam involução, o mesmo é dizer atraso.

Quer tudo isto significar que a criação de seleções açorianas poderia até acarretar isolamento dado o afastamento das competições regionais e nacionais no lugar da pretendida mundividência, resultando da atuação num quadro competitivo internacional.

Em suma, o Projeto de Resolução do PPM em nada contribui para o desenvolvimento do desporto nos Açores, inclusivamente poderia vir a interromper uma caminhada de progresso bem evidente na evolução desportiva dos últimos anos, mesmo das últimas décadas.

É certo que o desporto açoriano é essencialmente uma atividade de todos e para todos que propicia entretenimento e bem-estar, no entanto, já são muitos os sinais que demonstram a excelência da competição. Logo à cabeça o registo de mais 23 mil atletas federados equivalente a uma taxa de participação absoluta de 9,5%, quase correspondente ao dobro da média nacional.

Além disso, sem a constituição de seleções açorianas nas modalidades de futebol e de atletismo a participação de atletas açorianos nos jogos olímpicos e paralímpicos, ocorridos no Rio de Janeiro, no verão de 2016, também é um sinal bem positivo.

Dito isto, nada mais resta ao Governo dos Açores do que reiterar as opiniões de 2009 e 2013, contrárias ao propósito de constituição de seleções açorianas para integração de quadros competitivos internacionais.



De facto, a sucessão do tempo não trouxe qualquer novidade, por isso a persistência de posições avulta por natural e devidamente justificada.

Sra. Presidente, ficaria neste momento por aqui, embora tencione regressar ...

**Deputado Paulo Parece (PSD):** Se tiver tempo!

**O Orador:** ... até para retomar questões que já foram colocadas por alguns dos Srs. Deputados.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nesta intervenção vou refutar um conjunto de argumentos que na minha perspetiva não estão corretos.

Vou começar por responder ao Sr. Deputado João Paulo Ávila, não sem antes felicitar V. Exa. pela forma construtiva como iniciou este debate. São posições democráticas dos diversos partidos e evidentemente este é o melhor local para se discutirem de uma forma construtiva.

Mas devo dizer a V. Exa. o seguinte. Em relação à diminuição de pareceres, V. Exa. na minha perspetiva não faz uma apreciação correta, porque se verificar em relação à iniciativa que foi apresentada em 2013 não são de facto apresentados pareceres, mas sabe porquê?

Porque eu próprio solicitei à comissão e a comissão concordou por unanimidade que eles não fossem apresentados uma vez que a discussão na anterior legislatura de uma proposta da mesma índole, da mesma natureza não justificava que depois de ter passado tão pouco tempo as associações passassem a ser ouvidas, fossem ouvidas depois de ter passado tão pouco tempo. Eu penso que no âmbito das comissões parlamentares devemos ter este cuidado. Se há dois, três anos tomaram posição não vamos outra vez pedir-lhes num tão curto espaço de tempo pedir-lhes novamente opinião e vou ler-lhe a passagem do

parecer desta comissão: “A comissão entendeu prescindir de solicitar pareceres escritos de todas as associações desportivas em sede na Região Autónoma dos Açores em virtude das mesmas já se terem pronunciado no âmbito da mesma iniciativa.”

Portanto, a apreciação que V. Exa. faz em relação à diminuição do número dos pareceres não está correta.

Depois, nem sequer eu faço essa interpretação, que estejam desinteressadas. Pura e simplesmente já formularam as suas opiniões.

Veja bem: o Clube de Judo da Praia da Vitória nesta iniciativa apresentada este ano diz que está completamente de acordo. Diz assim: “A possibilidade de criação de seleções desportivas açorianas é vista por nós como um fator de desenvolvimento desportivo deveras interessante, em particular na criação de oportunidades de participação nos grandes eventos desportivos internacionais com enormes vantagens a nível de motivação e de ganhos de experiências para atletas e respetivos treinadores, mas também de visibilidade dos clubes e das próprias modalidades desportivas na Região. Na expectativa de termos correspondido ...” depois há aqui vários fatores em que a proposta é enaltecida. Mesmo a iniciativa, mesmo o parecer que lido pela Sra. Deputada Zuraida Soares é um parecer que é positivo na sua natureza e também o que acha é que não está a tempo, mas veja bem ... depois é contraditório, porque diz assim: “Não obstante a presente iniciativa estar muito pensada para a realidade do futebol, penso que a mesma peca por ser tardia”, o que é uma injustiça uma vez que a apresento desde 2009, mas depois tem uma apreciação positiva em relação aos objetivos.

Em anteriores pareceres outras modalidades já se pronunciaram favoravelmente, por exemplo, a Associação Açoriana de Pesca Desportiva de Mar que disse e que referenciou que está de acordo com a criação de seleções desportivas.

Ou por exemplo a Associação Regional de Canoagem dos Açores que também já referenciou, num momento anterior, não neste (refiro: não neste, num momento anterior), muito positivamente, a Associação Regional de Canoagem dos Açores. Portanto, que está de acordo.

Veja bem, diziam eles: “A Região Autónoma dos Açores abre uma possibilidade de participação em provas internacionais quando a qualidade de uma determinada modalidade estiver numa fase de competir com equipas de outros países. A introdução de atletas de outras origens está limitada pelo atual regime legislativo do desporto regional.

A sustentabilidade financeira de futuras seleções desportivas não afetará o crescente apoio às modalidades em desenvolvimento da canoagem.”

Depois, também uma outra modalidade, o Kickboxing, deu um parecer muito, muito positivo e veja bem aqui, nesta modalidade, até temos campeões mundiais. Campeões mundiais!

Portanto, eles também referenciaram, num momento anterior, que estavam a favor da integração das seleções açorianas em federações desportivas internacionais.

Portanto, Sr. Deputado, eu penso que os dados que acabei de referenciar fazem com que as suas afirmações não se sustentem. É a minha opinião, com certeza. V. Exa. não concordará.

Depois, devo dizer que há uma coisa com que eu concordo: “diz que usa para fins políticos a criação de seleções desportivas.” Sim, é verdade! Ou seja, utilizo as seleções desportivas, com certeza, pretendo que a autonomia utilize as seleções desportivas e o desporto (o fenómeno desportivo tem um grande impacto, uma força tremenda) para a afirmação da identidade dos Açores e da autonomia dos Açores. Eu acho que isso é uma utilização benéfica e que é uma utilização ética, ou seja, nós, os políticos açorianos, não jurámos um estatuto e o

estatuto reconhece que a atual fase da autonomia em que nos encontramos é estanque?

Não! O atual estatuto diz que a autonomia é progressiva e, portanto, Sr. Deputado, eu penso que estou a utilizar as seleções desportivas no sentido correto, no sentido que o estatuto reconhece e o próprio programa do Governo. O programa do Governo também reivindica mais autonomia dos Açores, um programa do Governo que foi aprovado neste Parlamento, portanto, é o programa do Governo dos Açores.

Este programa do Governo dos Açores reivindica mais autonomia. Portanto, os seus argumentos não colhem, Sr. Deputado, de acordo com a minha perspetiva, claro que é subjetiva.

Depois, em relação ao Sr. Secretário que repetiu aqui ponto por ponto o seu discurso que fez na comissão.

Também não posso concordar com as afirmações que proferiu. Diz o Sr. Secretário que só as associações que se encontram inscritas nas federações internacionais estão a caminho da independência, até utilizou o caso da FIFA.

Vou dar dois exemplos e o senhor que é de história sabe bem, sabe perfeitamente, diga-me uma coisa: Macau está a caminho da independência? A China vai dar independência a Macau?

É porque eu não estou a ver que a China dê independência a Macau ou a Hong Kong, como sabe até têm reivindicações sobre outros territórios, como por exemplo em relação a Taiwan e noutras zonas do mar da China.

A China vai dar independência a Macau é uma novidade.

A ONU está a prever que Macau se torne num território independente é uma novidade, Sr. Secretário. Sabe perfeitamente que esse argumento é um argumento que não colhe. Fico-me por aqui.

Em relação a Gibraltar, outro exemplo que V. Exa. é de história.

O que é que diz o Tratado do Utrecht?

Diz que o território não pode ser independente ou Gibraltar quando foi tomada a Espanha e passou para a soberania da Grã-Bretanha. O território não pode ser independente. Diz o Tratado do Utrecht. Ou não pode ser cedido a outra potência.

O é que o Tratado de Utrecht considera?

Que se Gibraltar for cedido a outra potência ou se tornar num território independente regressa à soberania espanhola.

O Sr. Secretário sabe perfeitamente disse. Conhece o Tratado de Utrecht.

Então, Gibraltar está a caminho da independência?

Não, não está, porque nunca poderá ser independente, ou é britânico, ou é espanhol se a Grã-Bretanha alguma vez conceder a independência a Gibraltar, coisa que não se prevê e coisa que não está escrita em sítio nenhum. Aliás, o tratado estabelece exatamente o seguinte.

Só lhe dei estes dois exemplos, podia-lhe dar dezenas de exemplos de territórios que estão inscritos nas federações internacionais e que é ridículo defender aqui que estão a caminho da independência, Sr. Secretário.

Dei-lhe até um exemplo histórico que o senhor conhece perfeitamente que não pode rebater.

Depois, diz o Sr. Secretário, “o estado estará contra.”

Não vi nenhuma declaração, nenhum responsável do estado nos últimos anos a dizer que está contra a criação de seleções desportivas. Isto, Sr. Secretário, é um bocadinho bruxaria ou antevisão maléfica, porque nenhum responsável político nacional alguma vez disse isto.

Diz o Sr. Secretário também que as associações vão-se opor, mas basta ler o parecer a dizer que se vai pedir às associações. Algumas estarão de acordo, outras não estarão, mas o próprio Projeto de Resolução estabelece que é condição *sine qua none* que as associações nacionais estejam de acordo. Aliás, não há outra forma.

Diz o Sr. Secretário também: “Depois o país teria de dividir os lugares com os Açores.”

Também não é verdade. Cada associação tem os seus lugares garantidos de forma independente, ou seja, cada associação que se inscreva nas federações desportivas internacionais.

A Dinamarca, só para lhe dar um exemplo, não está a dividir os lugares que tem disponíveis com as ilhas Faroé, por exemplo, ou com a Gronelândia, por exemplo, que são territórios que estão ligados administrativamente à Dinamarca. Está a dividir?

Não está.

A França está a dividir os lugares que tem disponíveis com a Guiana ou com a ilha Reunião, ou com a Martinica?

A França está a dividir os lugares que tem disponíveis nas federações internacionais?

Não está, Sr. Secretário.

Isso é incorreto. É uma opinião que é pura e simplesmente incorreta e que não colhe.

Depois diz o Sr. Secretário: “Os territórios têm uma autonomia completamente diferente.” Usou o exemplo da Escócia.

Vou-lhe dar o exemplo da Escócia. A Escócia tem parlamento há menos tempo que os Açores. O parlamento, salvo erro, escocês só foi desde 1707 desde o momento em que foi criado o Reino Unido e se juntaram as coroas da Escócia e da Grã-Bretanha e se criou um único parlamento em Londres, o parlamento escocês não existe. O senhor sabe perfeitamente disso, é de história também como eu, e o parlamento escocês só foi retomado agora.

Estas coisas são factos da vida e têm de ser referenciados, porque foram argumentos que não estão corretos e eu tenho de rebater. É evidente que têm uma autonomia, mas tiveram muito menos autonomia política.

Aqui se se utilizasse a possibilidade e me tivesse dito que estas federações têm uma história diferente, porque estiveram no nascimento das federações internacionais, isso sim, mas não é por razões políticas, ou não é por a autonomia da Escócia ser maior ao do País de Gales. Nada disso!

É por razões da história desportiva destas federações.

“Vamos ser derrotados e esmagados e tudo isso”...

Mas eu posso ler-lhe aqui nalgumas modalidades ... Veja agora os resultados que estão a agora Malta, Chipre, ou territórios de pequena dimensão. Começaram por ser goleados, agora já não são.

**Deputado André Bradford (PS):** São países!

**O Orador:** Já não são! São pequenos territórios!

**Deputado André Bradford (PS):** Não são territórios, são países!

**O Orador:** As ilhas Faroé ... Há aqui um pedido para um território autónomo e então eu estou a responder ao Sr. Deputado ...

Eu não disse nada ao Sr. Deputado André Bradford, fui interrompido, mas aproveito o aparte que dá-me jeito. Só para dizer, por exemplo, que em relação às ilhas Faroé veja a evolução dos resultados que estão a ter e são um território com menos população que os Açores, com apenas 50 mil habitantes, mas V. Exa. que é um adepto reconhecido do futebol, Sr. Deputado André Bradford, um benfiquista assumido até demasiado dogmático nessa clubite, o Sr. Deputado também conhece o caso da Islândia que tem poucos mais habitantes do que nós, que é um país independente, mas que está a ter resultados cada vez melhores em diversas modalidades, até estará presente no próximo mundial.

Agora, fundamentalmente dar-lhe aqui também um exemplo. Veja bem, nós temos aqui no Kickboxing diversos campeões nacionais e vou dizer: André Ribeiro, Erasmo Moniz, Marco Afonso, Pedro Correia, ...

Estes atletas que já estão a ganhar e até em diversas modalidades até são campeões do mundo, ...

**Deputado André Bradford (PS):** Nomeadamente, quais as modalidades?

**O Orador:** ... eu gostaria tanto que estivesse vestidos com o azul e branco da nossa bandeira, da bandeira dos Açores, enaltecendo os Açores, dando orgulho à nossa Região e contribuindo o desporto para o progresso da autonomia dos Açores. Eu gostaria tanto! Eu acho que é tão catalisador! Eu acho que é um caminho que nós ainda não percorremos e é um caminho que está à nossa frente e é um caminho fantástico, porque o desporto é uma área que mobiliza multidões.

Eu acho que nesta área, na área do desporto, ver aquelas cores da nossa bandeira, o azul e branco a obter grandes sucessos internacionais, a defender as cores dos Açores, a identidade dos Açores seria absolutamente fantástico. Não antevejo essas derrotas todas, porque (termino agora esta intervenção) ou nós temos progresso no desporto açoriano, ou não temos. O senhor pelos vistos acha que não temos grandes progressos, porque antevê um cataclismo de derrotas e antevê que nós não temos qualidade.

Não! Eu acredito. Acho que temos progredido muito e acredito que temos grandes, grandes possibilidades de ter grandes resultados internacionais e mais do que isso, com os meios políticos e administrativos, económicos certos, com um projeto mobilizador como a criação de seleções desportivas açorianas pois nós temos a oportunidade de ser muito competitivos em muitas modalidades e poderíamos ganhar em muitas modalidades e se não ganhássemos, competíamos, poderíamos competir com espírito olímpico. O que era importante era que competíssemos de forma desportiva e limpa e isso também é importante. Muitas vezes não é só importante ganhar. É importante participar e participar de forma justa e digna.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para?

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Para uma interpelação.



**Presidente:** Para uma interpelação, tem a palavra, Sr. Deputado.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

**Presidente:** É regimental.

Considerando o nosso horário, vamos também interromper os nossos trabalhos por hoje.

Regressamos amanhã às 10 horas com o PTAP.

*Eram 19 horas e 23 minutos.*

(\*) Texto não revisto pelo Orador.

*Deputados que entraram durante a Sessão:*

**Partido Popular (CDS/PP)**

**Artur Manuel Leal de Lima**

*Deputados que faltaram à Sessão:*

**Partido Socialista (PS)**

**José Carlos Gomes San-Bento de Sousa**

**Partido Social Democrata (PSD)**

**António Augusto Batista Soares Marinho**

**Partido Popular (CDS/PP)**

**Alonso Teixeira Miguel**

*A redatora, Ana Machado*